

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA - PPGSCA

MINHA CASA É TUDO O QUE TENHO

os sentidos da sociabilidade da vida cotidiana ribeirinha

Thatyana de Souza Marques do Nascimento

Manaus

2014

THATYANA DE SOUZA MARQUES DO NASCIMENTO

MINHA CASA É TUDO O QUE TENHO

os sentidos da sociabilidade da vida cotidiana ribeirinha

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor, junto ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski.

Manaus

2014

THATYANA DE SOUZA MARQUES DO NASCIMENTO

MINHA CASA É TUDO O QUE TENHO

os sentidos da sociabilidade da vida cotidiana ribeirinha

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal da Amazônia como exigência para fins de obtenção do título de Doutor.

Aprovada em 30/05/2014

Banca Examinadora

Antônio Carlos Witkoski (presidente) / UFAM / PPGSCA / PPGS

Amélia Regina Batista Nogueira / UFAM / PPGG

Roberta Ferreira Coelho de Andrade / UFAM / PPGSS

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt / UFAM / PPGS/ PPG CASA

Edilza Laray de Jesus / UEA

Ao meu avô Renan, que me ensinou a amar a nossa casa de morada como um lugar especial, como “nosso canto no mundo”.

AGRADECIMENTO

Aos moradores da comunidade Boa Esperança. Mas, em especial à dona Maria que me agasalhou com muito amor ao longo de toda a minha pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os elementos e condições para que um espaço arquitetônico adquira o *status* de lar. Do ponto de vista arquitetônico, ao conceber uma casa deve-se pensar no mobiliário e nos objetos que irão ambientá-la, além dos materiais a serem usados que darão suporte à organização do espaço. Esta perspectiva baseia-se no conceito de arranjo e ambiência. A estrutura do arranjo revela o aspecto organizacional, pois está relacionado com a disposição e combinação dos objetos de forma a obter um conjunto funcional. Já a estrutura da ambiência compreende o meio pelo qual cores, materiais, forma e textura se combinam no ambiente construído com a finalidade de possibilitar o arranjo pretendido. O projeto arquitetônico final é visto como sendo o somatório desta investigação – a estrutura do arranjo em conjunto com a estrutura de ambiência, tendo sempre em mente os valores sociais de quem irá habitar a casa. E a aquisição de certos bens e a forma como são utilizados irão nortear diferentes linhas de projetos arquitetônicos ou reforçar outras. Os sujeitos da pesquisa – moradores da localidade Boa Esperança, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, estado do Amazonas – e a permanência em suas casas impulsionaram ampliar a perspectiva inicial. Foi possível constatar que o sentido de estar em casa está relacionado com mais intensidade às relações sociais estabelecidas em torno dela. Na medida em que a influência do componente humano prevaleceu como sendo o centro de valor e a fonte de significado para que o espaço arquitetônico seja considerado uma casa de moradia, este passou a incorporar mais as marcas das relações sociais entre residentes e não residentes do que as marcas de arranjo e ambiência. Portanto, não são somente os objetos que remetem ao sentimento de estar em casa, mas algo que precede. “Minha casa é aqui dentro” resume o sentimento de pertencimento à região, elemento que possibilita a este espaço arquitetônico adquirir o status de lar. O “aqui dentro” é a relação com o histórico de ocupação, com o parentesco, com as atividades produtivas, com o viver em comunidade e com a dinâmica ambiental.

Palavras-chave: lar, objetos, ribeirão, sociabilidade, cotidiano.

ABSTRACT

This research aims to understand the elements and conditions that make an architectural space to acquire a home status. From the architectural point of view, when creating a house one must think in the furniture and objects that will acclimate them, besides the materials to be used that will give support to the organization of the space. This perspective is based on the concept of arrangement and ambience. The structure of the arrangement shows the organizational aspect, because it is related to the disposition and combination of the objects in a way to obtain a functional compoundable to communicate social values. While the structure of the ambience comprise the way in which colors, materials, shapes and textures combine in the constructed site in order to make possible the arrangement intended. The final architectural project is seen as being an addition of this investigation – the structure of the arrangement in assemblage with the structure of ambience, always bearing in mind the social values of who will inhabit the house. And the acquisition of certain wealth and the way of how they are used will direct to different branches of architectural projects or reinforce others. The subjects of the research – inhabitants of the location Boa Esperança, in the Reserve of Sustainable Development Amanã, Amazonas (AM) – and the staying in their houses broadened my architectural perspective. It was possible to verify that the meaning of being at home is related with more intensity to the social relations established around the house. As the influence of human component continued being the core of value and the source of meaning for the architectural space to be considered a house of living, this turned out to incorporate more the mark of the social relations among residents and not residents than the marks of arrangements and ambience. So it's not only the objects that arouse the feeling of being at home, but something that proceeds. "My house is inside here" summarizes the feeling of belonging to the region, which is the element that allows an architectural space – the riverside house – to acquire the status of home. The "inside here" is the relation with the occupational background, with the kindred, with the productive activities, with the living in community and with the environmental dynamic.

Keyword: home, objects, riverside, sociability, quotidian.

LISTA DE SIGLAS

IDS	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
MEB	Movimento de Educação de Base
RDSM	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
RDSA	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA.....	34
FIGURA 2 – VISTA PARCIAL DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA – RDSA	39
FIGURA 3 – O CANTEIRO SUSPENSO E OS ARREDORES DE UMA CASA RIBEIRINHA	44
FIGURA 4 – A VOLTA PARA CASA APÓS O ABATIMENTO DA CAÇA.....	45
FIGURA 5 – MORADORES SE REÚNEM PARA COMPARTILHAR A CARNE DO VEADO CAÇADO	46
FIGURA 6 – O SILÊNCIO DO AMANHECER PARA UM PESCADOR	47
FIGURA 7 – FITAS E FLORES DE PLÁSTICO COLORIDAS ENFEITAM O INTERIOR DA IGREJA COMUNITÁRIA	53
FIGURA 8 – DOMINGO DE SOL É DIA DE FUTEBOL PARA OS HOMENS	54
FIGURA 9 – OS MORADORES DA COMUNIDADE DESFILAM COM A SANTA PADROEIRA EM SINAL DE RESPEITO E ADORAÇÃO	56
FIGURA 10 – CORES E MOVIMENTOS ALEGRA A QUADRILHA NA COMUNIDADE	57
FIGURA 11 – DESENHO ESQUEMÁTICO DA DISPOSIÇÃO ESPACIAL DAS CASAS	61
FIGURA 12 – VISTA AÉREA DO CAMPO DE FUTEBOL E DO IGARAPÉ QUE ADENTRA A COMUNIDADE BOA ESPERANÇA	71
FIGURA 13 – LOCALIZAÇÃO DA CASA DE DONA MARLENE.....	72
FIGURA 14 – CORTINAS COLORIDAS E ESTANTE COMO ATRATIVOS VISUAIS PRINCIPAIS DE UMA SALA DE ESTAR	85
FIGURA 15 – AS DONAS DE CASA ZELAM O SEU <i>FREEZER</i> ENCAPANDO-OS PARA NÃO SUJAREM NEM ARRANHAREM	86
FIGURA 16 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ITENS DE CONSUMO DURÁVEIS POR DOMICÍLIO – RDS MAMIRAUÁ, 2006	87
FIGURA 17 – AS PANEIS DE ALUMÍNIO E AS LOUÇAS EXPOSTAS NA COZINHA CAMPONESA REVELAM DIVERSOS ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MULHER DONA DE CASA	96
FIGURA 18 – ZELO E ORGANIZAÇÃO NUMA COZINHA SÃO HABILIDADES REQUERIDAS PARA UMA DONA DE CASA	98
FIGURA 19 – A TOALHA DE PLÁSTICO PROTEGE A MESA E A ENFEITA	99
FIGURA 20 – OS OBJETOS DO MUNDO DO TRABALHO.....	100
FIGURA 21 – A MÁQUINA DE COSTURA É CONSIDERADA UM BEM PRECIOSO PELAS DONAS DE CASA	101
FIGURA 22 – RÁDIO E TELEVISOR, O ANTIGO E O NOVO PARTILHAM O COTIDIANO	102
FIGURA 23 – O POTE DE BARRO DE ÁGUA DA CASA RIBEIRINHA	103
FIGURA 24 – OS OBJETOS QUE CIRCULAM A PORTA DA COZINHA.....	104
FIGURA 25 – O LADO DE FORA DA CASA E SEUS UTENSÍLIOS	105
FIGURA 26 – DESENHO ESQUEMÁTICO DA ESTRUTURA DE APOIO DA CASA	114
FIGURA 27 – DETALHE DO ENCAIXE	115
FIGURA 28 – DESENHO ESQUEMÁTICO DA ESTRUTURA DO TELHADO	116
FIGURA 29 – ESTRUTURA EM MADEIRA DO TELHADO.....	116
FIGURA 30 – DETALHE DA COBERTURA	117
FIGURA 31 – DETALHE ARREDONDADO DAS PORTAS E JANELAS	118

FIGURA 32 – DETALHE QUADRADO DAS PORTAS E JANELAS.....	119
FIGURA 33 – DETALHE ONDULADO DAS PORTAS E JANELAS.....	119
FIGURA 34 – FOTOGRAFIA SOBRE O USO DA TELA PARA FACILITAR A VENTILAÇÃO E EVITAR A ENTRADA DE BICHOS	120
FIGURA 35 – USO DO PRUMO, HABILIDADE REQUERIDA A UM BOM CARPINTEIRO.....	121
FIGURA 36 – FOTOGRAFIA SOBRE COMO COLOCAR OS PINOS EM ÂNGULO RETO	122
FIGURA 37 – ENCHENTE DE 2012	123
FIGURA 38 – MUDANÇA DURANTE A GRANDE CHEIA DE 2012.....	124
FIGURA 39 – DESMONTE DE UMA CASA	125
FIGURA 40 – MODELO DE UM TAPIRI	130
FIGURA 41 – A DISPOSIÇÃO DOS UTENSÍLIOS DE COZINHA NUM <i>TAPIRI</i>	131
FIGURA 42 – REDES, MOSQUITEIROS E ROUPAS NO ESPAÇO QUARTO	132
FIGURA 44 – DESENHO ESQUEMÁTICO DAS PLANTAS-BAIXAS UTILIZADAS ATUALMENTE.....	134
FIGURA 45 – MODELOS DE PLANTA-BAIXA QUE POSSIBILITAM TER MAIS QUARTOS NA CASA. 135	
FIGURA 46 – MODELOS DE PLANTAS-BAIXAS UTILIZADAS NA HABITAÇÃO RIBEIRINHA	136
FIGURA 47 – SALA DE ESTAR MODERNIZADA	138
FIGURA 48 – VISTA PARCIAL DO QUARTO DO CASAL	142
FIGURA 49 – “PAU DA GATA”	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – MOBILIDADE E ESTABILIDADE DA VIDA EM AMANÃ.....	21
1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO E AS PRIMEIRAS HABITAÇÕES.....	22
1.2 ECONOMIA DOMÉSTICA EM AMANÃ.....	39
1.3 A SOCIABILIDADE DA VIDA COTIDIANA.....	49
CAPÍTULO II –A FORÇA SOCIAL DAS ALIANÇAS.....	59
2.1 OS GRUPOS DOMÉSTICOS, AGREGADOS E COMPADRES	60
2.2 O LUGAR DA CASA COMO ESTRATÉGIA DE SOCIABILIDADE.....	70
CAPÍTULO III – AS COISAS DA CASA RIBEIRINHA	82
3.1 OBJETOS DE <i>STATUS</i>	84
3.2 OBJETOS QUE ENVELHECEM COM SEUS DONOS.....	92
CAPÍTULO IV – OS SENTIDOS SOCIAIS DA CASA.....	109
4.1 A CONSTRUÇÃO E OS ATORES SOCIAIS.....	111
4.2 A ORGANIZAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS CÔMODOS.....	129
4.3 O ARRANJO E AMBIÊNCIA EM AMANÃ	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	156
APÊNDICE	161
TERMO DE CONSENTIMENTO	161
AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS.....	162
PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DO IDSM	163

INTRODUÇÃO

Onde por acaso eu me encontro é meu “domicílio”; onde tenho intenção de ficar é a minha “residência”; de onde venho e para onde quero retornar é o meu “lar”. No entanto, lar não é apenas o local – minha casa, meu quarto, meu jardim, minha cidade – mas tudo o que ele simboliza. O caráter simbólico da noção de “lar” é emocionalmente evocativo e difícil de descrever. Lar significa coisas diferentes para diferentes pessoas. Significa, é claro, [...] coisas familiares para uso diário, costumes, hábitos pessoais – em suma, um estilo peculiar de vida, composto de pequenos elementos importantes e queridos (SHUTZ apud WAGNER, 1979, p. 291).

Esta pesquisa traz um estudo que tem como fio condutor compreender os elementos e condições para que um espaço arquitetônico adquira o *status* de lar. Muito mais que um lugar de moradia, a casa pode ser o *lócus* para uma grande variedade de interpretações e significados. Para os estudos fenomenológicos, a casa é nosso lugar no mundo, pois é ela que nos permite sonhar em paz agindo como uma das maiores forças de integração para o pensamento. É o lugar onde as lembranças estão guardadas (BACHELARD, 2008). Para a psicologia, “a casa é, sobretudo, uma projeção do próprio homem, um reflexo de seu ser. Congrega um conjunto de fatores que a torna um retrato do morador e da família. Através dela, o homem reproduz seus limites, suas fronteiras com o mundo” (FELIPPE, 2010, p. 301). Pode ainda ser vista como espaço privado da família, em oposição a outros espaços vivenciados no cotidiano. Mas, essencialmente, a casa (o edifício) é um lugar onde as principais histórias de vida são vivenciadas em um intrincado jogo de interesses, relações, sentimentos e percepções diferenciadas.

Inicialmente, devido à formação disciplinar em Arquitetura, o foco concentrava-se nos objetos que compõem os ambientes da casa. Acreditava que a principal tarefa do arquiteto era conceber o espaço para outras pessoas, ou seja, materializar através da edificação valores conscientes ou inconscientes de formas de se habitar. Ao idealizar uma casa – o processo mental da construção dos espaços – devia-se pensar não somente na composição dos objetos

no espaço arquitetônico; mas, principalmente na sua relação com seu usuário. O projeto arquitetônico vem a ser a estrutura mobiliária que dialeticamente se relacionaria com o seu usuário.

O uso e a escolha por determinados materiais confere durabilidade, conforto térmico, estética e outras funções necessárias para a edificação ser considerada congruente ao ambiente em que está inserida. Terá qualidade, isto é, será congruente, a forma arquitetônica que se adaptar perfeitamente ao contexto.

Devemos entender a questão da qualidade arquitetônica nos termos daquilo que poderíamos designar de congruência, expressão derivada do latim e que pode ser traduzida como ‘conformidade de uma coisa com o fim a que se destina’. Esta categoria não se refere especificamente à assim chamada funcionalidade – que é um conceito reconhecidamente ambíguo –, nem especificamente ao conteúdo estético – que é indeterminado –, ou à organização construtiva – que depende dos materiais e da tecnologia, mas ao conjunto sincrético de atributos que permitem verificar se a forma arquitetônica satisfaz seu próprio propósito existencial, qualificado pelas necessidades, expectativas e aspirações de seus usuários. O conjunto formado por estas necessidades, expectativas e aspirações constitui parte do contexto em relação ao qual a forma deve ser congruente (SILVA, 1994, p. 125).

Contudo, quero destacar que esta fase de projeto ainda é a concepção de uma ideia que se inicia mentalmente na imaginação do arquiteto. Escolhas de materiais, de disposição dos cômodos, das formas e cores a serem utilizadas são elaboradas mentalmente e muitas vezes, a fim de que o seu usuário possa compreendê-la, utiliza-se um esboço, um desenho no papel. A ferramenta desenho permite discutir se aquilo que está desenhado corresponde ao imaginário e às expectativas do usuário, daquele que irá vivenciar o espaço. É o momento da troca, no qual a cada instante o arquiteto tenta compreender as reais necessidades e as subjetividades do morador, as quais são difíceis de expor verbalmente.

O projeto só será materializado quando iniciada a construção da obra. Ao seu término, posso dizer que parte da capacidade do arquiteto está em andamento, porque somente com a vivência do usuário é que a tarefa do arquiteto se conclui. A obra só será congruente se ela conseguir que seu usuário se sinta “em casa”, ou seja, adquira o *status* de lar. Esta perspectiva baseava-se no conceito de arranjo e ambiência.

De acordo com Baudrillard (2006), a estrutura do arranjo está relacionada com a disposição e combinação dos objetos de forma a se obter um conjunto funcional capaz de

comunicar valores sociais. Ela revela o aspecto organizacional da cultura que a gerou. Por exemplo, o arranjo espacial da mobília de uma casa de moradia deve estar disposta de modo a possibilitar o funcionamento do arranjo. A estrutura de ambiência é aquela que compreende o meio pelo qual cores, materiais, formas e texturas são combinados no ambiente construído com a finalidade de possibilitar o arranjo pretendido. Ela revela o modo pelo qual o indivíduo apropria-se dos recursos que estão ao seu alcance e disponíveis. Portanto, as coisas que possuímos no interior da casa e a forma como estão dispostas nos remetem ao sentimento de estar em casa devido ao seu poder evocativo.

Os espaços preferidos de cada um dos membros assumem importância a partir dos objetos ali dispostos e de sua relação com eles. Objetos aparentemente simples, e que num primeiro olhar são qualificados apenas como decorativos ou utilitários para facilitar o dia a dia, podem revelar, expor ou esconder as histórias de vida dos indivíduos que os manipulam. Móveis, aparelhos eletroeletrônicos ou até mesmo um objeto decorativo preenchem e dão significado aos componentes arquitetônicos juntamente com o contexto no qual o grupo está inserido. E mais: eles materializam as relações sociais que ali se estabelecem. Expressam momentos da vida do indivíduo e relações estabelecidas com outros. Daí, a possibilidade de fazermos um paralelo com a expressão tão comum à fala humana “minha casa é tudo o que eu tenho”. A palavra *tudo* se refere hipoteticamente ao sistema de objetos que é formado no interior da casa; pois, são eles que nos dizem que aquele espaço é a nossa casa.

Apesar de ser comum a utilização de uma perspectiva funcional da construção, há uma necessidade em se ampliar o entendimento deste espaço casa. Silva (1994) ressalta que a arquitetura tem sido estudada sob o prisma das tipologias estéticas e tecnológicas. O autor propõe uma nova perspectiva, uma vez que alguns aspectos costumeiros são negligenciados na investigação convencional.

O equívoco de enfoque cometido por Zevi e por tantos outros pensadores deriva do fato de pretenderem definir arquitetura apenas a partir dos componentes físico-visuais do objeto arquitetônico, negligenciando aquilo que consideramos mais importante, que é a dimensão antropológica. Na dimensão antropológica residem os aspectos relevantes da manifestação, que são o propósito existencial e suas relações com a forma edificada (SILVA, 1994, p. 92).

Saber ver a arquitetura além dos seus elementos físicos e visuais constitui a chave que nos dará a compressão dos edifícios. Podemos ver, então, a casa como grande palco da vida cotidiana, em que diferentes atores vivenciam suas histórias de vida. A espacialidade da casa

manifesta uma estrutura social, pois é a partir das relações sociais estabelecidas pelos homens que os espaços arquitetônicos são construídos. Atentar para o contexto no qual está inserido o grupo social foi essencial para definir a estratégia metodológica.

Os sujeitos da pesquisa – moradores da localidade Boa Esperança da Reserva de Desenvolvimento Sustentável¹ Amanã (RDSA, estado do Amazonas) e a permanência em suas casas permitiram que a perspectiva inicial fosse ampliada e incluísse diversas leituras que possibilitassem outras abordagens teóricas. Os moradores de Amanã são descendentes de imigrantes nordestinos que vieram, no Ciclo da Borracha, trabalhar com atividades extrativistas; como coleta de castanha, sorva e maçaranduba. Suas casas eram construídas de forma esparsa e havia uma mobilidade em decorrência da produção. A estabilidade numa área comunal veio acompanhada da intensificação das atividades agrícolas, principalmente, produção de farinha de mandioca. Não só as atividades produtivas estão relacionadas com o cotidiano ribeirinho; mas os festejos, os momentos de lazer, os cultos religiosos, pressupõe uma sociabilidade apreendida desde a infância. Esses e outros aspectos que caracterizam os moradores de Amanã impulsionaram abordar uma perspectiva sócio antropológica no decorrer da pesquisa.

Esta pesquisa compreendeu não buscar uma dicotomia entre dentro e fora da moradia, porque na vida ribeirinha ela não existe. O sentido de estar em casa não se restringe somente ao espaço físico da casa entre paredes. Ela abrange, principalmente, as relações sociais construídas na comunidade onde vivem e as atividades produtivas que desenvolvem. Desta forma, o objetivo central é problematizar os sentidos das relações sociais dos residentes e não residentes da casa materializados no arranjo e ambiência da casa. Explicitar o contexto histórico, as atividades produtivas que realizam e a vida em comunidade; assim como compreender as relações de parentesco na configuração do espaço comunitário; narrar a história da aquisição e do uso dos objetos e, por fim, revelar o projeto arquitetônico e o sentido social do arranjo e da ambiência dos objetos que estruturam a moradia ribeirinha tornou-se o caminho mais eficaz para alcançar o objetivo final da tese.

O contato com os moradores das Reservas Amanã ocorreu desde 2004 por meio das atividades de extensão promovidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM. Eram encontros pontuais e não havia ainda uma imersão no seu dia a dia. Em 2006 foi iniciado um contato mais regular, onde era permitido a estada nas moradias por breves

¹ Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma unidade de conservação de uso direto, que inclui a população de residentes e usuários no seu processo de implantação, com o objetivo de conciliar conservação e desenvolvimento social, conforme a Lei 9.985 (18/07/2000) que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

períodos de três a quatro dias. Porém, o foco desses encontros estavam voltados para a produção artesanal de objetos confeccionadas manualmente e com matérias primas locais. Somente em 2009, é que os encontros buscavam compreender a construção das casas de moradias. A pesquisa intitulada “O uso de madeiras para benfeitorias em comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã” tinha como objetivo identificar e quantificar as espécies de madeiras que estavam sendo exploradas para a construção das casas nas localidades situadas em torno do Lago Amanã. O conjunto de informações identificados permitiu avaliar quais as espécies que estavam sofrendo mais pressão, além de subsidiar outras pesquisas sobre o estoque natural e estado de conservação da área, uma vez que o Plano de Manejo da RDS Amanã ainda estava em desenvolvimento.

A realização da pesquisa possibilitou um contato mais frequente com os moradores. A coleta de dados ocorreu em cinco localidades ribeirinhas pertencentes à RDSA, localizadas na área do Lago Amanã. São elas: Taracoá, Bom Jesus do Baré, Boa Esperança, Juazinho e Calafate. De cinco localidades visitadas, nove unidades residenciais aceitaram participar da pesquisa e permitiram que fossem contabilizadas todas as madeiras utilizadas na construção da casa, assim como sua localização que foram referenciadas através de coordenadas geográficas por meio de GPS. O critério de escolha foram as casas construídas no ano de 2009 (VIANA; MARQUES, 2010). Conhecer essas nove unidades residenciais foi um ponto importante na escolha do tema e na definição da amostra a ser trabalhada na pesquisa de doutorado. Portanto, o estudo exploratório iniciou algum tempo antes do início do curso de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM. A convivência, mesmo que ainda pontual e esporádica, permitiu mapear os atores e, principalmente, iniciar uma percepção de quais princípios básicos estes indivíduos consideravam relevantes nas suas experiências da vida diária.

O trabalho de campo mais direcionado para os objetivo da pesquisa de doutorado foi realizado de modo a aproximar os envolvidos na questão e acompanhá-los nas suas principais atividades diárias, como a vida em comunidade e a vida no roçado. Das nove unidades residenciais, uma o morador mudou-se para outra localidade, uma tinha sido desfeita por causa da subida das águas e outras não aceitaram bem a proposta de realização de um estudo a longo prazo. A casa de dona Marlene, na comunidade Boa Esperança, foi escolhida não só pela aceitação de participar da pesquisa; mas, pelo fato de a sua casa e as que se localizam ao seu redor representarem a codependência existente entre grupos domésticos distintos. Foram

realizadas 3 idas a campo, com duração média de 20 dias cada uma, com o intuito de aprofundar os resultados obtidos no estudo exploratório.

Gostaria de salientar que antes da organização e realização do trabalho de campo, foi necessário montar um documento para ser encaminhado à Comissão de Ética do IDSM (Apêndice – termos de consentimento). Este documento apresenta de forma clara, objetiva e concisa os objetivos da pesquisa, e como ela será realizada. Tem como objetivo validar a aceitação da pesquisa por aqueles envolvidos durante o trabalho de campo. Só então, após realizarem a leitura e assinarem o termo é que foi possível iniciar a pesquisa e permanecer nas casas.

A abordagem sócio antropológica possibilitou não só acompanhar o cotidiano dos grupos domésticos; mas, sim fortalecer a aproximação a cada encontro, uma vez que o fator tempo é um pré-requisito para estudos que envolvem o comportamento humano. A estada na morada, a gravação de entrevistas, o registro fotográfico e os desenhos esquemáticos da construção ribeirinha foram utilizados ao longo de todo trabalho como ferramentas metodológicas.

A partir da estada nas moradas, foi possível realizar o registro fotográfico dos detalhes do cotidiano, que fazem com que tal espaço arquitetônico adquirisse o *status* de lar. A imersão nesse cotidiano permitiu a realização de imagens que refletiam o pertencimento. Como marcas, elas estão presentes no inconsciente dos ribeirinhos e agem como guias para as ações planejadas ou realizadas. As imagens usadas no texto tem a função de ilustrar a teoria que esta sendo exposta e complementar as narrativas dos ribeirinhos. O conjunto de narrativas produzidas nesta pesquisa possibilitou identificar não a história particular de cada entrevistado enquanto personagem; mas, por meio delas, as marcas de seu grupo e como se delineiam as relações com os seus membros. Portanto, nomes fictícios foram utilizados.

A casa ribeirinha se apresenta aqui nesta pesquisa como um tema inédito que vem a confirmar de se tratar de uma tese de doutorado. Pode ser uma limitante, sem referências regionais; mas, por outro lado, há um conjunto de autores que ajudaram a pensar sobre o tema e colaboraram para reflexão e análise. Desta forma, o *design* da tese foi elaborado em quatro capítulos de modo a proporcionar um diálogo interdisciplinar.

O capítulo I – Mobilidade e estabilidade da vida em Amanã – tem como objetivo apresentar alguns elementos da história social e econômica que marcaram a ocupação humana da região que hoje é abarcada pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Está dividido em três seções. A primeira descreve a ocupação (economia da borracha,

extrativismo, patronagem, crise da borracha, ações do Movimento Eclesiástico de Base - MEB, divisão sociopolítica da reserva, quem são os moradores do Lago Amanã e a fundação da comunidade Boa Esperança). O viver em comunidade também influenciou as estratégias de produção econômica dos moradores. Atualmente, a atividade de agricultura é o elemento da realidade da vida cotidiana dos moradores de Amanã que direciona os afazeres domésticos e as relações de sociabilidade. Contudo, torna-se relevante compreender a organização social para a produção que é descrita na segunda seção. A casa “é o lócus da produção, a referência da circulação e o núcleo do consumo”, assim como na Reserva Mamirauá (LIMA, 2006). A autora ressalta que esta forma “camponesa de organizar a produção está centrada no ideal de autonomia econômica da casa. A capacidade de prover as próprias necessidades confere boa reputação à casa” (p. 146). Os depoimentos dos moradores ilustram a organização social da produção. A terceira seção trata da sociabilidade, do viver em comunidade. Vida doméstica é combinada à vida coletiva. Isto porque a história de vida dos moradores do Amanã está entrelaçada à história de ocupação do território hoje ocupado pelo Amanã, à relação de parentesco que os une neste território construído e às atividades produtivas desenvolvidas. Mesmo que esta “comunidade” seja uma criação histórica, os grupos domésticos, na sua totalidade, proporcionam aos seus membros tudo de que necessitam.

Em todo o capítulo a ideia de mobilidade e estabilidade estará presente como resultado dos fatores históricos que condicionaram a emigração para região do Lago Amanã. Para Durham (2004), “o homem do campo é objeto de tensões cada vez maiores, diante das quais a emigração se apresenta como uma das soluções possíveis” (p. 168). Para os emigrantes de Amanã não foi diferente. Em sua pesquisa, quando o migrante diz que foi para outro lugar porque a vida era difícil, “não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente à vida rural” (p. 170). Os imigrantes rurais sempre buscam algo melhor, sentem uma necessidade de ascensão social e de inclusão numa economia mais competitiva. A mobilidade espacial é uma estratégia para se alcançar tais necessidades e a estabilidade uma resposta que foram atendidas. Para a autora “a mobilidade espacial se apresenta como forma de resolução de tensões decorrentes da exploração intensiva da força de trabalho, quando são escassas as possibilidades de ascensão social” (p. 176). O deslocamento geográfico apresenta-se como uma característica inerente a vida rural brasileira.

O capítulo II – A força social das alianças – tem como objetivo investigar o arranjo espacial das casas na comunidade. O conceito de aliança permeia o capítulo; pois, ela age como estruturante da organização social dos ribeirinhos. Por meio de casamentos e

apadrinhamentos formam-se redes de relações que perduram por toda a vida do indivíduo. Um intrincado labirinto de arranjos sociais comandam o cotidiano e condicionam a organização espacial das edificações. A unidade de análise escolhida é o grupo doméstico que coabita uma determinada casa de moradia. Na primeira seção, serão apresentados os grupos domésticos e analisado suas relações de parentesco. Podemos ver que se tomarmos uma determinada casa como unidade de análise, as demais situadas ao seu redor são constituídas por relações consanguíneas. São filhos, noras e netos. Forma-se um círculo parental. Mas, a medida que nos afastamos desse círculo encontramos casas constituídas por relações de apadrinhamento. A aliança de apadrinhamento é fruto dos momentos de sociabilidade, como as festas de santo padroeiro da comunidade. A segunda seção trata do lugar da casa na área comunal. As alianças formadas, sejam de sangue ou de apadrinhamento, perduram por longos anos e permitem estreitar as relações intercomunitárias e intracomunitárias. O cenário comum aos espaços que abrigam os sujeitos da pesquisa é marcado pela sociabilidade que envolve afazeres domésticos cotidianos, como pescar, caçar, plantar ou atividades de lazer. A disposição espacial das casas no espaço comunitário de Amanã é uma estratégia de sociabilidade e de reprodução social condicionada às relações de parentesco. E o interconhecimento, como forma de organização da sociabilidade, é o elemento estruturante do arranjo espacial.

A manutenção desse modelo de organização dos espaços de socialização reforçam a hierarquia entre os grupos. O conceito de ‘estabelecido’ ou ‘outsider’ apontado por Elias (2000) contribui para o entendimento da expressão local ‘nascido’ ou ‘criado’ no Amanã e permeia a lógica da configuração social e das relações de interdependência na área comunal. O fator tempo age como separador e organizador da distribuição espacial, além de mostrar influência em alguns aspectos da vida. A pesquisa revelou que as relações sociais estabelecidas entre residentes e não residentes prevalecem para que o espaço arquitetônico seja considerado uma casa de moradia. As ações locais vizinhar e agasalhar são os meios pelos quais os moradores empregam a fim de haver a reprodução social e a sociabilidade almejada. Tanto a casa quanto os objetos agem como instrumentos, são os mediadores das relações instituídas.

O capítulo III - As coisas da casa ribeirinha – proporciona uma análise da sociabilidade local em interação com elementos externos com os quais os moradores estão vinculados, suas posses. Os objetos apresentam um papel relevante de identificação dos indivíduos consigo próprios, pois podem ser vistos como dispositivos com forte poder

evocativo. A sua convivência permite reconstruir a cada momento mapas de memórias e afetos. Alguns objetos são considerados pelos moradores como mais importantes por representarem os esforços dispendidos nas atividades produtivas. Ao adentrar a casa e solicitar que a mostrem, evidenciam sua aquisição. *Freezers*, televisores e computadores representam, na atualidade, os objetos do desejo. Podem vê-los como protocolares. Outros não são muito evidenciados, como aqueles produzidos localmente, artesanalmente, com matérias primas naturais. Contudo, por meio deles, temos acesso à histórias que nos revelam relações de pertencimento ao contexto sócio ambiental. Podemos vê-los como biográficos.

Como salienta Leite (2000), “O papel desempenhado pelos objetos na criação do espaço doméstico sugere que os consideremos como extensões do próprio indivíduo e, neste sentido, sujeitos a um processo de familiarização” (p. 205). A familiarização em que a autora trata refere-se ao cotidiano em que o indivíduo está imerso desde o seu nascimento. Desde a infância, o homem ribeirinho está inserido numa cotidianidade que pressupõe a manipulação das coisas ao seu redor. Manusear, por exemplo, objetos do mundo do trabalho, faz com que esse indivíduo adquira as habilidades necessárias para a atividade caça quando estiver adulto. Assim como, para a mulher, acompanhar a mãe no roçado e aprender a conhecer as plantas ao seu redor, faz com que ela aprenda a manusear as fibras e teça com destreza. Adquirir as habilidades e a manipulação das coisas imprescindíveis para a vida cotidiana ribeirinha são sinônimo de assimilações das relações sociais.

Os objetos expressam relações. Seu significado, como Mary Douglas (2009) aponta é fluido. É construído e reconstruído ao longo do tempo a partir das relações que as pessoas estabelecem com eles e por meio deles entre si. E na sociabilidade cotidiana ribeirinha, a partir de uma análise do espaço da casa e dos objetos que o compõem, foi possível observar que os objetos agem como mediadores a medida que expressam relações afetivas, de pertencimento ou de exclusão em alguns momentos do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico.

O capítulo IV – Minha casa é aqui dentro – revela o projeto arquitetônico e o sentido social que estruturam a moradia ribeirinha. Compreender como os moradores participam da configuração dos arranjos espaciais domésticos, vivenciando os espaços, escolhendo-os e utilizando-os, bem como os objetos ali colocados é o objetivo deste capítulo. Buscamos entender como esses arranjos espaciais são constituídos, não tanto em seus limites físicos, mas a partir da relação dos moradores com os espaços e objetos ali dispostos.

Desta forma, iniciamos o capítulo problematizando o papel social do carpinteiro. Ele é o sujeito que opera as ideias. Apoiando-se no conceito apontado de *bricoleur*, de Lévi-Strauss (1989), o carpinteiro não necessita de prévia elaboração. Sua capacidade de instrumentalização, comanda a construção. O resultado é uma casa que assemelha-se a de seus antecessores. Há um modelo que serve como base para as demais. O *tapiri* é o modelo internalizado entre os moradores. Na seção seguinte, expomos como a casa está organizada. Os novos objetos que adentraram a casa ribeirinha impulsionaram a especialização dos cômodos. Novos cômodos compuseram a arranjo espacial. Novas necessidades incorporaram-se. A disposição do arranjo evidencia as relações sociais ali existentes. A sala, como cômodo principal, atesta para aquele que adentra a casa o papel do homem como chefe de família. Mesmo sendo a mulher responsável por zelar, é o marido que por meio de sua autoridade exerce o comando das tarefas. Já a cozinha e os objetos ali contidos exercem o papel de atestar o engajamento da mulher como dona de casa.

Ao problematizar a casa de moradia do ribeirinho amazônico de Amanã, a presente pesquisa buscou enfatizar o significado que as pessoas atribuem às suas experiências cotidianas na casa e ao redor dela. Cotidiano e sociabilidade como categorias permeiam o significado da casa ribeirinha. Não são homogêneas. São categorias que se unem revelando heterogeneidades e hierarquias. Cada fase da vida do ribeirinho tem um significado e um *status* diferenciado. Ele, enquanto indivíduo, nasce inserido em sua cotidianidade que pressupõe uma sociabilidade com o grupo social. E a casa, neste contexto aqui apresentado, apresenta-se como lugar de história e seu entorno como uma rede de histórias que se conectam. Um cotidiano que conta uma história sobre sociabilidade, sobre as relações de pertencimento a um determinado contexto ambiental que direcionou um tipo de envolvimento com atividades econômicas específicas e que, por sua vez, estimulou relações sociais específicas – fundamentais para compreendermos como é e o que significa esta casa.

CAPÍTULO I – MOBILIDADE E ESTABILIDADE DA VIDA EM AMANÃ

Nós morávamos no Juruá. Trabalhávamos no Juruá. Aí viemos por intermédio de um cara que já morreu, o Damião. Ele era marreteiro, negociante. Aí, ele já nos conhecia e foi buscar a gente lá no Coroari. Nós tudinho aqui, essa moçada que mora aqui na Boa Esperança, tudo veio de lá. Veio tudo junto. [...] Ele trouxe os meninos aí, mas eu ainda fiquei. Eu cheguei aqui atrasado deles um ano. Quando eu cheguei, eles já estavam aqui (depoimento de Tobias, morador de Tefé, pesquisa de campo de 2012).

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns elementos da história social e econômica que marcaram a ocupação humana da região ocupada hoje pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã a partir de 1900 aos dias atuais. O capítulo está dividido em três seções.

A primeira seção descreve a ocupação do Lago Amanã. Um dos elementos que marcou e influenciou o processo de ocupação do espaço, a escolha dos locais para a construção dos povoados, a variação do número de povoados e a dinâmica populacional foi o tipo de exploração econômica desenvolvida na região pelos moradores (ALENCAR, 2007). Tomando como ponto de partida a economia da borracha na Amazônia, temos como desdobramento para o entendimento da ocupação as atividades extrativistas, a patronagem, a crise da borracha, as ações do Movimento Eclesiástico de Base (MEB) e a divisão sociopolítica da Reserva Amanã. É importante refletir sobre estes elementos entrelaçados à história do Amanã, pois são eles que revelam o cenário atual no qual os moradores vivenciam sua cotidianidade, além das influências para a arquitetura ribeirinha de Amanã. A segunda seção descreve a economia camponesa a fim de compreendermos a organização social dos moradores de Amanã e a terceira aborda a sociabilidade do cotidiano.

1.1 O contexto histórico e as primeiras habitações

Para entender a configuração atual da área hoje ocupada pela comunidade Boa Esperança no Lago Amanã faz-se necessário compreendermos o contexto histórico no qual a comunidade está inserida e faz parte, pois qualquer região não pode ser tomada como entidade autônoma. Desta forma, a presente seção evidencia um conjunto de fatores que influenciaram na fundação da comunidade, sendo que um deles é fazer parte de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Como parte de um processo mais amplo da história da ocupação humana da Amazônia central, este trabalho prioriza o segundo momento da Economia da Borracha, após a Segunda Guerra Mundial (1931/1945).

Os sistemas de produção econômica ocorridos na Amazônia podem ser vistos como marcadores, ao relatarem a forma em que ocorria a exploração de recursos naturais. Estando inseridos nos projetos de desenvolvimento e integração nacional, o seu planejamento era direcionado a atender aos interesses das regiões hegemônicas. Um dos recursos que despertava grande interesse era o látex extraído da árvore chamada de seringueira (*Hevea Brasiliensis*).

O látex, por ser um insumo essencial para a produção de artefatos de borracha, teve sua procura maior após a Revolução Industrial. Iniciava-se, então, um mercado atrativo e que veio a se tornar um ciclo econômico que definia as rotas de exploração e, de certa forma, dos contingentes populacionais no interior amazônico. Porém, as empresas internacionais dominavam o mercado brasileiro, uma vez que a mão de obra não era qualificada e a produtividade, baixa.

Passado o período de euforia dos anos 1900/1910 quando se realizaram a maioria dos investimentos das empresas inglesas, de outros países europeus e dos Estados Unidos, a Amazônia deixou de ser polo de atração para esses capitais que se deslocaram para o Oriente e sudeste asiático, onde se iniciava e expandia velozmente um novo centro de produção de borracha para atender a crescente demanda das indústrias de pneus e outros artefatos. A borracha silvestre amazônica, em consequência do seu alto custo de extração, escassez de mão de obra, grande distância dos centros de comercialização, não teve condições de acompanhar o crescimento da demanda internacional (BENCHIMOL, 2009, p. 229).

A fim de aumentar a produtividade e a competitividade nacional, a primeira onda migratória aconteceu na segunda parte do século XIX com pessoas vindas do nordeste brasileiro fugindo da seca intensa e em busca de melhorias nas condições de vida: os que vieram para o interior da região amazônica “eram atraídos pelas notícias de fartura de recursos naturais e por promessas de enriquecimento rápido” (ALENCAR, 2009, p. 185). Esta migração tinha o apoio de empresas estrangeiras, dos donos de barcos a vapor e portos e do governo brasileiro.

A partir de 1827 até meados de 1932,

a Amazônia recebeu uma considerável massa humana de migrantes nordestinos, aqui genericamente conhecidos como *cearenses*. Procediam geralmente das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros Estados nordestinos, sendo tangida pela seca – *imigração por fome* –, ora simplesmente atraídos pelo *apetite* da seringa – *imigração por cobiça, fortuna e aventura*, ou simultaneamente por ambos. Geograficamente nascia, assim, uma nova Amazônia, baseada na seca e na *hevea*, e na conjunção de duas linhas: a de maior flagelo e sofrimento – o sertão – e a de mais resistência e atração – a floresta (BENCHIMOL, 2009, p. 153-154).

Mas, a realidade encontrada era outra, diferente das expectativas que carregavam consigo.

A viagem para Amazônia foi marcada inicialmente por uma grande expectativa que ao longo do percurso iria se transformando em desconsolo e, às vezes, frustração. Começava quase sempre em alguma cidade ou vilarejo do Nordeste até chegar ao seringal de destino. Ainda em terra, a viagem era feita em caminhões que lotavam as suas carrocerias e iam parando nos pousos situados nos vilarejos. Nesses pousos geralmente faltavam alimentos, água e aposentos dignos para todos que ali desembarcavam (NEVES, 2007, p. 53).

Ambiente de clima, flora e fauna desconhecidos. Muito trabalho e quase nenhum lucro. Ausência da família. Doenças tropicais. Escassez de alimentos. Ameaça constante de animais selvagens como onças e cobras. “Tudo isto impunha ao *brabo* nordestino um novo comportamento necessário a sua própria sobrevivência – o comportamento do seringueiro *manso*” (NEVES, 2007, p. 56). Por isso, muitos deles voltaram para casa do sertão, devido não só ao desânimo das falsas expectativas, mas também ao declínio da produção.

Com o colapso da borracha, muitos dos sobreviventes dessa fronteira humana regressaram ao Nordeste [...] Quando resolviam ficar nos seringais, lutando, apesar da crise e do colapso, muitos deles abandonaram o corte da seringa pela agricultura do arroz, feijão, milho, mandioca e cana de açúcar, que ajudava a tornar os seringais abandonados em centros de autossuficiência alimentar, complementada com a colheita da castanha no inverno, a coleta de drogas e gêneros regionais, a caça de animais silvestres e a pesca nos rios e lagos. Abandonaram, assim, uma economia altamente monetizada da seringa – uma economia de *bugre manso* capitalista – em favor de uma economia agrícola de subsistência (BENCHIMOL, 2009, p. 157).

Após o declínio da produção devido ao mercado altamente competitivo da Ásia, a Economia da Borracha viveu um novo período que foi marcado pelas demandas da guerra. Para enfrentar as novas exigências desse mercado, a ação governamental foi decisiva. O governo de Getúlio Vargas, em 1942, recruta pessoas para trabalharem nos seringais amazônicos.

Um seringal era, assim, uma comunidade humana, econômica e social de trabalho, que envolvia múltiplas funções e abrangia um grande universo de seringueiros, mateiros, camboieiros, capatazes, roceiros, fiéis de depósitos, auxiliares de escrita, guarda-livros, todos eles personagens e atores, a viver nas terras de seringa e castanha. Era preciso, também, fazer roçados para suprir de milho os burros e cultivar alguns gêneros alimentícios para diminuir os custos de alimentação do barracão e do tapiri; tratar bem das árvores para evitar a sua depredação como o sistema do arrocho e do *mutá*, observando com zelo e uniformidade no corte, sem *baterias* e nem *caga-fogo*. Cumpria-lhes convidar padres para o batismo das crianças, fazer casamentos e enterros; resolver brigas, evitar emboscadas, combater invasões de seringais vizinhos, justificar criminosos, seringueiros fujões, estabelecer vínculo de compadres e afilhados (BENCHIMOL, 2009, p. 161-162).

Os trabalhadores imigrantes eram alistados como soldados da borracha; pois acreditavam que correriam menos riscos do que se fossem enviados para a guerra. “O *exército dos soldados da borracha* incorporou consideravelmente contingente de cearenses, paraibanos, pernambucanos, rio-grandenses-do-norte e baianos” (BENCHIMOL, 2009, p. 154).

Os soldados nordestinos quando chegavam aos seringais, trazidos pelos seringalistas, ficavam um tempo no Barracão local, onde morava o gerente do seringal e famílias de trabalhadores assalariados, formando um pequeno vilarejo. Neste núcleo ficava o armazém de mercadorias e o de borracha e ele sempre estava localizado às margens dos rios para facilitar a retirada da produção e também o recebimento de mercadorias como gêneros alimentícios, munições, roupas, remédios e outros. Sua localização era estratégica para manter ligações com as unidades de trabalho chamadas de “colocações”.

As “colocações” eram uma forma de habitação coberta de palha com piso alto, tipo palafita, similar ao “tapiri” [...]. tais instalações tinham o objetivo principal de servir como um abrigo para proteger os moradores das chuvas, bem como de onças e outros animais. A “colocação” tinha um fechamento que a dividia em duas partes, porém, tinha apenas um cômodo, e o fechamento era feito com o caule da paxiúba (*Socrateaexorrhiza*), um tipo de palmeira, ou também era fechado com palha, dependendo da variedade de material disponível na região (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p. 39-40).

A mobilidade requerida da atividade extrativista em função da disponibilidade do recurso era acompanhada de uma mobilidade de indivíduos. A solução construtiva das instalações dos seringais deveria acompanhar esta mobilidade. Era preciso usar materiais de fácil acesso, que pudessem ser trabalhados manualmente, e de relativa durabilidade, uma vez que seriam de tempos em tempos desmontados. O resultado eram assentamentos dispersos, isolados e próximos a cursos d’água para facilitar o escoamento da produção.

Neves (2007), ao estudar o espaço da colocação e da casa do seringueiro, relata que é nela que o seringueiro mora e trabalha (p. 39). Ela difere da casa de moradia construída por ele, pois esta se localiza numa clareira aberta no meio da floresta, próxima a um igarapé e nela o trabalhador pode expressar parte de sua cultura de origem. Além disso, muito da cultura nordestina foi mantida nesse processo de adaptação.

Quando podiam construir suas casas de moradias, elas eram “formadas de tablados suspensos do solo e cobertos por uma camada de folhas, o chamado *tapiri*, consistindo numa unidade básica de sobrevivência na selva” (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p. 117).

A razão do imprevisto é explicitada pelo sentimento de transitoriedade que vivia o seringueiro. Pois ele não era o proprietário da colocação e deveria deixá-la sem tirar nenhum benefício. O benefício que fosse feito ficava com o patrão. Portanto, talvez seja uma das razões do seringueiro não fazer nenhuma benfeitoria na casa, visto que, nem ela lhe pertencia. A morada ali era provisória, ou seja, até o seringueiro saldar as suas

dívidas com o barracão e procurar outro seringal [...] O seringueiro, a princípio sem família e sem poder dedicar-se a agricultura, tinha uma residência instável (NEVES, 2007, p. 80).

Morada improvisada e instável num período que reflete a dependência ao patrão e sem família, ou seja, sem mulher e filhos. A ausência da figura feminina é ressaltada por Neves (2007) ao apontar que esta habitação não continha um sentimento de morada definitiva. A autora aponta que a colocação e a casa com a presença feminina marca uma transformação no espaço do seringal. “A chegada da mulher nas colocações ocorreu de diversas formas: pela junção de seringueiros nordestinos com mulheres índias; alguns conseguiram voltar para buscar no Nordeste as suas esposas e filhos” (NEVES, 2007, p. 85).

A presença da mulher trouxe melhorias para as moradas. O plantio se intensificou não só para a produção da farinha de mandioca, mas também para as hortaliças e leguminosas; assim como a criação de pequenos animais. A vida nas colocações começava a ficar mais “animada” por meio das festas e dos atos religiosos, como batizados e casamentos. Uma das melhorias feitas na casa era subdividi-la em mais cômodos para abrigar filhos e parentes. O espaço interno adquire mais objetos utilitários, como vasilhas, panelas e fogareiros de barro. Um cenário mais aconchegante que vem a acolher trabalhadores da seringa e suas famílias.

Devemos entender que as populações imigrantes – os que saíram do nordeste e foram para a Amazônia – carregavam consigo um repertório de signos ligados à sua habitação de origem. Uma região não mais seca, repleta de matas, rios e de variações sazonais, as novas construções mesclavam a arquitetura nordestina e indígena a fim de se adaptar ao ciclo hidrológico, além de um detalhe europeu quando havia a presença do patrão “de fora”, como no caso dos centros (NEVES, 2007; OLIVEIRA JUNIOR, 2009).

O “Centro” era constituído por várias colocações juntas, em média de três ou quatro, pois, em função da demanda de extração da floresta, formavam-se as várias estradas de seringa. Quanto às construções, algumas, como as igrejas e moradia de seringalista ou sertanistas, obedeciam a uma arquitetura europeia. Os materiais utilizados, como telhas de barro, azulejo, vitrais, imagens de Santos, continham a marca de fabricação portuguesa (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p. 41).

Os trabalhadores imigrantes nordestinos que resolveram ficar nos seringais com sua família e não voltar para o nordeste nem ir para as cidades próximas configuraram um novo espaço populacional no interior amazônico. Uma nova relação social com os patrões locais se

estabelecia e novas atividades produtivas surgiam como forma de se fixarem e de adaptarem ao novo estilo de vida.

1.1.1 Até virar Reserva

O processo migratório, durante a Segunda Guerra Mundial, formado por pessoas oriundas de outras regiões do país, principalmente nordestinos, se estende e reflete a história da ocupação da região de Amanã. Em busca de riquezas e de promessas de uma vida melhor no interior amazônico, esse trabalhador tem de se adaptar à nova realidade que é rodeada por cursos d'água e ampla floresta tropical. Tomando como ponto de partida a história da formação das localidades em Amanã, Alencar (2007) problematiza a ocupação humana da região a partir de relatos orais de antigos moradores que vieram acompanhados de seus pais a fim de trabalharem em atividades extrativistas, como a coleta da castanha e sorva.

A autora distingue dois momentos. O primeiro compreende o final do século XIX e a primeira metade do século XX e foi marcado por atividades produtivas extrativistas, como a extração do látex, a coleta da castanha e de produtos de origem animal (pesca e caça). Como a oferta dos produtos extrativistas não é regular, os indivíduos se deslocam em função da safra. Há, então, uma mobilidade em decorrência da atividade. As áreas de terras firmes eram as mais ocupadas, pois se situavam as colocações que serviam de base de apoio para aqueles que trabalhavam na extração. Os principais agentes desse processo migratório foram os patrões ao divulgarem as oportunidades de trabalho, viabilizarem o deslocamento e garantirem o abastecimento de mercadorias por meio do sistema de aviamento. Um sistema de crédito informal pelo qual um indivíduo (o aviador ou patrão) adiantava ao produtor (o aviado, no caso os trabalhadores que realizam as atividades extrativistas) certa quantidade de bens de consumo e, raramente, dinheiro, a fim de que este último pudesse sobreviver durante o período da safra extrativa. Os principais bens de consumo eram itens alimentícios (café, açúcar, sal, bolacha etc.) e materiais a serem usados para o trabalho (terçado e bota, por exemplo). O aviador registrava o débito e o valor era abatido quando o aviado entregava a produção. Contudo, o aviador se apoderava dos ganhos do produtor manipulando o preço para baixo da produção e aumentando o das mercadorias adquiridas. Conseqüentemente, a dívida gerava um ciclo vicioso que fazia o aviado sempre dependente do aviador.

Alencar (2009) relata que a vida nas colocações situadas dentro dos igarapés que davam acesso às áreas de extração era de extremo controle por parte dos patrões. Eles eram considerados pelos extratores como “brabos” devido, principalmente, aos excessos de autoridade que exerciam. “Os excessos referem-se principalmente ao modo como era explorada a mão de obra visando maximizar a produção, e o não pagamento daqueles trabalhadores que conseguiam obter uma produção suficiente para saldar suas dívidas junto ao barracão” (ALENCAR, 2009, p. 194). Foi um tempo marcado pela violência física a fim de se cumprir as leis impostas pelos comerciantes. Dos que suportaram a humilhação e sobreviveram, uns foram embora para a cidade e poucos permaneceram em Amanã.

Após o Ciclo da Borracha, a região do Amanã foi ocupada por comerciantes locais e por famílias que migraram a fim de realizar o extrativismo. Havia uma codependência entre os comerciantes e as famílias dos extratores. O controle do acesso e a posse do território estavam concentrados nas mãos de alguns comerciantes e que, de certa forma, outorgavam a algumas famílias mais próximas esta autoridade sobre o lugar. A prioridade de acesso, uso e posse se dava àquelas ligadas historicamente e que possuíam laços sociais de parentesco. A expressão que empregam para demonstrar tal prioridade é sobre aquele que “abriu” o lugar.

As famílias estavam assentadas de forma dispersa, em pequenos povoados formados por duas ou três casas, que eram ocupadas, geralmente, pela mesma parentela. Assim como na região da várzea,

[...] desde que o grupo de parentela continue coeso e servindo como referencial de identidade e de um vínculo com um lugar, mudar a casa de lugar faz parte de um hábito já naturalizado. As pessoas sabem que a cada cinco ou sete anos o material que usou para construir a casa se deteriora e precisa ser renovado. O que é central e fundante da identidade deste grupo é a rede de relações que existe entre as pessoas (ALENCAR, 2002, p. 224).

Estes povoados estavam relacionados ao patrão que liderava a área ou às primeiras famílias que ali chegaram. Como havia uma sazonalidade da produção, era comum uma periodicidade da ocupação. Os povoados eram construídos e reconstruídos de acordo com a mobilidade requerida da atividade.

Esta migração implicava que, ao chegar à área do Amanã, basicamente com alguns utensílios e uma “muda” de roupa, a construção para moradia deveria ter elementos construtivos que fossem estruturados num tempo relativamente curto. Assim como a migração de indivíduos para o Lago em virtude das atividades extrativistas marcava uma

mobilidade, a moradia deveria acompanhar esta característica. O uso de recursos naturais do entorno acompanhado de tecnologias simples era uma estratégia para alcançar a mobilidade requerida da edificação. Esta casa de moradia, chamada muitas vezes de *tapiri*, era construída com paus roliços encontrados nos arredores, coberta de palha e assoalhada de paxiúba. “O caule da palmeira é aberto em quatro metades. Formando pequenas tábuas, dispostas de modo a cercar a casa. Batidas, formam uma tábua com fissuras que, colocadas com a face exterior para cima criam o assoalho” (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p. 40).

A estabilidade dos povoados veio acompanhada da falência do sistema econômico extrativista. A letargia da economia da borracha estancou parte significativa dos imigrantes e fez com que algumas famílias fossem para a cidade. As famílias que ficaram no Amanã, foram estimuladas a fixarem residência num mesmo lugar. Um dos agentes que incentivou tal fixação foi a Igreja Católica por meio das ações dos Movimentos de Educação de Base (MEB).

Nos anos 60 a ação da Igreja Católica através da Prelazia de Tefé, do Departamento MEB-Tefé e da Coordenação de Pastoral e Paróquias da Prelazia de Tefé, iniciou ações voltadas para a melhoria das condições de vida da população ribeirinha. Estas ações resultaram na formação de unidades demográficas, as ‘comunidades’, porque estimulou as famílias que viviam dispersas e isoladas a se juntarem para formarem pequenos povoados (ALENCAR, 2007, p. 44).

Esta nova proposta implicava na agregação das famílias. Marcava-se uma ruptura na forma de ocupação do espaço a fim de poder buscar soluções para problemas comuns (ALENCAR, 2007). Para a autora, o termo comunidade empregado atualmente denota

um conjunto de pessoas que partilham um certo território, que realizam ações conjuntas e possuem uma forma de representação política representada pela figura do presidente da comunidade. A própria distribuição espacial das casas, a regulamentação das formas de acesso aos recursos existentes no território comum, a inexistência de divisões territoriais ou cercas demarcando a separação entre as casas é uma característica ressaltada na concepção local de comunidade. Mas a residência não é suficiente para inserir um indivíduo ou família numa comunidade. O que define, ressaltamos, é a participação (ALENCAR, 2007, p. 48).

A participação e o grau de envolvimento do indivíduo com as implicações da nova configuração do espaço constituem o traço marcante que remete ao sentimento de pertencimento, de fazer parte deste ou daquele grupo social.

O termo comunidade foi analisado em diferentes perspectivas teóricas ao longo do tempo. O texto atual da antropóloga Eunice Durham aborda, de maneira breve, porém objetiva, o emprego do termo. Por meio de uma breve discussão histórica, aponta em primeiro lugar que

Na linguagem comum, a noção de comunidade refere-se a uma coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão afetivamente identificados uns com os outros. Essa ideia, que pressupõe harmonia nas relações sociais, é altamente valorizada, constituindo, por assim dizer, o ideal da vida social” (DURHAM, 2004, p. 221).

A ideia de harmonia e consenso é um mito, pois há uma contraposição de interesses inerentes a qualquer agregado humano. Contudo, o conflito ocorre num universo comum. E é esta característica que a autora irá ressaltar para empregar o termo comunidade.

Proximidade espacial, homogeneidade, afetividade, consenso e participação são elementos a serem destacados para se compreender o seu uso. Viver em comum dentro do mesmo espaço implica que

todos estão sujeitos às mesmas condições, estando presos ao mesmo estilo de vida. Nessas circunstâncias, uma seca ou uma inundação, por exemplo, afetam a coletividade no seu conjunto e não a um ou outro indivíduo (p. 223)

Outro ponto a ser destacado é que “todos acreditam nos mesmos mitos, praticam os mesmos cultos, conhecem as mesmas técnicas, manejam instrumentos idênticos, obedecem às mesmas normas” (p. 223). Essa homogeneidade de valores e condutas em que o indivíduo está imerso na sua cotidianidade reconhece a existência de uma certa codependência entre seus pares. Desta forma, a organização da comunidade, ou seja, tudo aquilo que ela precisa para se desenvolver é analisada em termos de instituições como a família e o grupo de vizinhança. Por fim, a autora alerta que

análise dos aspectos da vida social que se desenrolam dentro da esfera de autonomia relativa própria de certos agrupamentos sociais, mas é inadequada para aprender os aspectos estruturais da sociedade que interferem na ação local e delimitam sua autonomia (p. 225).

A perspectiva empregada pela autora para conceituar o termo comunidade aplica-se para o entendimento das comunidades de Amanã e orienta a pesquisa.

No final dos anos 90, ocorrem novas mudanças: os moradores do Amanã passam a ser residentes de uma unidade de conservação.

[...] a criação da Reserva Amanã está intimamente interligada com sua vizinha, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Foi durante a V Assembleia Anual de Moradores e Usuários da Reserva Mamirauá, em 1996, na presença de representantes da população local de Mamirauá, de representantes de várias entidades e organizações de base regionais, de autoridades locais, e de representantes do Ipaam, que lideranças da população da região do lago Amanã manifestaram seu desejo de que naquele local fosse criada uma reserva em moldes similares àqueles da Reserva Mamirauá. Este foi um acontecimento fundamental para deflagrar a elaboração de uma proposta formal de criação da Reserva Amanã (QUEIROZ, 2005, p. 247).

Este novo modelo almejado tanto por ambientalistas que promoveram e apoiaram a sua implantação quanto aos próprios usuários veio reforçar o ideal de coletividade e introduziu um novo sentido de identidade às populações locais, as quais foram convocadas a desenvolver em atividades capazes de garantir o uso sustentado e a preservação dos recursos naturais, e a participar do processo de ordenamento do território e de definição das regras de uso desses recursos (ALENCAR, 2007, p. 116).

O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil, e no Terceiro Mundo, em geral, é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Ele deriva da concepção de áreas protegidas, construída no século passado nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida selvagem (wilderness) ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Esse modelo expandiu-se logo em seguida para o Canadá e países europeus, consolidando-se como um padrão mundial, principalmente a partir da década de 60 quando o número e a extensão das áreas

protegidas ampliaram-se enormemente em todo o mundo (ARRUDA, 1999).

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como um desses modelos, vêm a ressaltar e dar visibilidade às populações que ali residiam antes da intervenção do Estado.

Estas populações - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes - em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999).

Neste contexto de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais por meio da permanência em unidades de conservação é que nasceu a experiência de Mimirauá, em seguida a de Amanã. Em 04 de agosto de 1998, houve o decreto da Reserva Amanã. Mesmo antes de sua implantação, extensionistas e pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá realizavam atividades que visavam informar às comunidades sobre as atividades que seriam desenvolvidas, como fortalecimento comunitário, mapeamento e captação de recursos (BEZERRA, 1999). Mas, somente em 2001, é realizada uma assembleia, composta por representantes locais, com o objetivo de implementá-la definitivamente e de subdividir a área. Uma parte seria destinada ao uso sustentado e outra à preservação. Na área de uso sustentado estão localizados os assentamentos humanos organizados primeiramente em setores². O Plano de manejo é o instrumento que normaliza e recomenda ações para a utilização dos recursos naturais em ambas as partes, tanto para a de uso sustentado quanto para preservação. Sendo um instrumento de racionalidade técnica deve ser proposto com base em pesquisas biológicas e sociais e aprovado pelos órgãos gestores.

O território que hoje corresponde à Reserva Amanã está localizado na região do interflúvio dos rios Negro e Japurá e conectada à área da RDS Mimirauá e Parque Nacional do Jaú, formando, assim, um enorme mosaico de florestas protegidas. A paisagem natural de Amanã

² Entende-se por setores um “conjunto de comunidades localizadas relativamente próximas umas das outras, que tomam decisões conjuntas sobre o manejo dos recursos e sobre questões locais” (SOARES, 2006, p. 42). Essa setorização segue uma subdivisão da igreja Católica.

apresenta um imenso mosaico de ambientes muito representativos das mais importantes paisagens amazônicas. Existe uma imensa extensão de terra-firme de ambos os lados do lago Amanã, cada qual com distintos aspectos geomorfológicos e perfis de relevo. Há uma porção menor de várzea a sudoeste e ao sul do lago, e outra porção menor de igapós em suas margens. [...] Importantes representantes da flora e da fauna das matas alagadas e não-alagadas da Amazônia podem ser encontradas em Amanã, alguns deles oficialmente listados como ameaçados ou vulneráveis, vivendo ainda em alto grau de conservação. As populações de pirarucus, jacarés, botos, peixes-boi, ariranhas, onças, queixadas, gaviões-reais e muito outros vertebrados são proterbiais, e sua abundancia ainda é relativamente alta quando comparada a outras porções do território naquela parte da Amazônia. Grandes estoques de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros são encontrados no interior da reserva (QUEIROZ, 2005, p. 248).

Conforme o último censo demográfico realizado na RDSA (IDSM, 2010), a população de moradores e de usuários é de 3653 pessoas, distribuídos em 612 domicílios e 84 localidades. A população humana de Amanã está mais concentrada em torno do Lago Amanã, que é um dos maiores da região amazônica, com cerca de 45 km de comprimento e 2 km a 3 km de largura, e em ambos os lados do lago existe uma imensa extensão de terra-firme (QUEIROZ, 2005). “O Lago Amanã desempenha um papel importante no processo de ocupação humana da área da RDSA, por ser via de acesso a outros cursos de água através dos quais é possível fazer a comunicação com o Rio Negro e o Rio Japurá” (ALENCAR, 2007, p. 6). A comunidade Boa Esperança situada às margens do Lago Amanã foi escolhida como locus da pesquisa (Figura 1), pela facilidade de acesso, pela aceitação dos moradores em participar da pesquisa e por representar um modelo de organização social semelhante às outras comunidades do entorno.

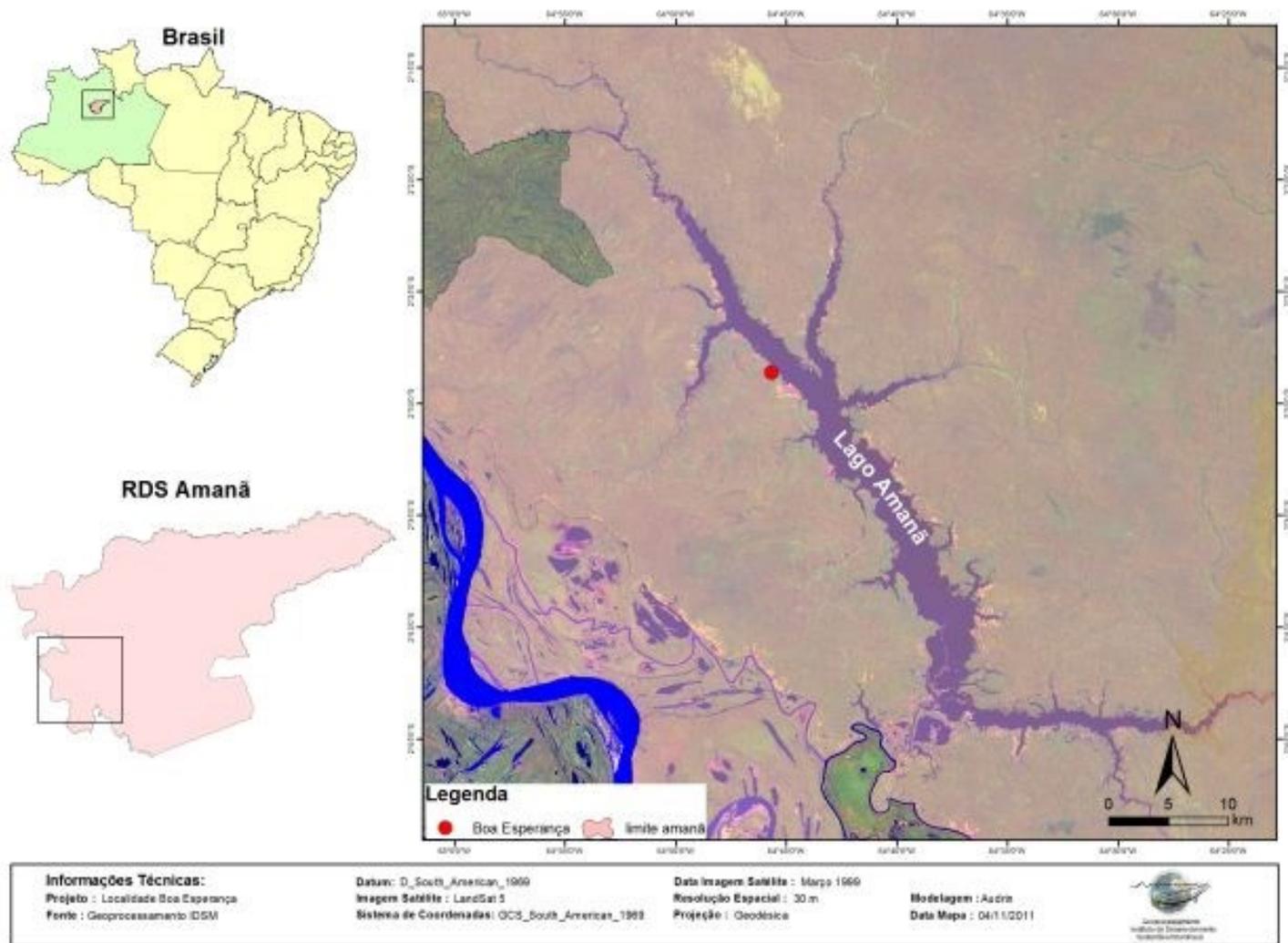


Figura 1 – Mapa da comunidade Boa Esperança
 Fonte: IDSM, 2011.

1.1.2 Os arigós e suas casas

A história da Boa Esperança, assim como as outras áreas do entorno do Lago, está associada à história das famílias fundadoras que vieram para a área trabalhar nas atividades extrativistas. Alencar (2007) relata que

O momento de maior ocupação ocorreu entre os anos 30 e 50, auge do extrativismo vegetal, que coincide com o aumento do consumo do látex, particularmente nos anos 40, quando aconteceu a segunda guerra mundial. Esse momento é lembrado pelos moradores, como sendo de grande movimentação de embarcações de comerciantes que percorriam rios, lagos e igarapés aviando mercadorias e recolhendo a produção, e também pela entrada de pessoas oriundas da área urbana ou de outras regiões para trabalhar no corte da sorva e da seringa (p. 63).

A maioria dos que hoje residem na comunidade Boa Esperança é descendente de nordestinos conhecidos localmente como *arigós*. A história da comunidade é um exemplo de ocupação de famílias de seringueiros vindos da região do Juruá, trabalhando inicialmente na coleta da castanha, sorva e pesca. Para Soares (2006), esta história pode ser compreendida a partir de quatro momentos:

“No tempo da seringa” apresenta o período vivido nos seringais no rio Juruá; “Convite para mudar de lugar – morando no Juá Grande, Lago Amanã”, retrata a vinda das famílias do Juruá, e sua primeira morada no Lago Amanã – no Juá Grande; “Aí chegou o tempo das comunidades” evidencia a agregação das famílias na formação da comunidade, a partir da intervenção da Igreja Católica e “Depois que veio a reserva”, destaca o período mais recente, momento de criação da Reserva Amanã (p. 60).

Por meio de um convite de um parente que havia se tornado patrão, em 1976, algumas famílias se transferiram para o Lago Amanã a fim de trabalharem na atividade extrativista – seringa, sorva e maçaranduba, além da pesca e caça. Mas, pequenos roçados eram iniciados para atender o consumo interno das famílias e, ocasionalmente, a farinha de mandioca era comprada. Para colocar seus roçados, tiveram que trabalhar arrancando mandioca para famílias que já moravam no Lago Amanã, a fim de adquirirem talos de maniva para os seus plantios (SOARES, 2006). Contudo, o maior incentivo para uma produção destinada ao mercado externo foi a presença de comerciantes – regatões – no Lago. “As famílias chegaram

com seus filhos e filhas e trouxeram o que possuíam – desmancharam suas casas e roças e vieram com suas mudanças, para começarem uma nova vida” (SOARES, 2006, p. 69).

Inicialmente, sete famílias instalaram-se no povoado chamado de Juá Grande. Um dos filhos dos antigos moradores com ainda 14 anos de idade relata que chegou ao Amanã com seu pai e as outras famílias. Como eram muitos, eles se distribuíram na casa do patrão e na casa de farinha. No dia seguinte, o pai foi coletar os materiais necessários para a construção da casa de moradia. “Quando eu nasci que abri meus olhos e já me entendia, morava numa casa coberta de palha, assoalhada de paxiúba, cercada de cascas. Amarrada de cipó. Sem nenhum prego” (depoimento de Seu Luiz, morador da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo 2012).

De acordo com a lembrança dos mais antigos, suas primeiras casas no Amanã eram cobertas de palha, que podiam ser de ubim-branco ou ubim-açu, as paredes eram de paxiúba ou de casca de envira. Naquele tempo não havia motosserra. A construção era manual e o terçado e machado eram os principais instrumentos. Como não havia pregos, os encaixes dos paus roliços e as amarrações eram feitas com cipó jurará e titica. A habilidade era dos mais velhos que iam repassando para os filhos à medida que novas casas eram erguidas.

Naquele tempo, uns trinta anos para cá, não existia motosserra. A serra era manual. Eu não sabia serrar, então apelava para tirar paxiúba, tirar palha [...] Nessa época tinha muita pobreza, tinha muita carência. O camarada tinha sofrido e não tinha mais nada para botar numa casa. Aí, qualquer casinha cabia, né. Só tinha um filho e uma rede, e acabou-se, e alguma valia (depoimento de Seu Jota, morador da comunidade Calafate, pesquisa de campo 2009).

Ainda em relação à lembrança de como as casas eram no passado, as famílias sempre se remetem também às roças que foram deixadas para trás no antigo lugar de morada. Para as mulheres, as plantas cultivadas no quintal são motivos de recordações e lamentações. Ao serem indagadas sobre o porquê dessa mobilidade, os motivos variam desde falecimentos na família a desavenças com parentes ou facilidade de estudo para as crianças (MARQUES, 2010). Assim, como na Reserva Mamirauá,

As casas não aparecem como referencial importante, já que, sendo construídas de madeira, quando desfeitas deixam poucos vestígios, no máximo os *barrotes* sobre os quais são fixados os *esteios* que formam a estrutura da casa (ALENCAR, 2007, p. 108).

Este fato remete pensar não só no espaço casa, mas também no lugar, no contexto em que está inserida. Pois, como a autora sustenta:

O lugar compreende o local onde estão as casas, as roças e as capoeiras das famílias que descendem de um ancestral comum; as áreas onde são desenvolvidas atividades de pesca e de extrativismo e inclui, ainda, os locais que são significativos por servirem como âncoras da memória e da história do grupo (ALENCAR, 2007, p. 99).

As casas, geralmente, dividiam-se em sala, quarto e cozinha. As medidas eram pensadas em termos de palmos (cada palmo media aproximadamente de 20 a 23 centímetros). Alencar (2002), ao descrever a compartimentação das casas da várzea do médio Solimões, ressalta a importância do mosquitoireiro como definidor de espaço:

As casas nessa área da várzea geralmente possuem apenas dois cômodos, um deles sendo uma sala que serve como espaço de sociabilidade onde são recebidas as visitas, onde se fazem as refeições e fica o pote com água para beber; e um segundo espaço que é a cozinha - geralmente uma pequena construção anexa à construção principal, possuindo apenas uma parede -, onde as pessoas preparam a comida e fazem também as refeições. Algumas casas possuem um quarto separado onde é armado o mosquitoireiro da família. Mas, na ausência deste espaço, o lugar que faz às vezes de sala se transforma em quarto, quando no centro dele, ou em um dos lados, se arma o mosquitoireiro.

Considerando-se que as casas em sua maioria não possuem todas as paredes, e que não existe um espaço mais reservado para a família, o mosquitoireiro adquire um papel especial. Ele passa a ser o lugar mais íntimo da casa, cujo acesso somente é permitido aos seus moradores. A entrada no mosquitoireiro de uma pessoa que não é da casa ou parente da família é uma atitude condenável, pois significa um desrespeito para com os donos da casa (ALENCAR, 2002, p. 221).

Com o apoio da prelazia de Tefé, os moradores migraram do Juá Grande para a área que hoje é ocupada pela comunidade Boa Esperança e a fundaram em meados de 1980 (SOARES, 2006, p. 82). A fim de instalarem as famílias e lhes proporcionarem condições de subsistência, as primeiras áreas agrícolas para plantação da mandioca foram abertas. Somente após um ano (tempo necessário para que haja alguma produção), os moradores iniciaram as melhorias na área que pertenceria à comunidade; como por exemplo, o campo de futebol e a escola. À medida que a infraestrutura ia melhorando, parentes dos que já estavam vinham residir na comunidade.

Este novo momento é marcado pela estabilidade da população em assentamentos.

A partir da adesão ao projeto da Igreja Católica, a população local passou a denominar os agrupamentos humanos, seus locais de moradia como *comunidades* e a se auto identificarem como *comunitários*. Neste sentido, *comunidade* é um termo que marca a relação de intervenção da Igreja Católica (SOARES, 2006, p. 82).

A agregação das famílias para formar as comunidades foi pouco a pouco alterando a forma da casa. Como o ribeirinho não precisava mais deslocar sua casa em função das atividades extrativistas, ele pôde melhorá-la, proporcionando, assim, maior durabilidade dos materiais empregados.

Porque depois que inventaram esse negócio de comunidade, parece que ficaram com vergonha. [...] Um dia desse eu falando para esse menino daqui de casa, uma casa coberta de palha e assoalhada de paxiúba, porque pelo menos faz menos quentura, é fresquinha... [o filho responde] Ah mãe, nós moramos na comunidade e toda as casas são cobertas de luminó e só nós de palha? [a mãe questiona] E o que tem menino? (depoimento de dona Marlene, moradora da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo 2009).

Ao invés das casas serem construídas com paus roliços e palha de ubim, a casa na comunidade passa a usar madeira serrada e as telhas de alumínio (Figura 2), alterando a estética. O uso da motosserra na comunidade Boa Esperança foi relatada por um antigo morador que ela foi inserida, inicialmente, para facilitar o trabalho de derrubada das toras de madeira no roçado. A primeira casa de madeira serrada não foi produzida por madeiras do entorno, mas por madeiras vindas da cidade de Coari. Ao iniciarem o manuseio da motosserra, alguns homens ganharam habilidade e aprenderam a serrar madeira para benfeitorias na comunidade.



Figura 2 – Vista parcial da Comunidade Boa Esperança – RDSA
Fonte: IDSM, 2012.

O viver em comunidade também influenciou as estratégias de produção econômica das famílias. Atualmente, a atividade de agricultura é o elemento da realidade da vida cotidiana dos moradores de Amanã que direciona os afazeres domésticos e as relações de sociabilidade. Contudo, torna-se relevante compreender, inicialmente, a organização social para a produção.

1.2 Economia doméstica em Amanã

O artigo intitulado “Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste”, de Ellen Woortmann (1995), discute as “principais teorias do campesinato, mostrando que elas não levam em consideração a dimensão do parentesco como princípio organizatório e como elemento central da reprodução social do campesinato” (p. 29). O autor aponta que para Chayanov a família representa uma unidade de trabalho e de consumo. Como grupo doméstico, que aceita a inserção de agregados, a razão consumidores/produtores se altera ao longo do ciclo de desenvolvimento desse grupo. Para ele, “as relações internas à família são vistas apenas como relações de trabalho” (p. 30). Por outro lado, Galeski considera como membros da família aqueles que somente têm laços de consanguinidade e, portanto, a enfatiza. A continuidade entre gerações como foco de observação e a ausência em

se observar as alianças formadas entre membros de diferentes famílias, faz com que o campesinato seja visto a partir do “*woorkteam*, isto é, um grupo diferenciado internamente no trabalho e hierarquizado, onde o indivíduo está enraizado na família e a ela subordinado” (p. 31). Para Tepicht, Woortmann (1995) aponta que o seu campesinato baseava na análise da comunidade e nas relações das famílias. Por fim, o autor observa “que todos consideram a família como central para a compreensão do campesinato” (p. 34) deixando de fora as relações de parentesco.

A reprodução social da família e do patrimônio através de gerações, salienta o autor, deve levar em conta as relações de parentesco. Entendemos que estas inclui não somente indivíduos que possuem laços de consanguinidade, mais também de afinidade. Se a capacidade de produzir alimentos implica na disponibilidade de mão de obra para incrementar a força de trabalho, a inserção de outras famílias ou de indivíduos é uma estratégia de reprodução. Portanto, as relações interfamiliares devem ser incluídas a fim de se compreender o campesinato.

A categoria de campesinato é analisada aqui nesta pesquisa como categoria social que organiza a sua produção em bases familiares e de parentesco. As esferas econômicas e familiares estão correlacionadas, pois a unidade doméstica camponesa funciona tanto como unidade de produção quanto de consumo e, por meio do trabalho familiar, o camponês estabelece seu vínculo social com a terra. Ou seja, a composição da unidade de trabalho corresponde à disponibilidade de mão de obra de cada grupo doméstico. Há uma diversidade de atividades econômicas para garantir o consumo da família durante o ano inteiro. A família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes. A divisão social do trabalho é segmentada entre os membros, de acordo com gênero e idade. Homens e mulheres têm papéis sociais distintos: elas são responsáveis pela esfera doméstica e cuidado com as crianças; enquanto eles, pela esfera de consumo e mercado. O planejamento e a disposição para esta estratégia diversificada estão ligados ao ciclo de vida doméstico e às necessidades de consumo (WOORTMANN, 1995).

Outro ponto importante acerca desse tipo de grupo social é o fato de recorrerem às gerações antecessoras a fim de construir um saber. Este é transmissível aos filhos e justifica as tomadas de decisões referentes às estratégias adotadas ao longo do tempo. A reciprocidade que une os membros de uma parentela e aos que estão no entorno constituem um traço marcante deste grupo social e age como facilitador desse repasse de conhecimento. Os fortes

laços de reciprocidade garantem também ajuda mútua entre os domicílios nas etapas mais pesadas do trabalho formando, assim, uma rede social.

Witkoski (2010) resume o campesinato amazônico da seguinte forma e nos ajuda a pensar como se realiza em Amanã:

[...] os meios de produção fundamentais são a terra, a floresta e a água; a mão-de-obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é, praticamente, familiar; há uma divisão sexual e social do trabalho na família – seja ela extensa e/ou nuclear; a tecnologia usada é simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais, o que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais – que passam de geração a geração por via oral; importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si para outros homens – mercadorias; os camponeses amazônicos participam de um mercado de rede; possuem clara noção de território, onde o grupo produz e reproduz econômica, social e politicamente; por fim, poder político interno organizado de modo precário – em geral, o poder reside nas mãos de agentes de comercialização (p. 163).

Em Amanã, esta casa localiza-se numa área geográfica que apresenta uma riqueza de recursos naturais distribuída em ambiente terra, água e florestas, assim como Witkoski (2010) ressaltou. As atividades cotidianas e, especialmente, as econômicas obedecem a um calendário fortemente influenciado pelas estações cheia e vazante, seca e enchente. Há uma habilidade em manusear tais recursos e usá-los como meios estratégicos à sobrevivência. O entrelaçamento entre racionalidade camponesa e sazonalidade do ambiente e recursos nos ambientes terra, água e floresta deve ser pensado em conjunto quanto se procura compreender a organização e planejamento das atividades produtivas.

O ambiente terra está relacionado aos cultivos desenvolvidos pela atividade humana. As práticas agrícolas, os sítios, os quintais e a criação de animais são exemplos de atividades desenvolvidas no ambiente terra. Na comunidade Boa Esperança, ainda no período da borracha, as primeiras famílias que chegaram à região não se dedicavam com intensidade às atividades agrícolas. As roças, como são chamadas as áreas destinadas aos plantios, eram destinadas a ter produtos para o consumo interno dos próprios membros. Ela só passou a ser desenvolvida como prioridade a partir da intensificação das ações do MEB nos anos 70. Inicialmente, as famílias dedicavam-se ao plantio da banana e limão e “com a decadência da

fruticultura, a solução encontrada foi intensificar o plantio de roças com a produção de farinha de mandioca e seus derivados” (SOARES, 2006, p. 75).

Atualmente, os moradores de Amanã se identificam como agricultores.

Eu trabalhei com castanha, seringa, sorva, madeira. Tudo isso eu fiz. Pesca. Mas, de trinta anos pra cá mudei pro ramo da agricultura. Fazer roça, fazer plantio [...] Agora todo mundo é conhecido como agricultor. Hoje ninguém é pescador, ninguém é madeireiro. Nem nada mais, só agricultura (depoimento de João, morador da comunidade Calafate, pesquisa de campo de 2009).

As roças destinadas à produção da farinha de mandioca têm papel central na economia doméstica e agem como *status* indicador da autonomia do grupo doméstico. A partir dos esforços necessários para a produção da farinha, as roças agem como centro em torno do qual as demais atividades se desenrolam.

As práticas agrícolas atuais desenvolvidas pelos moradores podem ser de ciclo curto ou perene.

[...] do tipo itinerante, com manejo baseado no sistema de derrubada e queima, seguido de pousio. Há rotatividade de solos e de cultivos. Os agricultores derrubam a floresta (“mata virgem” ou capoeira), queimam o material derrubado, incorporando os nutrientes no solo, e em seguida fazem os plantios [...] A área então é abandonada e deixada em pousio para que se estabeleça a regeneração natural, e os agricultores transferem seus roçados para outro terreno (PEREIRA *et al.*, 2006, p. 14).

Este trabalho de derrubada-queima-plantio-pousio é constante ao longo do ano em Amanã e todos os membros da comunidade estão ocupados ora numa etapa, ora em outra.

O calendário produtivo em terra firme segue duas estratégias quanto ao plantio, colheita da mandioca e o beneficiamento dos tubérculos. Segundo a descrição das atividades desempenhadas, o preparo do terreno (conversão de habitat natural para uso agrícola: derruba, junta e coivara) acontece em meados de julho, aparecendo casos em que a abertura de áreas florestadas foi no mês de maio. O plantio é realizado entre os meses de agosto a outubro, sendo a primeira capina em área de capoeira após dois meses do plantio e, em área de mata bruta em quatro meses após o plantio (VENTURATO, 2010, p. 15).

Porém, ter somente área para realizar o cultivo da mandioca e de outros produtos agroflorestais não basta. O roçado ou roça, como são chamadas estas áreas, necessitam de um local para beneficiar aquilo que é cultivado. A casa de farinha é o lugar onde os tubérculos de mandioca são processados a fim de transformá-los em produtos para consumo, que podem ser, além da farinha, o beiju – que se trata de uma goma pronta temperada, peneirada fininha e torrada no forno – e o tucupi, um “líquido de sabor picante liberado pela mandioca, avidamente consumido, após ser fervido, e usado como tempero regional” (VENTURATO, 2010, p. 28). Neste local, os tubérculos são cevados, espremidos, peneirados, torrados e transformados em farinha.

Já depois de descascada, posta na gareira e estar pronta para ser torrada, a massa de mandioca amarela segue para a casa de farinha. Alguns materiais importantes necessários à torração são: prensa, tipiti, motor de seiva, uma canoa antiga para armazenar a massa que foi cevada, peneira, cuia, pedaços de madeira para escorar a peneira enquanto a farinha é embolada, forno, remo, caixa de armazenamento de farinha torrada e saco de ráfia (VENTURATO, 2010, p. 27).

Nas áreas dos roçados, os moradores também cultivam algumas frutas e legumes; como abacate, banana, macaxeira e jerimum. Mas, geralmente, é em torno da casa – o quintal – onde as mulheres plantam hortaliças e outros temperos para o preparo do alimento. O canteiro suspenso (Figura 3) compreende uma

pequena armação usada para o plantio de temperos e cheiros-verdes (cebolas, coentro, cebolinhas, etc.), feita com latas de ferro, cascos de canoas velhas, caixas de madeira artesanais, ou ainda vasilhas de barro. O canteiro é suspenso por ripas e forquilhas, para evitar a perda da plantação durante a cheia. Em geral, os canteiros ficam no fundo da casa, próximos ao *jirauzinho* ou cozinha (LIMA *et al.*, 2006, p. 39).



Figura 3 – O canteiro suspenso e os arredores de uma casa ribeirinha
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Há também no quintal galinheiros, chiqueiros e pequenas acomodações para animais domésticos que serão utilizados posteriormente na alimentação. A criação de pequenos animais é uma prática que se realiza ao redor da casa e cabe à mulher, entre uma atividade e outra, cuidar dos animais e do que cultiva nas suas hortas suspensas. Não ter nenhuma pimenta-de-cheiro nem cebolinha-de-palha para temperar a caldeirada de peixe demonstra que a esposa não é muito zelosa.

No ambiente floresta, os moradores desenvolvem a prática de coleta de produtos ofertados pela natureza, como o extrativismo vegetal e animal (caça e pesca): “o extrativismo apresenta-se no interior da unidade de produção familiar como um dos componentes dos diversos subsistemas que integram o sistema de produção camponês” (WITKOSKI, 2010, p. 254). Como as demais atividades, está inserido e subordinado às estações e ao regime das águas.

A caça no Amanã, tanto terrestre quanto aquática, especialmente na comunidade Boa Esperança, tem importância para o autoconsumo (como fonte proteica) e para o comércio local, apesar de ser proibida por lei federal no Brasil. A atividade é realizada essencialmente por homens. Contudo, em alguns eventos pode participar

todas as pessoas presentes na comunidade, com exceção daquelas que estão impossibilitadas momentaneamente como as mulheres grávidas, enfermos ou idosos com restrições de locomoção. No entanto, essas pessoas não são consideradas caçadoras, especialmente por aquele grupo chamado de caçador (VALSECCHI; AMARAL, 2009, p. 40).

A época considerada pelos caçadores como melhor para a atividade é o período compreendido como da cheia, devido aos mosaicos de ilhas formados durante a estação que faz com que o animal fique ilhado e mais suscetível ao abate (Figura 4).



Figura 4 – A volta para casa após o abatimento da caça
Fonte: IDSM, 2012.

Há uma diversidade de animais abatidos, sendo os mamíferos herbívoros e as aves de grande porte os principais, além dos quelônios. Os preferidos para consumo são da espécie *Tayassu pecari* – as queixadas – e a cutia e a paca como roedores. A caça de veados é muito apreciada pelos moradores e ocorre com frequência (Figura 5), apesar de terem pouca contribuição na renda das famílias (VALSECCHI; AMARAL, 2009).



Figura 5 – Moradores se reúnem para compartilhar a carne do veado caçado
Fonte: Acervo do autor, 2009.

O extrativismo vegetal na comunidade Boa Esperança é mais direcionada para o consumo da família e envolve, principalmente, a coleta de plantas medicinais, castanha, açaí, tucumã e bacaba. A retirada de madeira é empregada apenas para benfeitorias locais; pois sua comercialização para fora da Reserva não é permitida por lei.

A partir do ambiente água, os moradores obtêm a proteína animal necessária para seu sustento.

[...] as águas de trabalho são as responsáveis pela maior parte da produção da proteína animal necessária à vida camponesa – ainda que a caça [...] dela participe. Sem a abundante proteína proveniente da ictiofauna e sem o carboidrato oferecido pela farinha da mandioca, a vida [...] certamente seria muito difícil, senão impossível (WITKOSKI, 2010, p. 290).

A pesca no cotidiano dos moradores de Boa Esperança é fundamental para que se considerem alimentados, por esse motivo quase todos os dias os homens pescam. Geralmente, ocorre na saída para a roça, logo pela manhã (Figura 6). Sempre há peixes frescos para o preparo, que pode ser pacu, tucunaré ou surubim. Eles são pescados geralmente com malhadeira, no fim da tarde quando acabam as atividades no roçado e vão

para casa descansar. Em casa são tratados, fritos e o restante do peixe é conservado em sal ou armazenados no *freezer* para o dia seguinte.



Figura 6 – O silêncio do amanhecer para um pescador
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Em resumo, pode-se dizer que, assim como em Mamirauá,

O grupo doméstico, formado por unidades domiciliares, em sua maioria nucleares, continua sendo a unidade básica de produção e consumo. As casas apresentam graus variáveis de envolvimento com o mercado, algumas muito integradas, outras menos, mas em comparação com outras economias de base familiar, o nível de dependência do mercado é relativamente baixo. Por causa desses atributos – uma produção diversificada, organização do trabalho familiar e uma integração parcial ao mercado, se trata, ainda, de uma economia doméstica do tipo camponesa (LIMA, 2010, p. 11).

Os moradores da comunidade identificam e associam a melhoria das condições de vida ao fato de que hoje estão mais independentes dos padrões se comparado à época altamente extrativista de quando chegaram ao Amanã. Hoje, já adultos e com suas famílias formadas, podem vender eles próprios seus produtos também devido a uma maior

conscientização sobre a importância da organização e união comunitária (SOARES, 2006, p. 90).

Lima (2010) ressalta que o diferencial dessa economia doméstica

é o fato de lidar com um controle, mais ou menos forte dependendo do recurso, estabelecido pelos sistemas de manejo que as comunidades e os pesquisadores do IDSM desenvolveram juntos. O controle visa garantir a reposição dos recursos e assegurar a sustentabilidade de sua exploração (p. 11).

A autora ainda aponta que

Essas mudanças na economia doméstica afetam as relações familiares e, por extensão, as relações entre as casas das comunidades. Tradicionalmente, as relações de parentesco que definem a ordem doméstica e caracterizam as parentelas nas comunidades, respondem a valores de reciprocidade e simetria. As relações são organizadas por uma hierarquia geracional, predominante nos limites das casas, mas não só, e uma ênfase em relações horizontais entre as casas. As novas condições de produção afetam a reprodução dessas relações tradicionais. As relações domésticas precisam lidar com as mudanças na organização do trabalho, especialmente com a menor participação dos filhos no trabalho de roça. A maior ligação com a cidade aproxima principalmente os jovens dos valores urbanos de individualidade e independência econômica (p. 24).

A economia camponesa em Amanã, mesmo que em transformação, ainda está organizada em grupos domésticos e sobrevive no seio de uma coletividade local. O parentesco determina os níveis de oportunidade de participação. O patrão local ainda é visto como principal agente de comercialização que o faz por meio do sistema de aviação.

Por detrás do personagem está a clientela – “uma instituição essencial do mundo rural tradicional, pois é através dela que o trabalhador se integra na sociedade mais ampla da qual depende” (DURHAM, 2004, p. 166). O patrão é o personagem que conhece, interpreta e manipula o mundo exterior por meio de sua autoridade.

Essa autoridade, o “patrão” a exerce na medida em que participa do universo comunitário, isto é, por meio do estabelecimento de relações pessoais com os seus membros, pois é o vínculo pessoal que garante a reciprocidade da relação. Como intermediário entre o caboclo e a sociedade mais ampla, ao mesmo tempo em que exerce autoridade, é também o protetor e o conselheiro ante esse mundo que representa. E, na

medida em que cumpre seu papel, apresenta-se como figura paternalista, a cuja autoridade se deve corresponder com respeito, a cuja proteção se deve retribuir com lealdade (DURHAM, 2004, p. 167).

Em Amanã, o patrão participa ativamente deste universo comunitário. Um dos padrões locais, reside na comunidade Boa Esperança. Em tempos de entre safra, ele adianta itens alimentares e presta ajuda quando há casos de doenças nas famílias. Com o valor da produção previsto, ele, às vezes, também adianta a compra na cidade de objetos caros; como por exemplo, televisores. Ele age como intermediário e cumpre o papel de paternalista, citado pela autora. A relação comercial pode ser interrompida em algumas situações; mas, a aliança e, conseqüentemente, a lealdade perduram ao longo da vida.

1.3 A sociabilidade da vida cotidiana

Heller (2000), ao abordar sobre a estrutura da vida cotidiana, aponta que o amadurecimento do homem pressupõe, em primeira instância, a manipulação das coisas, “das coisas, certamente, que são imprescindíveis para a vida da cotidianidade” (p. 19).

Se a assimilação da manipulação das coisas [...] é já condição de “amadurecimento” do homem até tornar-se adulto na cotidianidade, o mesmo poder-se-á dizer – e, pelo menos, em igual medida – no que se refere à *assimilação imediata* das formas do intercâmbio ou comunicação social (p. 19).

A autora ainda ressalta que esse amadurecimento para a cotidianidade começa por grupos. Os grupos agem como mediações entre costumes, normas e ética. “O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade” (p. 19). Portanto, sociabilidade e cotidiano são categorias que se completam. Atentar para a sociabilidade da vida cotidiana ribeirinha é atentar para as formas que estas categorias se apresentam.

O local de trabalho coincide com o da vida cotidiana ribeirinha. Toda a vida cotidiana se constitui em torno da organização do trabalho. Vida doméstica é combinada à vida coletiva. Isto porque a história de vida dos moradores do Amanã está entrelaçada à história de ocupação do território que hoje compreende a Reserva. Como afirma Heller (2000), “a vida

cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (p. 20).

A polivalência de atividades que o ribeirinho realiza implica numa distribuição internamente pelos membros do grupo doméstico que coabitam a mesma casa, e por alianças com agregados e vizinhos. As alianças podem ser intracomunitária (com membros da mesma comunidade) ou intercomunitária (com membros de comunidades diferentes). Witkoski (2010), aponta que a parceria, de um modo geral,

[...] é potencializadora da comunicação social entre os membros de unidades de produção familiar distintas, em suas mais diferentes experiências: fatos do dia-a-dia, trocas de conhecimento sobre a agricultura, melhores formas de comercializar seus produtos, acontecimentos da vida social da comunidade, festejos etc. (p. 329).

A comunicação, essencial para se viver em grupos e se relacionar, sempre ocorreu entre os grupos domésticos de Amanã, porém, de diferentes formas ao longo do tempo. A atividade extrativista impunha uma mobilidade espacial. As casas eram dispersas umas das outras e

o contato entre as famílias ocorria de forma esporádica na época da safra dos principais produtos extrativos como a castanha e a borracha, quando as pessoas se encontravam nos pontos de coleta que eram as colocações (ALENCAR, 2010, p. 48).

A mobilidade permitia a troca de informações sobre oportunidade de trabalho e de moradia. Contudo, a agregação das famílias em comunidades alterou o cotidiano de sociabilidade dos ribeirinhos. Com suas casas não mais dispersas umas das outras, o ribeirinho teve familiares e compadres como vizinhos. A rotina e os afazeres domésticos puderam ser mais compartilhados no cotidiano e novas parcerias se formaram. A troca de informações passou a ocorrer na área comunal. Enquanto um morador se dedicava à agricultura, outro pescava e outro zelava pela casa ou pelo espaço físico da comunidade. Esta divisão objetiva atender as necessidades internas de consumo do grupo e é uma característica do modo de organização social camponesa condicionada à fase do ciclo em que se encontra o grupo.

As fases do ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos estão associadas à participação no trabalho

agrícola. A passagem para a fase adulta e o estabelecimento de uma união conjugal são marcados pela abertura de uma roça independente. A relação próxima entre reprodução doméstica e produção de mandioca é reconhecida pelos agricultores (LIMA; STEWARD; RICHERS, 2012, p. 376).

Em Amanã, durante a atividade agrícola há uma sociabilidade das tarefas desde a preparação da terra para o cultivo até a comercialização. O trabalho ora é individual ora é coletivo, mas a meta é realizar um conjunto de atividades diferentes e complementares a fim de que a produção da farinha de mandioca seja suficiente para o consumo e para a venda. Devido à força física, os homens são, geralmente, responsáveis por “abrir área em mata bruta ou capoeira, plantar, capinar, arrancar e beneficiar (colocar de molho, descascar, cevar, secar, peneirar e torrar) a mandioca” (VENTURATO, 2010, p. 14). Mas é na casa de farinha que podemos observar a família toda reunida trabalhando.

O preparo da farinha de mandioca “congrega toda a família, os pais, filhos, genros e noras em funções diversificadas, e um trabalhador diarista, não aparentado” (VELTHEN, 2007, p. 610). O homem fica responsável pelo transporte da mandioca, por meio de cestos cargueiros de cipó (paneiros) até a casa de farinha. Essa tarefa exige um grande esforço físico, mas na ausência de um homem, pode ser a mulher a transportar a mandioca. Tanto um quanto outro podem cevar, espremer, peneirar ou torrar. Os serviços são compartilhados, não há trabalho de homem ou trabalho de mulher. Há uma interseção das atividades, não havendo uma hierarquia fechada. A divisão é social, não sexual. Sob a autoridade do casal, os membros da casa organizam as tarefas domésticas que estão relacionadas ao sistema sazonal de cheia e seca dos rios e às atividades que este ambiente natural e social impõe.

Esta multiplicidade de tarefas compartilhadas é realizada não somente entre os residentes da casa; mas, em certos momentos, entre os não residentes. Devido à

[...] maneira como se procede à socialização no seio da unidade de produção familiar, em face de uma situação extremamente objetiva – a unidade de produção familiar agrega família e produção. Sem família não há produção e sem produção não há trabalho. A família não só reproduz biologicamente seus membros, como tem que educá-los para a vida. Efetivada a procriação, a criança camponesa amazônica deve ser socializada pela família para o mundo do trabalho (WITKOSKI, 2010, p. 183).

A socialização das atividades pelos membros do grupo é vista durante as estadas nas moradas. Pela manhã, com o sol ainda não muito quente, as vasilhas e roupas são lavadas e os

baldes de água são carregados até a casa pelas mulheres casadas ou jovens solteiras. Elas varrem a casa, lavam o assoalho com escova e sabão em pó e, em seguida, o almoço é preparado. Elas voltam para a beira do rio a fim de limpar o peixe que será consumido no almoço, que pode ser frito ou cozido em bastante água, sal e tempero da horta. Após o almoço, elas reservam a louça suja num vasilhame para ser lavado somente no fim da tarde, quando o sol se põe.

Neste intervalo de tempo, pode-se descansar na rede ou simplesmente conversar com algum vizinho, mas, geralmente, fica-se em casa. Às 19 horas, o gerador de luz da comunidade é acionado e todos assistem à programação da televisão, sendo a novela o programa preferido dos moradores. A conversa vai até 21 horas, pois, neste horário, o motor de luz é desligado.

No que se refere aos papéis sociais que tanto homens quanto as mulheres ribeirinhas desempenham seguem um padrão similar às demais regiões rurais, conforme atesta Durham (2004):

Internamente, a família rural brasileira, hoje como antes, estruturam-se de modo muito simples, em termos de subordinação das mulheres aos homens e dos mais jovens aos mais velhos. Essa subordinação se exterioriza em atitudes de “respeito” dos filhos para com os pais, e da mulher para com o marido. A característica fundamental do grupo conjugal é, portanto, a dominação paterna. Cabem ao pai as decisões que afetam o grupo como um todo, mas também aquelas que se referem a cada um de seus membros, individualmente (p. 147).

Os papéis desempenhados pelas mulheres ribeirinhas são definidos desde a infância. A mulher zela pela casa e aprende a fazer, a se comportar e a aceitar seu papel desde a infância. Os meninos, raramente, realizam tarefas relacionadas aos cuidados e organização da casa. As meninas zelam pela casa e os meninos envolvem-se em atividades relacionadas à pesca, caça e ao roçado com os pais. Os papéis sociais desempenhados por cada indivíduo são estruturantes da vida cotidiana.

A socialização das atividades também ocorre fora da unidade domiciliar. Por meio de vários eventos, homens e mulheres socializam suas habilidades e seus conhecimentos. O culto aos domingos é um evento que faz parte do cotidiano dos moradores da comunidade Boa Esperança, agindo como socializador. Por meio da instituição Igreja Católica, transmite alguns significados importantes de conduta, valores e crenças para aqueles que vivem na comunidade (Figura 7).



Figura 7 – Fitas e flores de plástico coloridas enfeitam o interior da igreja comunitária
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Na ausência de um padre local, a missa segue um padrão que foi repassado pelos catequistas. Porém, apresenta em seu discurso um toque regional ao misturar assuntos que a Bíblia prega com as sutilezas da vida cotidiana ribeirinha. Em uma das missas presenciadas, o tema era o “dízimo”. A mensagem que o catequista local pregou era de que o dízimo não é a esmola, nem o resto. Representa aquilo que se pode dar, é compartilhar do que se tem. O dízimo pode ser visto como uma ação aparentemente voluntária, mas que tem por objetivo partilhar aquilo que se tem. Contribuir para o dízimo é uma dessas ações propostas a fim de não contrariar as propostas de coletividade ou trabalho comunitário. Este sentimento de hoje de pertencer a alguma “comunidade” ou a um determinado grupo social era, em outros tempos, reafirmado por outras ações, como por exemplo, as Festas de Santo – “capazes de articular uma ampla rede de sociabilidade envolvendo os moradores de povoados vizinhos ou aqueles que trabalhavam nas colocações” (ALENCAR, 2007, p. 27).

Domingo, após o culto, também é dia de futebol na comunidade (Figura 8). Cada fim de semana é uma comunidade que recebe a outra para as partidas de futebol. Time masculino e feminino de Boa Esperança contra o time de uma comunidade próxima. Há um movimento

de pessoas na comunidade e entre as casas. As mulheres relembram suas histórias de roça, seus quintais e a criação de seus filhos. Os homens, geralmente, conversam sobre quantas sacas de farinha foram produzidas, para quem venderam ou sobre algum fato comunitário. A sociabilidade entre os moradores está conectada às ações do cotidiano.



Figura 8 – Domingo de sol é dia de futebol para os homens
Fonte: IDSM, 2012.

O futebol como agente viabilizador estimula as relações interpessoais entre comunitários. É um *locus* de socialização, assim como as festas religiosas. Porém, nestas últimas, são lugares privilegiados para a manifestação de crenças e devoções. Em Boa Esperança, os moradores festejam Nossa Senhora de Fátima – padroeira escolhida da comunidade – todos os meses de maio.

A comunidade de Boa Esperança do lago Amanã vem através desta convidar os seguintes setores: Amanã, Castanho, Tambaqui, Coraci, Tijuaca, Caroara, Cubuá, Reserva Mamirauá, Instituto Mamirauá, Fundação Amazonas Sustentável, CEUC, Rádio Rural de Tefé e os municípios de Tefé, Alvarães, Maraã e o prefeito, vereadores de Maraã e seus secretários e também o ex-prefeito Jefferson de Almeida e sua esposa Verinha, para junto prestigiar o grandioso festejo em honra a Nossa Senhora de Fátima dia 12 de maio, com as seguintes programações: às 13:00h, início do torneio de futebol com a inscrição de campo no valor de 50,00 reais e a volta de 25,00 reais com prêmios para 1^o, 2^o e 3^o colocado. O campeão 1.000,00 reais, vice-campeão 500,00 reais, terceiro campeão 300,00 reais, às 17:00h encerramento do torneio, às 16:30h o jantar para todos presentes, às 17:30h a procissão com a imagem de Nossa Senhora de Fátima, às 19:30h a missa presidida pelo bispo D. Sergio, o nosso pastor. Às 22:00h entrega da premiação, às 22:30h, início da festa dançante animada pela banda do Erik da cidade de Alvarães. Mas, a atração da noite é o sanfoneiro Eder vindo da cidade de Carauari. Este forró vai até amanhecer o dia, tendo a total segurança da polícia militar de Tefé. Às 23:30h os leilões de 10 galinhas. A comunidade não aceita venda de bebida de fora. A mesma atenderá com serviço de bares, só aceitamos venda de comida e lanche. Mas, pagando uma taxa para a comunidade, sendo proibida a bebida alcoólica. Se for pego vendendo, além de pagar uma multa vai dançar uma valsa de fio dental no cacete da polícia, e se você é daquele que gosta de acertar a conta nas festas, não venha porque é triste ver todos namorando e você abraçado no tronco do açazeiro. Quem avisa amigo é. Que Jesus e Nossa Senhora de Fátima abençoe sua vinda e proteja a sua volta a comunidade. Espero de braço aberto (Convite elaborado e disseminado na rádio local para realização do evento, 2012)

A festa de Nossa Senhora de Fátima é o maior evento da comunidade considerada pelos próprios moradores (Figura 9). Além de ter como finalidade reforçar a filiação religiosa, o festejo aciona vários atores para outros fins econômicos e políticos. É visto como um investimento comunitário.

As redes de cooperação e demais relações ativadas durante os preparativos para o festejo comunitário, explicam porque o mesmo foi considerado como um —investimento comunitário. Ele constitui o ponto alto da organização da comunidade, contribuindo para sua coesão interna, diferenciando socialmente este dia dos demais dias do ano, alterando o cotidiano de trabalho (SOARES, 2006, p. 119).



Figura 9 – Os moradores da comunidade desfilam com a santa padroeira em sinal de respeito e adoração
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Soares (2006), ao comentar sobre os festejos realizados na comunidade aponta que

Quando ainda moravam no Juruá, lembraram-se de festas promovidas por algumas pessoas ou famílias em dias comemorativos de santos, homenageando o patrono do dia, em geral por algum pedido alcançado. Os convidados chegavam a andar vários dias para comparecer ao festejo. Havia a fartura de comida e de reza. Algumas festas eram famosas e os preparativos começavam dias antes. No barracão do patrão, eram promovidas festas nos dias de Natal e de santo. [...] Outro momento lembrado pelos entrevistados era o dia de ir ao barracão denominado de quinzena. Esta era uma ocasião em que acompanhado o pai, os filhos mais velhos também saíam da rotina do trabalho das estradas de seringa (p. 85).

Um grande número de atividades a fim de que tudo “saia direitinho” é realizado pelos moradores da comunidade. Através das festas, os moradores acionam uma rede de sociabilidade não só no interior da comunidade, mas também com os que vêm de fora. As quadrilhas (Figura 10) são exemplos de formas de animação a fim de atraírem visitantes. Nessas ocasiões, o espaço da festa adentra o espaço físico da casa ao incluir a hospedagem.

Quanto às atividades econômicas, podemos destacar as comerciais que são a venda de bebidas e comidas.



Figura 10 – Cores e movimentos alegam a quadrilha na comunidade
Fonte: IDSM, 2012.

Nem tudo é comercializado. Alguns devotos trabalham *por obrigação* e pagam ao santo essa obrigação em preparar o festejo. Parte do material utilizado para o preparo do festejo circula em outras festas, como o mastro e as flores artificiais.

Este cotidiano diferenciado no período do festejo e um pouco antes de sua realização é marcado por várias ações específicas, como por exemplo, “aumento da produção de farinha de mandioca a ser vendida, com o objetivo de comprar uma roupa nova, ou até mesmo uma chuteira nova para participar do torneio de futebol” (SOARES, 2006, p. 116). São ações comportamentais esperadas pelos membros do grupo doméstico.

Há uma previsibilidade de eventos e de ações. Todos os membros passam a ter conhecimento de tudo que ocorre. A previsibilidade de Amanã pode ser analisada pelo conceito do interconhecimento apontado por Mendras (1978, p. 90): “Cada um sabe como deve conduzir-se e sabe também que os outros esperam dele um tal comportamento em tal

situação”. Os papéis que desempenham respondem às expectativas dos outros e são estruturantes da vida em comunidade.

A expressão que o autor emprega “Aqui todo mundo se conhece” refere-se que o

‘Aqui’ designa um habitat, isto é, ao mesmo tempo um território, definido por oposição aos territórios vizinhos, e um território construído que serve a seus habitantes de residência, de instrumento de trabalho e de quadro de sociabilidade” (MENDRAS, 1978, p. 87).

Assim como em Mamirauá, os moradores empregam a expressão “Aqui todo mundo é parente” para assinalar a relação de parentesco que os une neste território construído. É indissociável a relação de parentesco com o pertencimento à localidade.

O pertencimento a um grupo de parentesco que formou uma localidade reforça uma identidade com um lugar porque remete à origem do grupo social e a um ancestral comum, geralmente o fundador do lugar. Isso nos levou a concluir que as redes de sociabilidade e de parentesco são cruciais na experiência da ocupação humana da região e também no processo migratório de indivíduos e famílias (ALENCAR, 2007, p. 10).

A área comunal construída que hoje os moradores da Boa Esperança residem está relacionada aos laços consanguíneos e de compadrio formados. Atentar para esta aliança como um dos elementos de pertencimento ao espaço ocupado torna-se o argumento central ao ser alcançado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II –A FORÇA SOCIAL DAS ALIANÇAS

É por isso que eu digo, toda vida, desde o meu primeiro marido. Tem três coisas que eu nunca gostei. Foi de canoa pequena, mosquiteiro pequeno e casa pequena (depoimento de dona Marlene, morador da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2009).

Neste capítulo, analisamos a localização física da casa de moradia no espaço comunitário de Boa Esperança. As categorias “espaço” e “lugar” estão intimamente relacionadas. A definição de espaço se funde com o de lugar. O espaço transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor: torna-se lugar, portanto, quando é inteiramente familiar.

Para Tuan (1983), o lugar é um tipo de objeto. Nesse sentido, a casa é um macro-objeto. Ela e os objetos do seu interior e exterior definem o espaço doméstico tornando-o inteiramente familiar para aquele que ali reside. Baudrillard (2006, p. 22) aponta que “neste espaço privado, cada móvel, cada cômodo por sua vez interioriza sua função e reveste-lhe a dignidade simbólica: completando a casa inteira a integração das relações pessoais no grupo semifechado da família”.

Contudo, não habitamos algo porque simplesmente ocupamos um espaço. Há algo neste espaço que deve possibilitar o sentimento de estar em casa. Uma pessoa adulta pode sentir segurança por meio de objetos, localidades ou ideias. Mas, a existência de outros seres humanos prevalece como sendo o centro de valor e a fonte de significado para este sentimento (TUAN, 1983).

A estada nas moradias de grupos domésticos residentes da Boa Esperança possibilitou compreender o significado atual da disposição espacial das residências. Observar o contexto no qual está inserido o grupo social foi essencial para definir a estratégia metodológica e constatar que o sentido da disposição espacial está relacionado com mais intensidade às relações sociais estabelecidas em torno da casa e que, de certa forma, convergem para as implicações que a vida em comunidade e as atividades produtivas requerem.

Ao invés de usarmos uma perspectiva funcional da construção, como direcionamento dos ventos e incidência solar ou nível das águas, o foco desta pesquisa privilegiou o significado social do lugar da casa para aqueles que a ocupam. E na medida em que a influência do componente humano prevalece como sendo o centro de valor e a fonte de significado para que o espaço arquitetônico seja considerado uma casa de moradia, este passa a incorporar mais as marcas das relações sociais.

2.1 Os grupos domésticos, agregados e compadres

Para Fortes (1958), “os padrões de residência são, num dado momento, a cristalização do processo de desenvolvimento” (s/p). Por isso, cada grupo doméstico é essencialmente uma unidade que coabita e mantém uma casa e está organizada para prover os recursos materiais e culturais necessários para sustentar e criar seus membros. A coabitação, segundo Lima-Ayres (1992), implica na participação de todos os residentes nas atividades direcionadas à provisão do grupo doméstico e é de suma importância para o entendimento de como se caracterizam as diversas fases do grupo e de como novos se formam.

Os três grupos selecionados são exemplos de famílias nucleares que tipificam fases distintas no ciclo de desenvolvimento de um grupo doméstico. O que procuramos não é a história particular de cada grupo, mas por meio de cada um analisar como se delineiam as relações sociais entre seus membros e ressaltar os vínculos existentes. Por isso, a segurança da identidade do entrevistado foi preservada, de modo que nomes fictícios (de pessoas) foram utilizados no decorrer do trabalho.

É a partir da história de vida da dona Marlene que compreendemos o sistema de alianças (Figura 11).



Figura 11 – Desenho esquemático da disposição espacial das casas
 Fonte: Elaborado pelo autor

A casa de número 1 compreende a de dona Marlene e sua família. As casas que estão mais próximas da sua são as que pertencem ao círculo de vizinhança que ela tem mais afinidade. Este é o círculo da vizinhança de dona Marlene formado basicamente por parentes próximos – filhos e netos. O externo ao círculo é constituído por “compadres”. De um lado um círculo constituído por descendência, outro por compadrio.

Ao fazer um círculo, pretende-se ressaltar que há uma aliança interna outra externa. Para Fortes (1958, s/p), “uma característica significativa do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico é que ele é, ao mesmo tempo, um processo dentro do campo interno e um movimento governado pelas suas relações com o campo externo”. Por isso, devemos atentar para a codependência entre os membros internamente e externamente e os motivos que os levam a formar alianças.

“Se considerarmos o ciclo de vida de uma pessoa no contexto do grupo doméstico e seu desenvolvimento, podemos distinguir quatro fases principais no período que vai do nascimento à maioridade jurídica” (FORTES, 1958, s/p). A casa 1 tipifica a quarta fase que é vista como “dissolução”. Nesta moradia residem dona Marlene, seu marido Flávio e dois filhos homens adultos desta união matrimonial. Um desses filhos está casado e divide o seu quarto com a nova esposa que veio residir com o grupo após um ano de namoro. Essa dependência determina que a residência seja, num primeiro estágio, necessariamente ambilocal (filhos que após o casamento residem com ou próximos dos pais) até alcançarem

os meios necessários para sua autonomia, que coincide, geralmente, com a chegada do primeiro filho.

O direito e o dever de receber terras agriculturáveis após a formação do novo casal e o nascimento do primeiro filho é uma questão que pode ser compreendida quando se tem como foco a autonomia do novo grupo doméstico correlacionada ao direito de usufruto da terra. A transferência de terras para novos casais casados é um requerimento básico para o estabelecimento de grupos domésticos independentes e sua transferência ocorre por meio de direitos de usufruto. A forma mais comum de transferir capoeiras³ ocorre entre parentes próximos e vivos que fazem parte do grupo doméstico (LIMA-AYRES, 1992) e ocorre por meio do trabalho contínuo desta. Contudo, para o rapaz, há uma etapa que precede a fase do casamento. Como a atividade de trabalhar na roça é principalmente destinada aos homens, por volta de seus dezoito anos, recebe uma parcela de terra a fim de zelar e iniciar um plantio, apesar de ainda ter que continuar a trabalhar na terra de seus pais. Suas habilidades serão testadas e analisadas pelos seus pais na sua nova terra. O filho de dona Marlene, nas horas vagas ou nos fins de semana, vai para seu roçado e ali trabalha a terra a fim de poder juntar dinheiro com a sua produção para o casamento. Já conseguiu adquirir um motor rabeta⁴ e planeja comprar um fogão a gás para formar os bens de sua união conjugal.

Como dona Marlene é a única mulher na casa para cuidar de três homens, os afazeres da casa se tornam árduos. Uma segunda mulher, no caso a nora, vem a contribuir para amenizar as tarefas que lhe são destinadas. A maioridade para os homens surge quando vai servir no Exército ou quando se casa e tem sua própria residência. Para as mulheres, é quando ela sai de casa para se casar, mesmo que resida na casa da sogra e está sob sua autoridade. Esta ideia de autonomia pode ser vista como Moura (1978, p. 23) aponta a emancipação dos jovens:

O que distingue de fato o indivíduo na sua condição de “emancipado” é a autonomia social que ele vai adquirindo (no caso do rapaz, com a primeira forma de acesso à terra) ou adquire (no caso da moça, a autonomia de decisão que, na condição de dona de uma “casa de morada” – seu lar – passa a ter).

³ Capoeiras são áreas antigas de agricultura em fase de recuperação florestal com capacidade agrícola, consideradas como propriedade familiar do grupo doméstico enquanto são usadas. Se estas forem abandonadas por um longo período de tempo, elas podem simplesmente ser ocupadas por outro morador.

⁴ Um tipo de motor de popa, que pode ser fixado em canoa de madeira a fim de agilizar o deslocamento fluvial.

Com o primeiro marido (já falecido), dona Marlene teve seis filhos – cinco homens e uma mulher. Esta filha, Manuela, reside na casa de número 3 com seu marido Júlio e com seus cinco filhos pequenos, cujas idades variam da entre 3 e 12 anos. Eles formam o segundo grupo que tipifica a fase de expansão. Nesta fase em que vivem a divisão de papéis e atividade dos filhos tornam-se efetivos. Os meninos se unem aos pais e as meninas às mães.

Falar da divisão de tarefas por sexo e idade é falar sobre os papéis que desempenham no grupo social e compreender suas ações e expectativas, bem como compreender que cada fase tem suas normas e atividades apropriadas. A fase em que encontra o grupo de Manuela é marcada por certa autonomia.

Do mesmo modo como acontece com o filho casado que ainda reside na casa da dona Marlene, Manuela e Júlio, ao se unirem, moraram com ela mais ou menos por um ano até a primeira roça produzir mandioca para a produção de farinha e nascer o primeiro filho. Atualmente, esta autonomia é vista pelo grupo por terem sua casa própria e por serem capazes de cultivar, beneficiar e comercializar sua farinha de mandioca. Eles têm a sua produção agrícola independente de dona Marlene num outro roçado e sua própria casa de farinha; além dos instrumentos de trabalho necessários para sua realização, como forno, prensa e gamelas de madeira.

Como a agricultura e a comercialização da farinha de mandioca funcionam como meio para aquisição dos bens necessários à subsistência do grupo, cabe ao homem o seu planejamento e as demais atividades à mulher, como cuidar da criação de animais, plantas frutas e hortaliças etc. Contudo,

a divisão do trabalho nem sempre se restringe ao âmbito familiar e a vinda de um agregado vem a “tem como objetivo *somar forças* quando assim exige um determinado período do ciclo agrícola (colheita) ou do ciclo doméstico (no caso, uma família que tem um grande número de menores concentrados na faixa etária de zero a cinco anos)” (MOURA, 1978, p. 27).

Os membros do grupo doméstico não contemplam apenas aqueles que possuem laços de consanguinidade ao longo de todas as fases. Uma vez que os esforços dos membros se concentram em assegurar o equilíbrio entre produção e consumo, ele deve recorrer à aliança com outros membros. A entrada de um “agregado” ao grupo doméstico é vista como um incremento e bem-vinda a fim de alcançar este equilíbrio.

Na casa de Manuela reside um agregado, um “parente” para eles – Guilherme. O motivo da estada está relacionado à fase do ciclo de desenvolvimento em que se encontra o

grupo, pois o grupo requer maior força de trabalho nas atividades produtivas devido à idade das crianças. A reprodução da família é percebida através da capacidade em participar das atividades produtivas, como por exemplo, a agricultura. Os filhos de Manuela e Júlio ainda são crianças e não podem trabalhar ativamente nas atividades produtivas. E, uma vez que as tarefas domésticas são destinadas à mulher e são consideradas “não produtivas”, ter um agregado na casa capaz de participar ativamente para a maximização da produção reflete a racionalidade econômica camponesa do ribeirinho. A presença de Guilherme na casa, apesar de ser temporária, é vista, então, como estratégia de adquirir produção suficiente que atenda o consumo interno do grupo que o acolhe.

Durham (2004) ao relatar sobre a família como unidade produtiva mínima aponta a importância que famílias extensas representam para que a vida econômica ocorra de modo estável:

A ocorrência das famílias extensas, tão comuns em comunidades camponesas, parece estar associada à necessidade de conservação de propriedades economicamente suficientes, quando o solo é valioso ou escasso. Constituição de grupos domésticos que são também grupos de descendência (famílias extensas) impede a fragmentação da terra entre os herdeiros (p. 145).

De fato, a fragmentação da terra é uma limitante, também em Amanã, uma vez que as terras para as atividades agrícolas já estão distribuídas entre as famílias residentes da comunidade. A permanência de um indivíduo – como por exemplo, Guilherme – por um longo tempo, na comunidade pode trazer consequências indesejáveis aos demais membros relacionadas ao direito de uso da terra.

O parentesco permite a inclusão e o pertencimento a um grupo local [...] e esse pertencimento confere o direito de apropriação dos recursos naturais no território ocupado. Entretanto, o parentesco não é o único meio de se estabelecer em uma localidade. Uma pessoa não aparentada a nenhum morador do lugar pode solicitar que o grupo lhe conceda permissão de entrada, e nesses casos é a residência que atribui o direito de apropriação dos recursos naturais. Essa definição do direito consuetudinário de apropriação dos recursos naturais é observada empiricamente nas localidades de Mamirauá, onde todas as casas de um mesmo lugar exercem, por princípio, os mesmos direitos de acesso e usufruto dos recursos naturais (LIMA, 2006, p. 147).

Juliano é um dos filhos do primeiro casamento de Marlene e reside na casa representada pelo número 2. Casado com Alice, tem três filhos pequenos com idades entre 2 e 6 anos. Este grupo ainda não possui sua autonomia e depende economicamente de dona Marlene, apesar de residir em outra moradia. Uma casa simples, sem mobília, servindo apenas de dormida; já que as refeições são realizadas na casa de dona Marlene. Nesta fase, as crianças estão totalmente dependentes da mãe, tanto do ponto de vista social quanto afetivo. A menor é totalmente dependente do seio materno para se alimentar.

Juliano ainda não conseguiu cuidar do seu roçado, uma vez que sua mulher não pode acompanhá-lo e deixar as crianças sozinhas. Realizar serviços prestados é o modo financeiro que encontrou para adquirir os itens básicos que sua família precisa. Ele compra com este dinheiro, basicamente, óleo, café, açúcar, bolachas etc. Os pais, dona Marlene e seu marido, dirigem o trabalho do filho e, em alguns momentos, determinam a forma de utilização da renda. Mesmo Juliano e Manuela estando casados e residindo em moradias distintas, cabe aos pais a iniciativa em todas as relações interfamiliares, quer se trate de trocar dias de trabalho, convocar mutirão ou participar de festas religiosas da comunidade.

Cada fase do ciclo pode ser tomada como o resultado de um conjunto de “puxões” e “empurrões”, antecedentes e contemporâneos. Eles provêm, em parte, do domínio doméstico e, em parte, da estrutura externa da sociedade (FORTES, 1958).

Ainda que estas fases não coincidam invariavelmente com os estágios de crescimento fisiológico, em sistemas sociais relativamente homogêneos há um paralelismo bastante próximo entre eles. Isso porque, em tais sociedades, as tarefas educacionais necessárias para se produzir uma pessoa adulta, capaz de manter e transmitir o capital social, parecem completar-se ao mesmo tempo em que se atinge a maturidade física e sexual; com isso, vem a capacidade para substituir a geração dos pais nas atividades de produção e reprodução (s/p).

A capacidade em se disporem com mais ou menos intensidade às atividades de produção e a sua reprodução está relacionada não só ao número de membros, mas, também a distribuição sexual de cada grupo, como Durham (2004) observa.

[...] a mulher é mão de obra reserva, que só tende a ser desligada das atividades agrícolas quando as necessidades de trabalho são menores, quando o grupo masculino é numeroso, ou quando é possível pagar assalariados. Isto quer dizer que a restrição das atividades femininas aos afazeres domésticos só é

possível quando há diversos filhos ou adolescentes de sexo masculino, ou quando a família é rica. Nas famílias pobres e pouco numerosas, ou quando os filhos são ainda muito pequenos, o cuidado da roça exige grande parte dos esforços dos membros adultos do grupo, inclusive a mãe. Só nas famílias com muitos filhos, e assim mesmo apenas em certa fase do seu ciclo de existência, é que se conseguem manter os padrões ideais de divisão do trabalho, por meio dos quais se realiza plenamente o tipo de vida socialmente preconizado. Nesse caso, a libertação das mulheres do serviço de roça permite maior cuidado na preparação dos alimentos (p. 149)

Esta divisão de trabalho por sexo e idade, além da codependência entre os grupos domésticos formado por descendentes, refletirão em um dos motivos que levam os grupos domésticos a residirem próximos, pois a família nuclear não exclui a cooperação interfamiliar indispensável em diversas fases de seu ciclo de existência.

Ao redor da casa de dona Marlene há vizinhos que ela considera como compadres. São os seus compadres de fogueira ou de batismo. O batismo resulta em compadrio e as relações entre compadre/compadre e padrinho/afilhado têm grande importância neste catolicismo vivido do Amanã. Eles são escolhidos por participarem da mesma crença religiosa e por merecerem consideração. O batismo de fogueira ocorria com mais frequência durante as festas de São João, no mês de junho. As famílias costumavam se organizar para festejar e acender uma grande fogueira na comunidade. Ainda no Juruá (local em que as famílias residiam), os avós dos antigos moradores já realizavam o festejo. Acendiam uma grande fogueira e ao redor dela bebiam, dançavam e se divertiam. Era um evento que atraía moradores de áreas vizinhas. Na manhã, com a fogueira somente em brasas, escolhiam quem seriam seus compadres. Repetiam três vezes “Fogueira de São João, fogo passando. Na vida na morte, compadre nós somos”. E assim, o laço estava firmado para vida toda.

Quando nós éramos solteiro, passemos fogueira para ser compadre. [...] É em dia de São João. Faz aquela fogueirona, a gente fazia lá no Juruá. Aí a gente passava, o povo fala passa fogo para ser compadre. Tem umas palavras que a gente diz. É como um batismo (depoimento de Guilherme, morador da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2012).

É festa mesmo. A gente passava a noite dançando, brincando, tomando. Daí, quando era de manhã, a gente ia pra fogueira. Ficava um de um lado outro do outro, pegava na mão... Falava três vezes. Aí tava batizado (depoimento de Tobias, morador de Tefé, pesquisa de campo de 2012).

Desde os antigos tinha isso. Eles tiram a lenha. Faz a fogueira. Bota os paus assim e toca fogo. Aí o cara vai rodeando. Vem um daqui outro de lá. Aí vai dizendo umas palavras. Três vezes. Diz assim: Fogueira de São João, fogo passando. Na vida na morte, compadre nós somos (depoimento de dona Marlene, moradora da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2012).

Escolher um compadre marca uma relação para vida toda. O indivíduo tem uma amizade, uma afinidade, um respeito por outro e o chama para ser seu compadre, comadre ou padrinho. Consideração, ajuda e respeito são os atributos principais que qualificam as relações de compadrio. O compadrio age “como uma forma de ampliar relações de solidariedade para além da rede de parentesco, vizinhança e amizade, ou como uma forma de reforçar os laços já estabelecidos por essas relações” (WOORTMANN, 1995, p. 63) e estabilizar a relação social. É um tipo de “parentesco paralelo”, como sugere o autor. É uma expressão “de uma totalidade que se impõe ao indivíduo; que ele segue regularidades e mesmo regras obrigatórias, engendrando práticas que reproduzem o grupo social como um todo” (WOORTMANN, 1995, p. 65).

Em volta da casa de dona Marlene está localizada a casa de um compadre seu. Assim como ela, eles vieram com os pais para a área do Amanã e aqui se casaram e formaram as suas famílias. Por meio desta imigração e permanência, as famílias compartilham suas histórias e reforçam o pertencimento com as pessoas que ali residem e ao local que abrigou seus pais quando ali chegaram. A autora Durham (2004) ao analisar os grupos de vizinhança aponta que

Parentesco e compadrio, relacionando as unidades domésticas entre si, constituem os princípios fundamentais de organização dos grupos de vizinhança. Para além do grupo restrito de pais e irmãos, o sistema define um círculo mais ou menos amplo de parentes mais distantes (tios, sobrinhos, primos) para quem as mesmas obrigações gerais de solidariedade se impõem com rigidez decrescente. Estabelecendo um círculo amplo de relações pessoais que extravasam os limites dos grupos de vizinhança, ele serve inclusive de instrumento de mobilidade, pois os parentes constituem pontos de apoio para o entrosamento possível em grupos de vizinhança diferentes (p. 154)

O compadrio é uma instituição fundamental para se compreender os grupos de vizinhança e sua organização espacial. Estabelecido em base voluntária, “o compadrio de um

lado assinala relações preferenciais entre parentes, e de outro estende os limites da solidariedade interfamiliar, criando laços de parentesco ritual” (p. 154).

Porém, há outros indivíduos na comunidade que não são seus parentes nem compadres. Quanto mais nos afastamos da casa de dona Marlene, menos se percebe uma relação de afinidade. Quando indagada quem seriam eles, ela relata que são antigos moradores que também vieram para o Lago com seus pais, porém não na mesma “turma” que a dela. Ela relata que seus avós eram cearenses e vieram com os filhos aqui para o Amanã muito tempo antes da vinda deles. O seu pai nasceu e se criou aqui no Amanã e naquele tempo eram só eles e umas poucas famílias.

Já o grupo identificado por ela como *arigós* vieram bem depois. Essa turma chegou ao Amanã com um patrão da época, em 1976. Há uma clara divisão territorial na comunidade Boa Esperança. Um grupo que se identifica como nascido e criado no Amanã e outro que veio com o patrão da época junto com outras famílias. As estruturas familiares e a forma como a comunidade está organizada estão vinculadas. Porém, todos vieram pelo mesmo motivo: trabalhar nas atividades extrativistas como coleta de castanha, seringa e sorva. Ao expressarem ser ou não nascido no Amanã, ou seja, ser do lugar significa pertencer a uma mesma família ancestral que “abriu o lugar” e, conseqüentemente, estar ligado a uma parentela. Portanto, o conceito de lugar não pode ser compreendido se não considerarmos na análise as relações que se estabelecem entre as pessoas a partir dos vínculos sociais de parentesco.

A estabilidade numa mesma área comunal fez com que parentelas diferentes se unissem. Grupos de descendentes se mesclaram a outros, mas nem sempre são considerados parentes. Dona Marlene, por exemplo, ao falar das pessoas que moram mais afastadas da sua casa, relata que não são seus parentes. Ela faz questão de reforçar que é nascida e criada no Amanã e que seus descendentes têm suas casas localizadas próxima a dela.

A única diferença entre um grupo e outro é a época em que vieram, apesar de os motivos serem os mesmos. Com o passar do tempo, uniram-se por laços de amizade, compadrio e matrimônio. Assim, somente os mais antigos reforçam a diferença em ser ou não do Amanã. As categorias estabelecidas e *outsiders*, conforme Elias (2000) emprega, nos ajudam a refletir acerca dessa diferenciação. O autor tem como objetivo averiguar a lógica da configuração social e das relações de interdependência na cidade fictícia de Winston Parva. Por detrás da aparente semelhança existente entre os residentes, haviam conflitos resultantes do fato de alguns habitantes residirem no local a mais tempo. Os recém chegados eram vistos como *outsiders* e os mais antigos como estabelecidos. A configuração social desta cidade em

virtude destes conflitos mostrou influência em inúmeros aspectos da vida daqueles grupos, tais como a organização familiar. O processo de estigmatização observado ressalta o *status* de certos grupos, pois eles se definem na relação que os nega.

Em Amanã, os estabelecidos são aqueles que vieram primeiro, como os da parentela de dona Marlene. Os que residem mais afastado dela são os que vieram com os patrões, os *outsiders*. O tempo de permanência no lugar está conectado à história de vida dos moradores e, conseqüentemente, às atividades produtivas que realizavam, além da ligação com a terra e com os patrões locais. O pai e o patrão são os atores determinantes da vinda para o Lago: o primeiro reforça a ideia de ter nascido e ser criado no Amanã, que pode ser expresso em fazer parte de uma parentela que “abriu o lugar”; o segundo reforça a relação com as atividades produtivas que, por meio deles, detinham o controle e acesso à terra.

Os grupos não estão isolados. Estão rodeados por relações de consanguinidade e de vizinhança. Atentar para o fator “parental”, “compadrio” e de afinidade foi essencial para se entender como se constroem as relações intrafamiliares, intracomunitárias e intercomunitárias fundamentais na organização da comunidade e na vida social. As relações são entre grupos, não entre indivíduos. A consanguinidade aparece como importante quando se fala de poder na comunidade ou de uso sobre a terra, assim como o direito sobre herança. Lima (2006), ao discorrer sobre Mamirauá, relata que

Nem a herança da terra, nem a transmissão de bens materiais de uma geração à outra desempenham um papel importante na reprodução dos grupos domésticos. O legado mais importante que o casal recebe de seus pais são os laços de parentesco. As relações horizontais entre parentes vivos formam uma rede de ajuda e concedem o direito de usufruto coletivo de recursos naturais. Este direito é vinculado diretamente à residência, que por sua vez é facilitada pela presença de parentes em localidades onde o casal queira se estabelecer. O direito de uso é também exercido nos locais onde as pessoas tenham residido, mas o direito à apropriação dos recursos naturais tende a depender da presença de parentes na localidade, tanto para hospedagem quanto para conferir a legitimidade da manutenção do direito de uso (p. 147).

Ser do lugar significa pertencer a uma parentela que fundou o lugar, ter ligação com a terra por meio das atividades produtivas e estar, principalmente, interagindo nas festas de santo, nas atividades de lazer e nas decisões políticas quanto ao bem estar dos moradores da comunidade. A coletividade das ações no cotidiano faz ressaltar a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e na vida social.

A descendência vem a controlar as poucas terras que possuem, pois ela age como viga mestra da organização social. Grupos consanguíneos residindo próximos reforçam tais direitos e garantem a partilha da terra que fora dividida após virar Reserva de Desenvolvimento Sustentável. É uma forma de aliança formada por descendentes. Como em qualquer sistema, há tensões, principalmente relacionadas ao uso da terra e cumprimento das normas em unidades de conservação. Compadres residirem próximos é também uma forma de aliança com os descendentes. Em Amanã, há uma ênfase no compadrio, talvez por ser resquício do sistema de patronagem ou por possibilitar vantagens políticas e econômicas. Contudo, torna-se agora necessário questionar o arranjo espacial das moradias formado por parentes, compadres e afins como estratégia em assegurar essa sociabilidade.

2.2 O lugar da casa como estratégia de sociabilidade

Esta seção trata da análise do lugar da casa de moradia e do arranjo espacial na comunidade Boa Esperança. No que concerne à distribuição espacial das casas, as diferenças entre ser ou não nascido e criado no Amanã não eram evidentes visualmente, uma vez que de início todos se consideravam “parentes”. Contudo, ao serem indagados sobre sua história de vida e sua relação com a comunidade, percebeu-se uma divisão territorial. O tempo de residência na comunidade pode ser um fator que classifica as famílias em (i) as nascidas e criadas e (ii) as que vieram depois.

Quanto à localização das casas no espaço comunitário, foi possível verificar que ela pontua esta diferenciação, agindo como elemento de estratificação social. As casas mais próximas ao campo de futebol, à igreja e ao centro comunitário são as casas dos que vieram com os padrões locais da época. Lima (2006) observou em Mamirauá que a “hierarquia entre casas e indivíduos responde também a diferenças ligadas à ordem de gerações de uma mesma parentela” (p. 148). Hoje, aquelas crianças e jovens que acompanharam seus pais têm suas casas ao redor destas edificações que são consideradas marcos referenciais de uma comunidade ribeirinha. Estas casas não estão de frente para o Lago, mas num igarapé que adentra a área da comunidade (Figura 12).

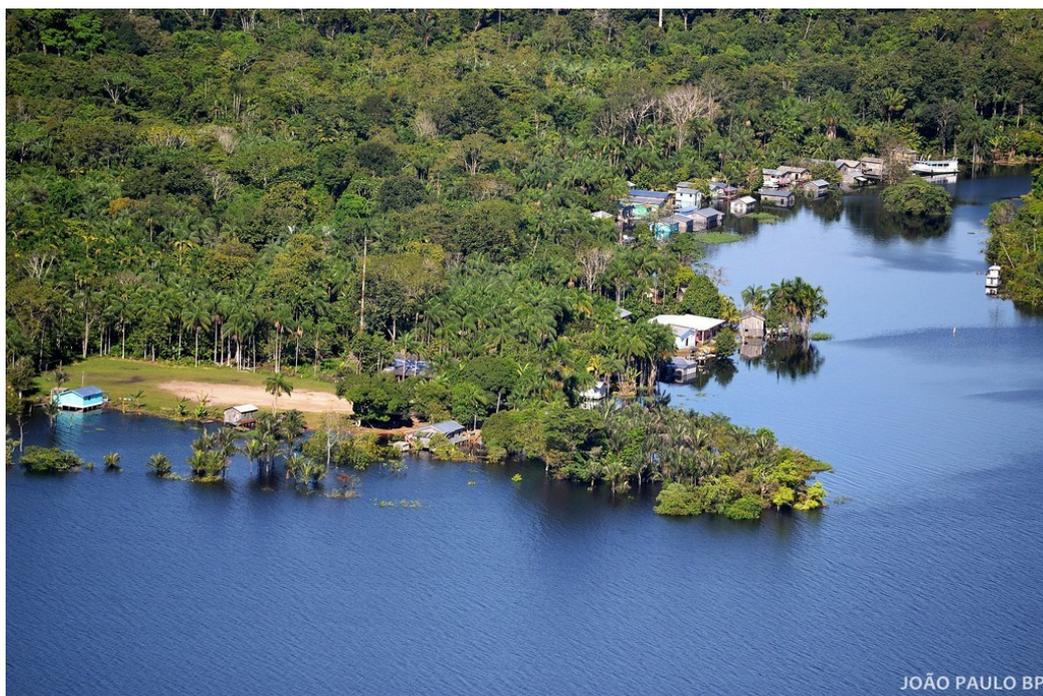


Figura 12 – Vista aérea do campo de futebol e do igarapé que adentra a comunidade Boa Esperança
Fonte: IDSM, 2012.

A localização da casa de dona Marlene está bem afastada destes marcos referenciais comunitários (Figura 13). A sua casa e de sua parentela, assim como de seus compadres, estão dispersas lado a lado de frente para o Lago Amanã. Como o seu sogro chegou um ano após a vinda deles, sua casa localiza-se numa outra área da comunidade, de frente para o rio; ela foi formada recentemente e é reconhecida como um bairro da Boa Esperança – o Bom Jardim.



Figura 13 – Localização da casa de dona Marlene
Fonte: IDSM, 2012.

Ter uma casa na comunidade implica ter o direito de usar determinada área para fins agrícolas, assim como acesso a lagos e a áreas florestais para a caça e extração de produtos florestais não madeireiros e madeireiros. O Código Florestal brasileiro (Lei No 4.771), de 15 de setembro de 1.965, no seu Art. 15^o determina a proibição da exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo. Uma alternativa prevista na legislação ambiental é o Manejo Florestal Comunitário que vem conquistando cada vez mais espaço como alternativa para exploração de madeira legal em comunidades rurais na América Latina. A exploração tradicional de madeira praticada pelos moradores da RDS Amanã é oriunda de áreas não manejadas da Reserva; pois, a mesma não possui Plano de Manejo. Desta forma, a extração é permitida somente para benfeitorias nas próprias comunidades, ou seja, construções de casas na comunidade rural, sendo vetada a comercialização ou transporte para os núcleos urbanos (VIANA; MARQUES, 2010, p. 3).

A área comunal da Boa Esperança foi determinada quando houve a divisão sociopolítica da Reserva. A criação da RDS Amanã orientou um reordenamento do território, similar ao que foi realizado em Mamirauá. Esta reordenação foi construída em negociação com as populações locais que ali estavam e que tradicionalmente já faziam uso dos recursos naturais. A demarcação dos limites territoriais da RDSA implica em condições de

pertencimento e de exclusão. Para Moura (2007), “um desenho de ocupação definido socialmente e não geograficamente” (p. 76). A autora aponta que

Ser morador da reserva é definido pela localização da sua moradia dentro dos limites internos da unidade de conservação. Os que moram na área de entorno, mas que compõem seu território social fazendo uso de recursos naturais que agora se localizam dentro de uma reserva, foram denominados de usuários da reserva, e têm suas práticas reconhecidas socialmente pelas organizações (p. 76).

Conforme o depoimento do presidente da comunidade Boa Esperança, ao ser indagado se aceitaria ou não outro morador, ele respondeu que não havia mais terras disponíveis, pois estaria tirando do seu próprio filho o recurso que no futuro poderá lhe faltar. Portanto, o crescimento do número de moradores não é visto de forma tão positiva por estar relacionado a uma pressão sobre os recursos naturais, e

[...] tal modelo de uso do espaço implica na adoção de um padrão de ocupação humana que seria mais adequado a uma realidade onde se observa a estabilidade dos grupos sociais e dos povoados, além de limitar as áreas de exploração econômica. [...] Sendo assim, há que se considerar a existência de uma mobilidade que é parte de um processo de ocupação do território, cujo elemento principal é a existência de uma economia centrada na exploração extrativista de recursos naturais (ALENCAR, 2007, p. 101).

Ele relatou que caso alguma nova família queira erguer sua casa na comunidade, ele, como presidente, deveria pensar qual área agrícola usariam, uma vez que já estava distribuída entre as famílias antigas e sua parentela. Ou seja, se considera como sendo morador da Reserva.

Dona Marlene, antes de residir na comunidade Boa Esperança, tinha sua moradia erguida num isolado próximo, por ficar mais próxima de seu roçado. Porém, achava dispendioso a ida até a comunidade, todos os dias, por causa da escola dos filhos. Resolveram, então, erguer uma nova moradia na área comunal. Após a sua chegada, convidou seus filhos a residirem próximos a ela. Os três filhos vieram em seguida. Um dos motivos que os estimulou foi a facilidade de acesso à escola e poder ficar junto “à mamãe”, já que o pai é falecido. A aliança formada por seus descendentes numa mesma área possibilitou que todos pudessem compartilhar o cotidiano e, de certa forma, defender seus direitos de uso sobre a terra.

Conversando com os outros moradores fora do círculo parental de dona Marlene, descobriu-se um padrão característico na forma de se implantar a casa: os novos grupos domésticos têm suas casas ao redor da casa dos pais de um dos cônjuges. As famílias pertencentes a uma mesma parentela tendem a ficarem mais próximas. As relações que os grupos estabelecem ao morarem juntos num mesmo local criam uma interdependência nas diversas atividades do e reforçam aspectos do viver em comunidade.

Os afazeres dentro e fora de cada grupo fundem-se ao longo do dia. Pelo fato de a economia camponesa estar voltada para o consumo de todos os membros do grupo, ressaltamos que

[...] trabalhar para se nutrir aplica-se mais ao grupo que a cada um de seus membros: as crianças e os velhos são bocas a serem alimentadas, mas seus braços têm pouca utilidade no trabalho; os jovens e os adultos, ao contrário, produzem mais do que comem, e uma compensação se estabelece entre uns e outros, cada um sabendo que, no decorrer de sua vida, passará por todas as situações (MENDRAS, 1978, p. 44).

O esforço em uma determinada atividade produtiva varia em função do tamanho do grupo doméstico, da relação entre consumidores e trabalhadores no seu interior, dos meios técnicos disponíveis e da quantidade de terra que o grupo tem para cultivar. A polivalência das atividades que realizam está relacionada com a necessidade do trabalho agrícola, a criação de animais, o extrativismo vegetal e/ou animal. Portanto, as trocas de serviço compensam o uso do recurso limitado, uma vez que todos se destinam a mesma produção econômica – a comercialização da farinha de mandioca. O que um faz com mais intensidade (uma criação de animais, por exemplo) interessa a outro que realiza outra atividade (por exemplo, pesca).

As atividades, imersas no meio comunitário, fortalecem os laços intracomunitários e intercomunitários. Uma das práticas intracomunitárias observadas em campo é o *vizinhar*. Lima (2006) aponta o vizinhar como sendo a ação que possui o sentido de trocar coisas entre as casas. Os itens alimentares constituem o principal objeto do verbo vizinhar entre os moradores.

As doações de peixes e caças, as ajudas no trabalho ou trocas de dias, o trabalho de parteiras, e as curas de rezadores, são trocas orientadas pelo princípio da reciprocidade e expressam o modelo ideal de relações sociais horizontais. São caracterizadas por um intervalo entre as contraprestações, e estas são definidas, por um

lado, pela necessidade do grupo que a recebe e, pelo outro, pela capacidade do grupo que faz a doação tem para supri-la. As trocas não são contabilizadas, nem necessariamente equivalentes. Seus volumes não são definidos por critérios de mercado, e sim pelas regras de reciprocidade do grupo. Fazem parte do código de conduta do que seja uma “boa vizinhança” (LIMA, 2006, p. 148).

Lima (2006) exemplifica que

no caso de ser caça, se o indivíduo abatido for grande, o grupo de vizinhança abrangerá toda a comunidade, caso contrário ficará circunscrito ao grupo de vizinhança (os mais próximos espacialmente) ou as relações de maior proximidade parental (como pais e filhos) (p. 128).

Soares (2006) sugere que existe uma expectativa de ser vizinhado e que esta é capaz de levar cada grupo a cumprir com seus compromissos, implicando numa previsibilidade muito grande de comportamentos.

Eu costumo vizinhar com meu irmão Walmir, com o Francisco que é meu filho, o Assis, [filho], aí, sempre eu mando pra ela [comadre Amazonina], ou eu mando chamar, pra ela comer lá em casa. Mando pro meu irmão mais longe, Manoel, pra Waldisa, às vezes pra onze, doze pessoas eu mando [...] Quando é pirarucu, divido uma fatia para cada! Porque é assim, hoje o marido da gente tá prá roça e o vizinho aqui foi pescar, aí ele chega e manda um pedaço pra gente. Quando aquele, naquele dia vai trabalhar, a gente vai pescar e manda pro vizinho. Por isso que o vizinho é bom, porque um dia ele dá pra gente e no outro a gente dá pra ele. É uma coisa assim, quase que emprestado. Agora não é muitos que é assim, não... A gente manda, porque é o dever da gente [...] Eu aprendi com o meu pai e a minha mãe, que desde que eu vi meu pai morando perto de vizinho assim, que ele mandava levar as coisas. No Juruá não tinha comunidade, mas tinha uns três vizinhos assim, aí a gente vizinhava às vezes (SOARES, 2006, p. 124).

Apesar de tais trocas ainda serem recorrentes, percebemos que há também outro tipo de troca: a dos bens da casa e a própria casa. Portanto, inicialmente, torna-se necessário atentar para o processo de mercantilização que estas populações vêm passando.

Although caboclo economic production has always been characterized by two spheres of production, the relation between production for consumption and production for commercial exchange has been variable

both in space and in time. In broad historical terms, the caboclo economy has been involved in a process parallel to what Hart (1982) defined as "commoditization" (LIMA-AYRES, 1992, p. 147).

A mercantilização, ou *commoditization*, seria o processo no qual há o aumento da produção, circulação e consumo de mercadorias (LIMA et al, 2006). Lima-Ayres (1992) aponta que o processo de mercantilização reconfigurou as trocas existentes e gerou certa independência entre os grupos domésticos. No passado, a troca de bens entre famílias da mesma comunidade era mais frequente, englobando itens como canoas, vasilhames cerâmicos e objetos artesanais utilizados para o processo de farinha de mandioca, como paneiros e peneiras. Atualmente, a troca se faz de forma mais esporádica e constitui os bens considerados patrimônio doméstico, como *freezer*, televisor e motor rabeta. Por exemplo, dona Marlene tem o *freezer* e o pote de água, mas Juliano não tem os dois e precisa condicionar a sua água na casa da mãe. Juliano tem televisor, mas é a mãe quem tem o motor de luz. Os objetos da casa de um são compartilhados com as outras duas casas da mesma parentela. O patrimônio doméstico constitui a base da troca. Contudo, ela se restringe mais à vizinhança próxima, o círculo parental.

Ressaltamos que o termo correto para esta troca de bens entre grupos domésticos refere-se ao verbo compartilhar, não trocar. A troca implica em dar algo em lugar de outra coisa. Já emprestar é dar algo por um determinado tempo, mas este algo retorna para aquele que o deu, continuando a pertencer a este primeiro. Ou seja, os bens continuam a ser de propriedade pessoal, porém o seu uso não é. O objetivo aqui do vizinhar é de compartilhar com outros membros do grupo aquilo que um determinado grupo doméstico possui. É a coisa compartilhada ao invés da coisa dada.

Os bens não são somente comodidades econômicas. Eles podem agir como veículo para a interação social e possibilitar o vizinhar da atualidade. Estabelecer a aliança por meio dos bens também pode ser visto de maneira similar à dádiva, assim como a expectativa de retribuição por parte do doador.

Marcel Mauss foi o autor que pela primeira vez descreveu o sistema de dádivas em seu célebre *Ensaio sobre a Dádiva*, publicado em 1923. O autor descobriu que os habitantes das sociedades da orla do Pacífico e do noroeste da América do Norte praticavam um tipo de intercâmbio de prestações e de contraprestações, que se caracterizavam pela troca de presentes. Seu objetivo era de “produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas”.

[...] não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente (MAUSS, 2003, p. 191).

Trocar e compartilhar permite a comunicação entre os indivíduos, são ações públicas, que requerem visibilidade. Mas, devemos atentar que a dádiva subentende uma doação não requerida por aquele que irá recebê-la e supostamente voluntária por aquele que doará. Já no vizinhar tal ação é solicitada por aquele que necessita. E tanto em um caso quanto no outro, não retribuir ou não compartilhar pode ser visto de forma negativa perante os demais membros do grupo.

Outra prática observada em campo, porém relacionada a grupos que não residem na comunidade (intercomunitária) é o *agasalhar*. Agasalhar é receber e engloba aqueles que não residem próximo à casa ou pessoas que são de outras localidades. Os moradores quando indagados sobre o porquê de fazerem uma casa maior, respondiam que era para agasalhar melhor seus convidados.

Melhorou mais para mim porque pelo menos [...] a casa maior quando vem filho da gente com família [...] aí eu tenho onde agasalhar. Porque casa pequena é ruim porque não tem nem onde agasalhar as crianças de noite (depoimento de dona Marlene, moradora da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2009).

A gente recebe sempre gente em casa porque gosta, sente necessidade. Eu gosto de estar conversando com as pessoas [...] porque além de eu gostar, a nossa casa, é tipo assim, como coração de mãe, sempre pega mais um (depoimento de Lió, morador da comunidade Juazinho, pesquisa de campo de 2009).

Muitas vezes eu gosto de receber amigos, o pai dela vem às vezes aqui em casa e uma casinha dessa aqui não tem como ele passar muitos dias, aí eu vou fazer uma casa pra nós que tenha um espaço maior que tenha mais cômodo que é pra poder eu chamar ele pra vim, passar uns dias aqui e quem sabe até morar aqui (depoimento de Juliano, morador da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2011).

Uma casa maior possibilita abrigar mais pessoas que não fazem parte do seu grupo doméstico em tempo de festejos, datas especiais ou em momentos de ajuda. Nestas ocasiões, as pessoas, seja por relações consanguíneas, seja de afinidade, compartilham várias ações que em que os laços são criados ou reforçados, colocando em prática a ideia da reciprocidade. Agasalhar vai muito além da hospitalidade, de receber alguém.

Alencar (2002), ao relatar sobre oferecer *agasalho*, compara ao uso do mosquitoireiro por pessoas que chegam desprevenidas em outras casas aponta que

não oferecer agasalho, não partilhar o mosquitoireiro, não ajudar uma pessoa que precisa, seja ela um parente ou não, é um comportamento socialmente condenável, pois não reforça os laços sociais [...] um dos preceitos que rege a vida dessa população e está presente na afirmação da diferença é a noção de fartura, o oposto da escassez. Nesse sentido, não ser escasso, mas generoso e solidário com as outras pessoas, é uma condição para que o grupo se reproduza socialmente. Nessa região de várzea, onde o risco que envolve as atividades de produção é um elemento constante na vida das pessoas, categorias tais como reciprocidade, cooperação e ajuda são centrais (ALENCAR, 2002, p. 227).

A recusa em ajudar é considerada falta de hospitalidade, sendo socialmente condenada, pois

a hospitalidade, seja com estranhos, com parentes ou conhecidos, faz parte das regras de sociabilidade local. Nas festas de santo, que geralmente duram dois a três dias, os organizadores da festa colocam à disposição dos visitantes menos atentos um mosquitoireiro, onde estes podem dormir juntamente com os filhos. Mas em geral as pessoas, quando vão a uma festa em outro povoado, levam na bagagem não apenas uma muda de roupa para ser utilizada na festa, mas também sua rede e o mosquitoireiro. É comum uma família partilhar o mosquitoireiro com pessoas que moram em outros povoados e que são conhecidos ou parentes. Afinal, trata-se de um momento especial em que os laços sociais estão sendo reforçados e outros iniciados. As festas de santo, como dissemos, são momentos de encontros sociais (ALENCAR, 2002, p. 222).

A vida social de Amanã constitui-se por um constante e organizado “dar e receber”. Como na dádiva, trata-se, no fundo, de mistura: “Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam o que é precisamente o contrato e a troca” (MAUSS, 2003, p. 212).

O contrato está subjetivo ao serem realizadas as alianças matrimoniais e ao formarem alianças de descendentes numa mesma localidade. O contrato entre não descendentes está ao se aceitar ser apadrinhado ou apadrinhar alguém. Todos, num sistema de alianças, se conectam à vida, rompem a solidão da floresta e dos rios, povoam uma área comunal e sentem-se que não estão sós, pertencem a algo. Todos se reconhecem pela coletividade de suas ações.

Por meio do contrato preestabelecido, as trocas e suas implicações geram outras alianças, sejam matrimoniais, políticas, religiosas ou econômicas. Elas estabelecem relações de cumplicidade e ao mesmo tempo fortalecem os laços sociais entre os envolvidos, que se tornam os principais meios de proposta de sociabilidade. Os laços sociais são formados a partir da cooperação e reciprocidade. Lima (2006) ressalta que as “redes de troca entre comunidades ocorrem principalmente como redes sociais, de relacionamento entre pessoas” (p. 149).

As ações locais “vizinhar” e “agasalhar”, como trocas, possibilitam alcançar a reciprocidade. Entre as interações permeiam formas sutis de retribuir, que podem ser pescar em companhia de um compadre, compartilhar a caça abatida ou organizar os preparativos do festejo. Nestas trocas, não há a circulação monetária, pois o que circula é reforçar as alianças, não apenas entre indivíduos, mas entre suas famílias.

Em ambos os casos – vizinhar e agasalhar – tratam de questões relacionadas à relação com grupos extradomésticos. Podemos ver a localização das casas como estratégias para tal reprodução e não se dá de forma aleatória no espaço comunitário. Há um significado sociocultural da localização da casa que é compartilhado entre os moradores da comunidade. O *status* do grupo é claramente indicado pela localização da casa e a sua disposição reflete a codependência entre grupos distintos devido à parentela ou o grau de afinidade. E a relação que existe com a terra, com o *lugar* que foi aberto pelos antecessores é fundamental para o sentimento de pertença. A casa, neste sentido, materializa tal sentimento.

A atual disposição espacial das residências resulta numa mescla de interdependência entre os que chegaram primeiro e os que vieram depois. Há uma assimilação entre lugar de residência com descendência e aliança, sendo que cada indivíduo é herdeiro de uma identidade territorial. Esta identidade está relacionada à própria história de ocupação do local pelos antigos moradores e pelas atividades do cotidiano que congregam vários membros do grupo e fora do grupo. Esse padrão de disposição das casas tem uma estreita ligação com o próprio quadro social, pois há uma necessidade em se transmitir certos valores sociais. A

disposição proporciona o repasse entre as gerações numa mesma família, até mesmo durante os festejos.

Por meio das festas, dos afazeres domésticos e das atividades produtivas muitos moradores se encontram e nesses momentos são construídas e potencializadas as redes de relações estabelecidas. Conversar nas portas das casas, nos jiraus, tratar o peixe na beira, assistir a jogos de futebol na casa do compadre são práticas comuns que misturam novas e antigas formas de sociabilidade. Quando falam das atividades relacionadas às festas, as pessoas sempre se referem à importância da participação e da ajuda de parentes, vizinhos e compadres que podem ser por serviços no preparo da festa.

As redes de interconhecimento que ligam os vários atores sociais durante o cotidiano podem ser decisivas para o prestígio de alguns indivíduos na comunidade. O tempo gasto em estarem presentes com outros indivíduos compartilhando os afazeres, ou seja, o investimento nas relações pessoais pode aumentar o seu capital social e simbólico. As alianças formadas, em função da maior proximidade espacial e social, têm um grande peso nessas atividades, sobrepondo-se a outras. Um espaço próprio – um lugar – onde vivem suas vidas reproduzem suas práticas cotidianas e garantem, através dessas práticas de uso e apropriação desse lugar.

Quando pensamos em sociabilidade, ressaltamos o significado que está associado à natureza essencial do ser humano, que é viver em sociedade, isto é, integrar-se a outros seres humanos. Uma troca permanente baseada, sobretudo na comunicação entre os indivíduos. Contudo, um ponto a ser destacado é que a sociabilidade pode ocorrer de modo a gerar a exclusão. Poder praticá-la é fazer parte desta história.

Como as festas religiosas são um dos importantes elementos na construção da sociabilidade, a sua realização vem a enriquecer o cotidiano, “por representarem mudança, por modificarem o espaço, por mudarem o tempo das comunidades” (p. 8). A partir de seu caráter socializador,

A festa de santo das comunidades ribeirinhas vista como ritual é, antes de tudo, o resultado do modo de vida ribeirinho, suas implicações podem revelar, mediar ou colocar no mesmo plano interesses opostos que durante a festa são esquecidos para logo ao término voltarem a fazer parte do cotidiano (SARAIVA; SILVA, 2008, p. 11).

Saraiva e Silva (2008) apontam que as festas religiosas configuram-se como eventos ligados ao sacramentalismo cristão e ao universo mental do grupo. “O ribeirinho cumpre suas promessas e graças recebidas por meio de rituais, traduzidos na forma de festas religiosas, almoços comunitários, missas, procissões, novenas, bailes, etc.” (p. 11). Cada festejo tem sua

história particular e razão de existência. Fazer parte deste acontecimento não é só evidenciar o agradecimento, é legitimar seu pertencimento, é fazer parte da história local. Pois, uma festa não se realiza com uma única pessoa e sua organização implica a participação de várias pessoas.

História de vida é, antes de tudo, história de relações. O entorno de uma casa forma uma rede de histórias que se conectam. E cada história de vida está entrelaçada ao histórico de ocupação da região, com o parentesco, com as atividades produtivas, com o viver em comunidade e com a dinâmica ambiental. São histórias de pertencimento a um determinado contexto socioambiental que estimulam relações sociais específicas – fundamentais para compreendermos como é e o que significa esta casa.

CAPÍTULO III – AS COISAS DA CASA RIBEIRINHA

A gente acha que não tem nada na vida [...] Mas, vai mexer na casa da gente? É tanto troço que aparece (depoimento de dona Marlene, moradora da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2012).

A casa não é apenas o *locus* das relações de parentesco e de compadrio, mas pode ser vista também como expressão material, pois os bens que a compõem são fruto das atividades produtivas realizadas em conjunto por todos os membros que ali coabitam. Nela está contida uma infinidade de objetos para a realização das mais diversas atividades cotidianas. Podem ser decorativos, utilitários ou para realização pessoal. Alguns que adquirimos nos transmitem satisfação, *status* momentâneo, outros evocam uma lembrança do passado, um evento ocorrido que conta algo significativo em nossas histórias de vida. Neste caso, agem como documentos.

Objetos aparentemente comuns, mas vistos em conjunto com a edificação e com a paisagem, agem como marcas que remetem ao tipo de casa e usuário. Para Halbswachs (2006), o “ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos que vemos com frequência nesse contexto” (p. 157). Como marcas de pertencimento representam uma experiência vivida para aqueles que os manipulam e contam histórias de vida a partir de suas formas de uso e aquisições. A contextualização é imprescindível para compreendermos esses objetos.

A fim de compreendermos acerca os significados dos objetos e seus vínculos com a experiência cotidiana, é imprescindível pensarmos no fator tempo. Os objetos seguram o tempo devido ao seu poder evocativo. Eles remetem a alguém, algum evento ou algum lugar.

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui “a alma nas coisas”, referida a uma paisagem (inter)subjetiva onde o objeto (re)situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho de

memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento.

Daí que as imagens dos objetos também “circulam” nos meandros das memórias dos sujeitos, carregando lembranças de situações vividas outrora, permeadas por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 39).

Desta forma, as lembranças a partir dos objetos fortalecem os vínculos com o lugar. “O objeto, portanto, fala sempre de um lugar seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida” (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 40). São testemunhas de um passado e presente vivido.

Passado e presente servem como base para nossa análise e são aqui contextualizados como biográficos ou protocolares em função das suas histórias de aquisição, uso e visibilidade no interior doméstico. Para Bosi (1994), os objetos biográficos são aqueles que envelhecem com seu possuidor e se incorporam à vida. Ajudam a contar a nossa história, a construir nossa identidade e nos posicionar no mundo. Os protocolares são definidos por serem aqueles que “a moda valoriza, não se enraízam nos interiores, tem garantia por um ano, não envelhecem com o dono, mas se deterioram” (HALBSWACHS, 2006, p. 441). Por isso, são transitórios em nossas vidas.

Ressalto que ambos podem proporcionar a sociabilidade com outros membros do grupo, porém de diferentes formas. Os biográficos unem mais os laços sociais por contarem uma história vivida, um evento significativo ocorrido. Nos protocolares, a interação social é pontual, pois o uso desses objetos não se restringe à satisfação individual; mas sim, coletiva do grupo. Podem funcionar também como elementos de diferenciação social entre as moradias. Nesse caso específico, os objetos serão analisados como documentos e como fontes para narrar histórias e memórias.

3.1 Objetos de *status*

Ao adentrar as casas de Amanã era solicitado que mostrassem seus cômodos, seus objetos pessoais mais queridos e contassem um pouco da história de sua aquisição. Os objetos industrializados eram sempre os mais destacados durante as entrevistas tanto pelos homens quanto pelas mulheres, especialmente os eletrodomésticos e os eletrônicos. Os fogões, *freezers*, TVs e aparelhos de som e de vídeo constituem os novos bens de consumo almejados pelos grupos domésticos e para eles imprescindíveis de se ter numa casa, porque formam o patrimônio doméstico do grupo.

A comunidade Boa Esperança possui motor de luz para uso coletivo dos moradores funcionando, geralmente, na parte da noite entre as 18 e 22 horas. Durante o dia, os aparelhos elétricos ficam desligados e são ligados apenas se o morador possuir motor de luz próprio. Dos aparelhos eletroeletrônicos, o primeiro a ser ligado é o televisor. Quando o motor de luz é acionado e os televisores começam a funcionar, o movimento entre as pessoas na comunidade toma outra forma em relação às horas anteriores. É a hora de os moradores se banharem no porto, os homens se reunirem na frente da casa para uma conversa fiada sobre como foi o dia, as mulheres prepararem o jantar e as crianças se juntarem para ver a programação da televisão.

O programa preferido assistido pelos moradores é a novela. Mesmo que o dono da casa possua sua própria TV, é comum ele assistir a programação em companhia de outro vizinho. Um dia pode ser na sua casa, outro dia numa outra casa. A televisão no interior se assiste com toda família reunida e, geralmente, com algum não residente. É, portanto, um objeto que congrega, une as pessoas e atende ao conforto coletivo dos que ali residem.

A televisão fica posicionada quase sempre numa estante, de frente para a porta principal, de modo a conferir visibilidade para aqueles que adentram o cômodo (Figura 14), sendo, desse modo, o centro das atenções da sala de estar. Atualmente, o que vemos são as grandes TVs de tela plana compradas a crédito com o dinheiro resultante dos benefícios sociais do governo, como Bolsa Floresta⁵.

⁵ O Programa Bolsa Floresta – PBF tem como objetivo compensar, financeiramente, às comunidades tradicionais residentes de Unidades de Conservação, pelo uso sustentável dos recursos naturais. A finalidade principal é a de incentivar a redução de desmatamento nestas unidades. Como uma política governamental, está associada a outros subprogramas de recompensa. O gestor de tal programa é a Fundação Amazônia Sustentável – FAS, sem fins lucrativos, subsidiada com os recursos do Governo do Estado do Amazonas, a Coca-Cola e do Bradesco. Representa uma parceria entre público, uma vez que também se articula com o Centro de Estudos da Unidade de Conservação – Ceuc, e o privado (VIANNA, 2008).



Figura 14 – Cortinas coloridas e estante como atrativos visuais principais de uma sala de estar
Fonte: Acervo do autor, 2009.

Aos poucos podemos ver nas salas de estar das casas de Amanã sofás de dois lugares e móveis industrializados, de alumínio ou de aço, ao invés dos produzidos em madeira por carpinteiros da comunidade. A ornamentação da sala de estar fica a cargo da mulher e o uso das grandes cortinas coloridas são as preferidas por elas, assim como as fotos das crianças na parede de madeira.

As cozinhas deixaram de ser externas à casa de dormida e se incorporaram ao edifício central. O fogão a gás proporcionou a especialização de mais um cômodo, facilitando e agilizando o trabalho doméstico. Porém, como é encontrado em todas as casas, não representa mais um objeto de desejo, apesar de ser indispensável e de uso exclusivo dos moradores da casa.

Atualmente, o objeto de desejo entre os moradores da comunidade a ser usado na cozinha, apesar de funcionar apenas algumas horas da noite, é o *freezer* (Figura 15). Além de proporcionar água mais fresca do que a do pote de barro, ele mantém o peixe fresco por mais algumas horas e as bebidas em geral, como o vinho do açai. É um bem que moderniza a cozinha e é tratado com todo cuidado pelas donas de casa. A fim de mantê-los limpos, as mulheres forram seus *freezers* com um tecido grosso e evitam que as crianças o manuseiem.

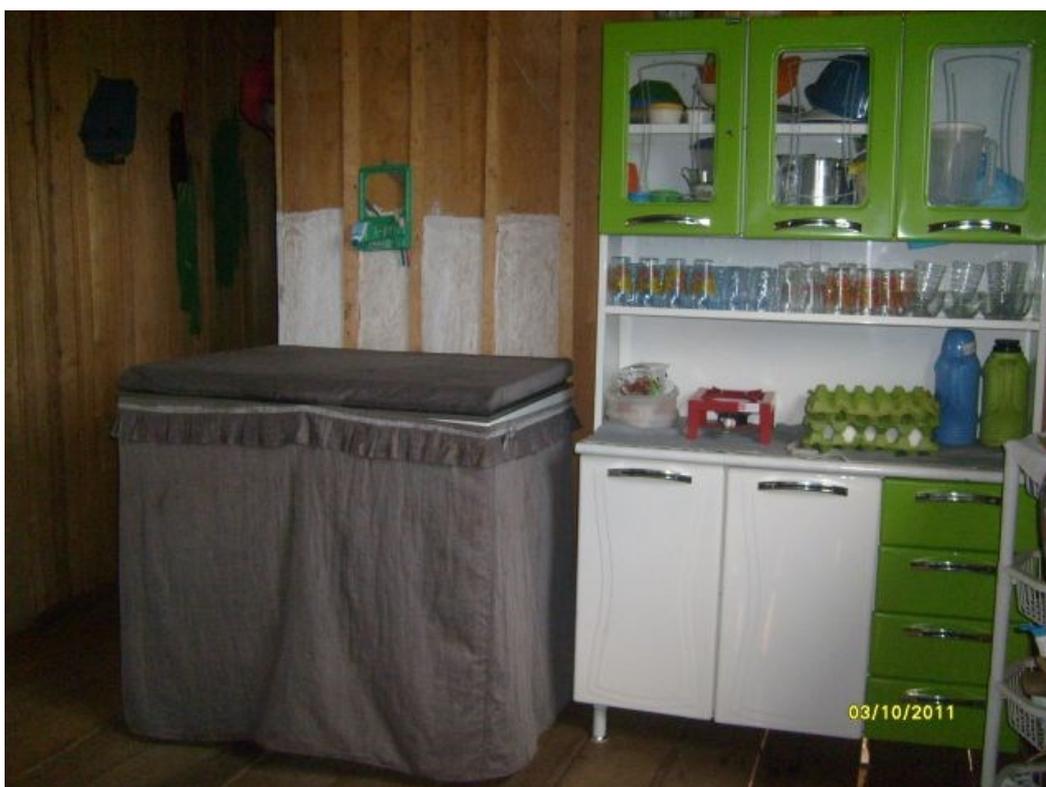


Figura 15 – As donas de casa zelam o seu *freezer* encapando-os para não sujarem nem arranharem
Fonte: Acervo do autor, 2011.

O impulso em se adquirir objetos industrializados e ter acesso às novas tecnologias proporcionou mudanças no cotidiano dos moradores ao redefinir seu modo de pensar na hora de estimar a sua produção: “Quantas sacas de farinha são necessárias para comprar uma televisão de 29 polegadas?” (MOURA, 2007). A autora aponta em sua tese que a marcante elevação do nível de renda doméstica, a partir dos programas de manejo impulsionados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMS), contribuiu para mudanças nos padrões de consumo dos moradores da Reserva, pois na

medida em que os moradores melhoram a sua renda, eles investem grande parte dos seus ganhos monetários no melhoramento da sua moradia. A moradia é símbolo da condição social do morador na sua localidade. A mudança do telhado de palha para o telhado de alumínio, o aumento do tamanho dos cômodos com divisórias, quartos com camas e cortinas, janelas teladas e internamente os equipamentos eletrônicos, é símbolo da conquista de um prestígio social pela realização do seu trabalho (MOURA, 2007, p. 289).

A autora relata que “a aquisição de *bens modernos* no mercado foi uma inovação em quase todas as localidades da RDSM” (p. 283). Moura (2007) demonstra a participação percentual de cada item por domicílio⁶, organizados em categorias relacionadas a trabalho, quarto, cozinha e equipamentos de lazer (Figura 16).

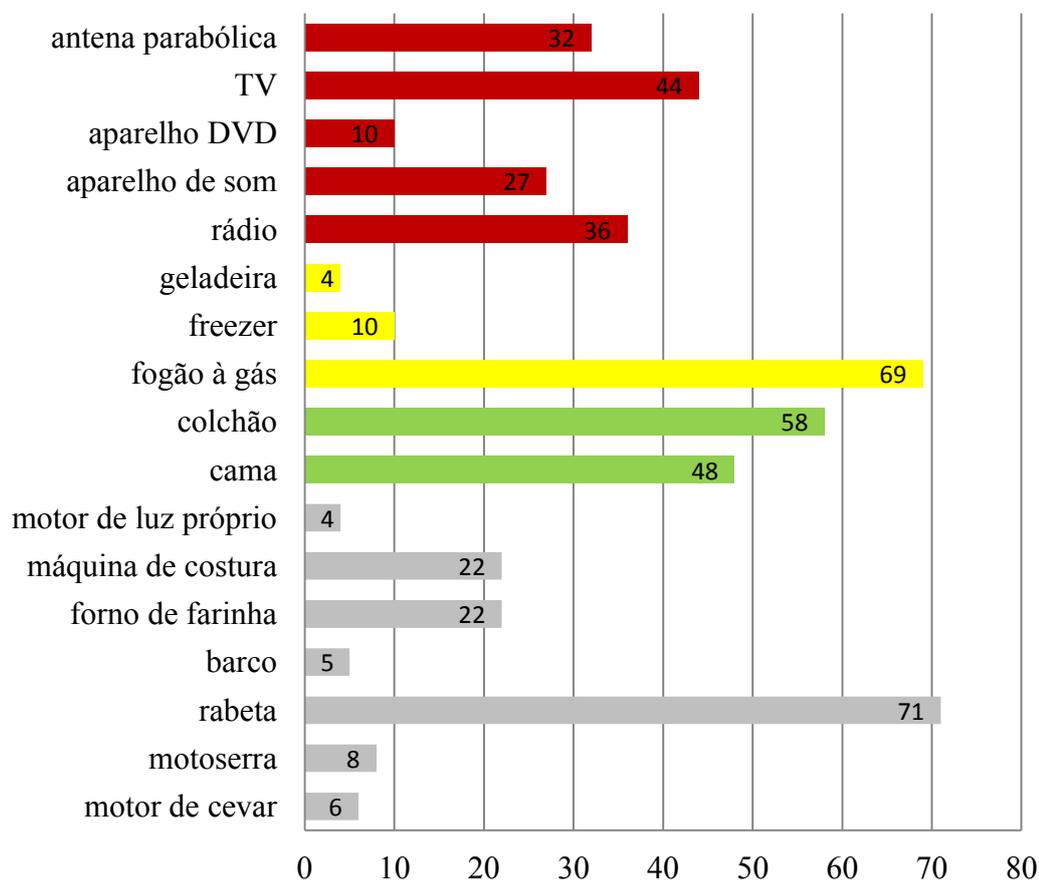


Figura 16 – Distribuição percentual dos itens de consumo duráveis por domicílio – RDS Mamirauá, 2006

Fonte: MOURA, 2007, p. 284. Adaptado pelo autor.

“Houve uma redefinição de consumo ao incorporarem cada vez mais os ‘objetos de desejo’ do mundo moderno” em oposição aos bens do passado (MOURA, 2007, p. 287), como por exemplo, fogão, televisão e motores rabetas, que são objetos que atendem ao conforto da família e são socializados com os demais membros. A casa ribeirinha foi se transformando conforme a comunidade foi vivenciando seu desenvolvimento econômico.

⁶ O IDSM, a partir de levantamentos socioeconômicos realizados sobre a economia camponesa da várzea das populações da RDS Mamirauá, identifica que mercadorias são mais frequentemente adquiridas pelos moradores. O alto custo para a realização de pesquisas nas áreas rurais da Amazônia tem inviabilizado economicamente a realização de estudos comparativos e de séries históricas sobre essa região. Apesar dos dados serem de 2006, ainda refletem a questão do consumo de determinados bens duráveis.

Esta redefinição de consumo gerou mudanças na casa como um todo que refletiram na aparência visual. Lima *et al.* (2006), ao relatarem sobre as coisas das casas ribeirinhas, identificaram que

Praticamente todos os utensílios artesanais de cozinha têm sido preteridos aos utensílios típicos das casas da cidade. Bacias e baldes de plástico substituem alguidares, potes de barro, cuias de vários tamanhos, cuités feitos com ouriço de castanha; panelas e talheres de alumínio substituem panelas de barro e colheres de pau [...].

Até mesmo os móveis de madeira feitos pelos carpinteiros das comunidades têm sido preteridos àqueles de fórmica ou de aço, comprados à prestação nas grandes lojas das sedes dos municípios mais próximos (p. 25).

Cômodas e estantes de madeira para armazenar roupas ao invés de balaios e cestas confeccionados de fibras naturais, camas no lugar de redes. Enfim, uma série de substituições fez com que grupos domésticos se atualizassem e, por meio desses novos elementos se distinguíssem perante seus pares. Guimarães (2007) ressalta que

Resgatamos ainda o fato de poderem ter os objetos, assim como os espaços, um efeito socializador, mas igualmente distanciador. Ao mesmo tempo em que mesas (assim como uma série de outros objetos) unem pessoas, elas impõem distâncias e criam barreiras (p. 58).

Usar celulares na comunidade, adquirir móveis para o quarto, comprar TVs de LCD e computadores são alguns sinais de que esse “novo” grupo aprendeu a valorizar. E o parcelamento facilitado em longo prazo pelo acesso ao crédito que as novas políticas econômicas proporcionaram permitiu a aquisição de bens que antes não era possível.

Comparando-se a situação de ontem, da casa pobre, com a introdução hoje da TV, a situação modificou-se porque entrou um outro elemento econômico que não existia antigamente: o sistema facilitário de compra. A abertura da Zona Franca aligeirou a possibilidade de aquisição da variedade utensiliar doméstica e de objetos de comodidade a longo prazo que não seriam possíveis de obtenção no passado. O homem de vinte anos atrás proibia-se de umas tantas satisfações domésticas a fim de obter unicamente “prestígio”. Podia não ter uma ou duas das três refeições normais, mas a antena de rádio funcionava também como captora de posição, aceno de importância, indicadora de consideração e tratamento.

Aqueles que não conseguiam obter um rádio pequeno inscreviam-se na operação “usuário de favor”. Na atualidade não possui seu aparelho de TV colorida quem não quer, e é comum nas casas mais pobres (de madeira, de palha, de barro) as antenas características (FRAXE, 2004, p. 174).

Estes objetos, contextualizados aqui como protocolares por serem transitórios e facilmente substituíveis, atestam o poder de compra do grupo, materializando o esforço despendido numa atividade produtiva internamente entre os membros do grupo doméstico.

A compra de objetos caros (especialmente os eletrodomésticos) em uma economia camponesa com alto grau de participação no mercado representa não só a satisfação de desejos de consumo de artigos específicos e sem equivalentes artesanais, mas expressa também o valor social do produtor, por ser interpretado como uma medida da sua capacidade de trabalho e da recompensa por seu esforço físico (LIMA *et al.*, 2006, p. 13).

O consumo de objetos com alta tecnologia atesta a estabilidade do grupo doméstico numa área comunal, especialmente por se tratar de uma localidade de terra-firme. Diferente do que acontecia nas regiões de várzea,

as pessoas não acumulam bens de valor material que permitam diferenciar o início de formação de um grupo doméstico da idade madura deste grupo. Muitas vezes, nem mesmo uma casa para servir de abrigo ele possui, pois a terra caída e a perecibilidade dos materiais com os quais é construída não permite sua continuidade no tempo ou mesmo num mesmo espaço (ALENCAR, 2002, p. 225).

Outro ponto importante ressaltado por Alencar (2002) é o acúmulo de bens em função da fase em que se encontram no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Quando um novo casal se une, o homem traz, geralmente, consigo seu motor rabeta – imprescindível para o deslocamento – e os instrumentos para o trabalho na roça. Ter os instrumentos básicos para a produção da farinha de mandioca é poder beneficiar a sua própria produção e comercializá-la. As mulheres recém-casadas trazem consigo algumas vasilhas que a mãe presenteou. Após a estabilidade do casal numa nova moradia independente da dos pais de um dos cônjuges, a mulher começa a solicitar que se providencie o fogão e a cama. E aos poucos, ela vai direcionando as compras: as panelas, as louças, o televisor. Por isso, é perceptível a

quantidade de bens e de itens considerados patrimônio doméstico entre casas em fases distintas, caso houvesse a necessidade de se inventariar todas as coisas da casa.

A mulher possui um papel fundamental no campo do consumo doméstico e na visibilidade dos bens no interior doméstico. É de responsabilidade da mulher o zelo pela casa, isto é, o cuidado na organização, planejamento, limpeza e outros atributos a fim de apresentar a casa para aqueles que chegam. É ela quem decide o que será comprado em função da necessidade coletiva dos membros do seu grupo. Notemos que a escolha de bens duráveis, como televisores e *freezers*, atende às necessidades do grupo, ressaltando o investimento na coletividade e não em um consumo individualizado. Ainda: a responsabilidade por zelar pelo que o homem traz para casa se inicia logo após sua união conjugal, conforme as mais idosas na comunidade relataram.

Bens que atendem à coletividade e não ao consumo individualizado é a característica principal do tipo de consumo que ocorre entre os moradores de Amanã. Assim como Douglas e Isherwood (2009) apontaram, “as posses materiais fornecem comida e abrigo, e isso deve ser entendido. Mas, ao mesmo tempo, é evidente que os bens têm outro uso importante: também estabelecem e mantêm relações sociais” (p. 105).

Estabelecer e manter as relações sociais promovendo a sociabilidade por meio do seu uso entre residentes e não residentes é o foco a ser alcançado a partir da aquisição de determinados bens. Dispostos em ambientes de convívio familiar, proporcionam aos espaços uma preferência em relação a outros, como os quartos. Uma vez que o principal problema da vida social é fixar os significados de modo que fiquem estáveis por algum tempo, Douglas e Isherwood (2009) sugerem que os eventos ou rituais servem para conter a flutuação dos significados e, por isso, a atenção deve recair sobre eles. E “viver sem rituais é viver sem significados claros e, possivelmente, sem memórias”. E mais, “rituais mais eficazes usam coisas materiais” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 112). Desta forma, as novas posses agem como marcadores a fim de fixarem a interação social.

Gell (2008) ao relatar sobre o comportamento de consumo dos Muria, na Índia, aponta “o consumo como uma forma de ação simbólica” de modo que os bens são mais que meros pacotes de uma ‘utilidade’ neutra em virtude do papel que exercem (p. 143). Seus rituais de consumo agem como mediadores da vida social, assim como Douglas e Isherwood (2009) abordaram o tema. Festas, rodadas de bebidas, compartilhar almoços são formas de consumo reconhecíveis que proporcionam a visibilidade e estimulam a sociabilidade.

O autor ao apresentar a questão de consumo entre os pescadores do Sri Lanka, aponta a aquisição do televisor como uma forma de totalizar sua biografia.

[...] a totalização se refere aos elementos de uma experiência biográfica e social projetados em uma coleção de posses pessoais que denota essas experiências. Para adquirir riqueza, o pescador passou dias em um velho barco rangente, desgastado pelo uso, seguindo uma rotina por demais familiar e enfrentando as igualmente familiares incertezas meteorológicas, os movimentos dos cardumes dos peixes e as flutuações de preço no mercado (GELL, 2008, p. 148).

O morador de Amanã, assim como o pescador, passou dias na sua rotina entre os roçados e venda da farinha de mandioca para acumular ‘riqueza’ a fim de que possa comprar um televisor ou um *freezer*. “O aparelho de televisão, nesse contexto, tem a função de materializar a carreira produtiva do pescador” (p. 149). As novas posses industrializadas funcionam como emblemas de suas verdadeiras realizações como pescador ou agricultor.

Podemos ver entre as casas certa padronização no que se referia ao consumo destas posses e a ordem de aquisição. Jovens casais iniciam sua vida conjugal adquirindo motores rabeta e utensílios para cozinha. Em seguida, investem em móveis para o conforto dos quartos, como cômodas e camas. Já estabelecidos financeiramente, ter um televisor e um *freezer* é indispensável. Quando idosos, recomeçam a compra destes objetos para ajudar os filhos a se estabelecerem numa moradia própria. Douglas e Isherwood (2009) questiona acerca de qual é o problema quando se verifica que ocorre uma tendência à padronização.

[...] às margens de um sistema de mercado, em que a circulação é mais lenta, o conhecimento é incompleto e os grandes lucros são mais arriscados, diferenças de padrão podem passar [...] Quando a tendência a padronizar valores é forte, é porque alguma forma de controle social está sendo exercida: é um sinal de que estamos perto do centro quente de um sistema competitivo em que as pequenas diferenças fazem grande diferença (p. 208).

As casas apresentam certa similaridades na arquitetura e no seu interior, e pequenas diferenças podem também fazer a diferença em Amanã. Por ser um local que se aplica a reciprocidade, não ter objetos semelhantes para serem compartilhados, a exclusão opera como elemento de controle social. O consumo é orientado entre casas e não dentro da necessidade de cada casa.

Para Gell (2008) “os bens passam a estar vinculados a referentes pessoais, quando deixam de ser ‘bens’ neutros” (p. 146). Eles integram a *personalia* de alguém, fazendo parte

de sua história, sua biografia. Mesmo com a casa maior e apesar da substituição crescente por objetos industriais, alguns objetos persistem na casa ribeirinha e acompanham a trajetória de vida dos seus moradores, pois fazem parte de um repertório que cristaliza memórias e evoca lembranças. Nesta pesquisa são contextualizados como biográficos.

3.2 Objetos como lugares de memória

O lar é um lugar íntimo. Pensamos na casa como lar e lugar, mas as imagens atraentes do passado são evocadas não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliário, que podem ser tocados e também cheirados: o sótão e a adega, a lareira e a janela do terraço, os cantos escondidos, uma banquetta, um espelho dourado, uma concha lascada. “Nas coisas menores e mais familiares”, diz Freya Stark, “a memória tece as alegrias mais intensas e nos mantém a mercê através de ninharias (TUAN, 1983, p. 160).

Para Tuan (1983) os objetos nos remetem às experiências íntimas muitas das vezes difíceis de explicar. Como suportes de memória, são apontados como documentos. Compreender sua biografia implica pensar naquele que o possui, ou seja, na biografia de seu possuidor. No artigo de Ferreira (2008), intitulado “Objetos, lugares de memória”, a autora analisa a relação simbólica e o caráter de relíquia de alguns objetos; como por exemplo, a faca que um excombatente adquiriu durante a guerra. O lugar que a faca ocupa na casa expõe o caráter simbólico e a importância que a mesma tem para ele e para sua família, pois é guardada em um cofre, enrolado em um tecido de veludo. (FERREIRA, 2008, p. 27). Objetos são importantes uma vez que servem para construir a identidade de indivíduos nos revelando sua trajetória social.

A abordagem biográfica de objetos propõe uma mesma variedade e modalidades de perguntas, como por exemplo, como mudam os usos das coisas conforme ela fica mais velha?

Um modelo biográfico [...] é baseado num número razoável de histórias verdadeiras. Apresenta uma variedade de possibilidades biográficas oferecidas pela sociedade em questão e examina a maneira pela qual essas possibilidades são concretizadas nas histórias de vida (kopytoff, 2008, p. 91)

A fim de exemplificar, Kopytoff (2008) cita uma choupana.

O estado físico da choupana em cada fase corresponde ao uso particular que se faz dela. Se uma choupana está sendo usada de uma forma que não corresponde à sua idade, os Suku manifestam mal estar, e isso constitui uma mensagem. Assim, hospedar uma visita numa choupana que deveria ser uma cozinha diz algo sobre o *status* do visitante (p. 93).

A biografia dos objetos transmitem significados num contexto temporal. Elementos como status, poder, inclusão ou exclusão podem se revelar de diferentes formas ao longo do tempo e depende do local que estão inseridos. Ela não é cultural devido o assunto tratado, mas como e de que perspectiva ela aborda o assunto.

Os objetos desejados pelos moradores de Amanã são aqueles que possuem um significado dentro do contexto da sociabilidade. Contudo, os que não são destacados pelo grupo aos visitantes que chegam a Amanã são aqueles “mais tradicionais”. Alguns são industrializados, como as máquinas de costura e os rádios. Outros são confeccionados artesanalmente com matérias-primas naturais (como paneiros, vassoura de cipó-titica, balaios etc.), sendo ainda frequentes no interior das casas da comunidade Boa Esperança, pois assim como Lima et al. (2006) identificaram em sua pesquisa, eles “ainda representam os elementos mais tradicionais da cultura material ribeirinha” (p. 24).

O contraste entre os objetos considerados por eles como do passado e os da atualidade guarda histórias relacionadas ao modo de vida de cada época. Os do passado remetem a uma mobilidade em que os grupos migravam em função das atividades econômicas. Eles resguardam uma relação com as atividades produtivas (basicamente agricultura, caça e pesca), numa época onde quase tudo era feito à mão.

Além dos objetos falarem sobre as pessoas e serem resultado de seu trabalho, tendo ainda como matéria-prima elementos extraídos da natureza, eles (os objetos) são construídos com objetivos, definem usos, incorporam habilidades (GUIMARÃES, 2007, p. 53).

Os objetos confeccionados artesanalmente com recursos locais, eram facilmente transportados. Sua durabilidade relativamente curta e o seu desgaste devido ao tipo de material empregado não era um problema, pois podiam ser confeccionados em qualquer momento. Essa materialidade está intrinsecamente associada ao modo de vida ribeirinho que utiliza dos ambientes terra, água e floresta matérias primas para a realização das atividades

cotidianas. Atualmente, nas casas, apenas os mais idosos detêm o conhecimento desse tipo de produção artesanal e o valorizam. Os jovens preferem substituí-los, quando possível, por similares industriais.

Iniciamos nossa descrição com um objeto que desde os tempos dos *tapiris* acompanha a vida dos ribeirinhos. É o mosquitoiteiro,

um bem tão necessário como o é uma canoa. Da mesma forma que uma família não pode prescindir de uma canoa, também não pode prescindir de um mosquitoiteiro, a menos que possua uma casa que seja totalmente fechada com telas nas portas, janelas e no teto (ALENCAR, 2002, p. 218).

“O mosquitoiteiro é uma tenda de tecido não muito grosso sob a qual se arma a rede” (p. 218) e que possibilita que as pessoas se protejam contra os ataques de pequenos insetos. Ele

desempenha um papel importante na vida do morador da várzea. Primeiro porque, em áreas onde ocorre a mobilidade frequente dos domicílios em função da dinâmica ambiental, que transforma a paisagem e leva as pessoas a constantemente desmanchar as casas e reconstruir em outro local, o mosquitoiteiro surge como um elemento permanente na vida de uma família (ALENCAR, 2002, p. 226).

É um bem indispensável de se ter numa casa ribeirinha, e como atesta a autora, *um elemento permanente na vida de uma família* desde a união conjugal. “Para os recém-casados, enquanto moram com os pais de um dos cônjuges, o que define a nova unidade familiar é o mosquitoiteiro. Cada casal possui seu próprio mosquitoiteiro.” (p. 221). Mesmo que na casa não possua um cômodo exclusivo para eles, o mosquitoiteiro delimita o espaço dos recém-casados. Quando a nova casa é erguida e independente da dos pais, eles trazem consigo seu mosquitoiteiro. Só é substituído caso haja necessidade de se comprar um maior a fim de abrigar os filhos ou se rasgue. Mas, geralmente, o tipo de tecido em que é confeccionado tem grande durabilidade. O antigo mosquitoiteiro pode ainda ser guardado ou emprestado aos visitantes que irão pernoitar na casa ou usado durante pequenas viagens.

Após a união conjugal numa nova moradia, o casal detêm apenas neste espaço a rede, o mosquitoiteiro e algumas vasilhas de cozinha. Ressaltemos que os utensílios de cozinha são os mais marcantes na trajetória de vida da mulher como esposa. Apesar de tais objetos serem em sua maioria industriais, são eles que as mulheres preferem exibir e mostrar às outras pessoas. Por isso, o conjunto de utensílios que a mulher expõe na sua cozinha é considerado aqui

como biográfico. Não que os objetos confeccionados com matérias-primas locais não contenham fatos das histórias de vida, mas é perceptível certa depreciação por eles durante as entrevistas das mulheres. Como este tipo de objeto tem pouca durabilidade e tão logo ele se deteriora, a mulher rapidamente o substitui por um equivalente industrial. E este novo objeto é guardado com muito mais zelo do que os produzidos localmente, dificilmente descartado, assim como foi constatado por Lima *et al.* (2006) em outras localidades das Reservas Mamirauá e Amanã:

Foi também durante a participação da comemoração do Dia das Mães nas comunidades que pudemos fazer importantes constatações sobre os *objetos de desejo* dos ribeirinhos. Em um jogo de “amigo oculto” de que participaram apenas as mães, observamos e registramos os objetos que eram trocados como presentes. Notamos quais eram os objetos mais frequentes, os que causavam mais satisfação, os mais e os menos apreciados. Todos os presentes eram objetos comprados nas cidades (toalhas de banho, copos e jarros de vidro, conjunto de pratos de louça, conjunto de talheres de alumínio, estojo de maquiagem) que, embrulhados em papéis de jornal ou embalados em caixas de sapato, ao serem revelados, eram revistados e comentados por todas as mulheres.

Numa situação inversa, alguns objetos feitos pelos próprios moradores (espetos e batadeiras de pau, bucha de malhadeira, abano de pena, caniço, socador de ouriço de castanha) foram motivo de grande surpresa quando por nós referidos como importantes de serem registrados. Os moradores não compreendiam a necessidade de “perdermos tempo” falando sobre esses objetos. Para eles, em geral, esses tipos simples e comuns de utensílios domésticos são muito feios e, de modo algum, seriam importantes de serem mostrados e muito menos registrados (p. 26).

Pode haver uma preferência por parte dos pesquisadores em colocar os objetos feitos localmente como aqueles que ajudam a contar a relação destas pessoas com o ambiente em que vivem e a construir sua identidade. Mas, foram os próprios moradores que os descartaram como representativos. Quando fala dos eventos principais que marcaram sua vida, a mulher usa os novos objetos (em especial da cozinha) para narrar sua história. “Quanto mais votados ao uso cotidiano, mais expressivos são os objetos” (BOSI, 1994, p. 441). E, atualmente em Amanã, os mais expressivos para as mulheres são suas louças de cozinha.

As louças e mais louças que as mulheres detêm são exibidas de modo impecável na cozinha (Figura 17). Penduradas na parede, areadas e brilhantes, transpassam o zelo que a mulher tem pela sua casa e por sua família. Mesmo numa casa simples, é possível observar a

importância de se ter um grande número de panelas e de utensílios para o preparo do alimento. Como é comum as famílias terem de 6 a 10 filhos e durante as refeições sempre haver algum agregado ou compadre para compartilhar a refeição, ter um grande número de panelas é imprescindível. Poder ter o que servir numa grande panela asseada com zelo pela dona de casa “significa sim porque se chega gente na casa é mais importante. E não tendo nada, fica mais feio. E tendo alguma coisinha fica mais bonito” (depoimento de Manuela, moradora da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2012).



Figura 17 – As panelas de alumínio e as louças expostas na cozinha camponesa revelam diversos acontecimentos da história de vida de uma mulher dona de casa
Fonte: Acervo do autor, 2009.

Sendo o pescado e a farinha de mandioca os alimentos centrais na dieta dos moradores de Amanã, os utensílios de cozinha estão intrinsecamente relacionados a eles. Enquanto integrante do espaço doméstico da casa e estreitamente vinculados ao subsistema alimentar, com o qual as mulheres sempre estiveram tradicionalmente envolvidas, os utensílios de cozinha, em especial as panelas, são em geral associados à esfera feminina. O acúmulo e zelo de tais objetos é de responsabilidade da mulher, principalmente se for ela casada e dona da casa. É ela quem planeja a sua compra e sua troca, se necessário.

Nos tempos dos *tapiris*, o fogão era a lenha e estava localizado numa edificação separada da moradia. O alimento principal a ser cozido era peixe ou alguma carne de caça.

Como o fogão demorava muito a cozinhar, o alimento e seu fogo escureciam rapidamente a panela, porque a mulher usava apenas uma. A comida pronta podia ficar disponível em um caldeirão suspenso sobre o fogo ao longo do dia, pois se mantinha quente por muito tempo. Não havia, portanto, um momento determinado para compartilhar o alimento. As famílias podiam se sentar em círculo no chão e a panela da caldeirada de peixe e o pote da farinha eram postos no centro da roda. Era comum as crianças compartilharem o mesmo prato de comida e se sentarem mais afastadas que os adultos. Durante a refeição, as colheres eram as mais usadas para introduzir o alimento. No lugar das atuais panelas de alumínio, era comum as mulheres dominarem a confecção, produzirem e usarem panelas de barro, bem como os instrumentos de auxílio para o preparo dos alimentos.

O fogão a gás, de quatro bocas, proporcionou o cozimento de, pelo menos, quatro panelas e uma assadeira no forno em tempo consideravelmente rápido, agilizando o trabalho da mulher por cozinhar mais rápido e não escurecer as panelas. Também acrescentou o cozimento de outros alimentos à refeição principal e, ao ser incorporado na edificação da casa de moradia, conectou aos outros espaços – quarto e sala. Um novo cômodo foi assim criado para atender não só ao cozinhar, mas também a oferecer o alimento preparado, uma vez que não havia mais fumaça no ambiente. A inserção do fogão a gás e de seus vários utensílios que o acompanha, fez com que a cozinha tornasse um espaço de sociabilidade, através do qual o grupo residente se relaciona com o exterior. Tornou-se palco para a exibição de boas maneiras e de como a mulher zela por aquilo que o homem traz para casa.

Acompanhando o peixe e a farinha de mandioca, vieram o arroz, o feijão ou o macarrão. Novas panelas foram incorporadas: de pressão, pequenas, grandes, com alças e sem alças, travessas e assadeiras nos diversos formatos. O que também se diversificou foi a forma de oferecer: vimos em Amanã a família sentada em cadeiras e seus pratos apoiados numa mesa, com as crianças sentadas à mesa ao lado dos pais. Toalhas foram acrescentadas à mesa a fim de não só protegê-la, mas embelezar a cozinha. Ao expor mais os objetos e a própria refeição, as mulheres começaram a se preocupar mais com a aparência do momento de se alimentar e do espaço cozinha. Durante o trabalho de campo, foi possível perceber a preocupação frequente das mulheres em comprarem toalhas de plástico para colocarem em suas mesas e usarem copos mais enfeitados, como os de vidro decorados. Ao redor das petisqueiras, que são móveis destinados ao armazenamento das louças, as mulheres ribeirinhas enfeitam e zelam com cuidado seus pertences (Figura 18).



Figura 18 – Zelo e organização numa cozinha são habilidades requeridas para uma dona de casa
Fonte: Acervo do autor, 2012.

A criação de um cômodo especialmente dedicado às refeições na casa ribeirinha mostra bem a dimensão e o significado que ele assume, mas que só foi possível após a inserção de um mobiliário exclusivo rodeado por uma diversidade de objetos destinados ao consumo alimentar. Este refinamento possibilitou que as famílias pudessem receber mais pessoas para compartilharem suas refeições. Equipar a cozinha tornou-se, então, um investimento que reforça laços sociais entre diferentes grupos domésticos por meio da refeição. Durante as refeições o alimento pode ser compartilhado entre residentes e não residentes, como compadres. A comida já era preparada em maior quantidade justamente pela expectativa de poder receber alguém de fora. Não ter o que oferecer, nem mesmo um “cafezinho com bolachas”, é um constrangimento que nenhum casal quer passar, conforme os relatos dos moradores. E as louças, neste contexto, contribuem para embelezar o modo como a comida é servida (Figura 19).



Figura 19 – A toalha de plástico protege a mesa e a enfeita
Fonte: Acervo do autor, 2011.

Ressalto que há diferenças no repertório de objetos destinados a serem usados na cozinha entre casas em fases distintas. Dona Marlene, a mãe de todos os filhos do círculo parental, exhibe com satisfação o seu aparato doméstico na parede ou em algum cantinho visível. “Tenho de tudo um pouco. E tudo foi meus filhos que deram. Um no dia das mães, outro no natal. Eu sempre ganho essas coisinhas” (depoimento de dona Marlene, moradora da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2012).

Antes mesmo do homem se casar, ainda na sua juventude, ele começa a acumular uma série de utensílios relacionados às atividades produtivas, como pesca, caça e agricultura. São objetos industriais, como facões de variados tamanhos, terçados, espingardas etc. Além da utilidade em si que eles representam para a eficácia do trabalho, estes objetos atestam a capacidade que este homem, chefe de família, tem para executar as atividades necessárias para a reprodução do grupo doméstico. São, na verdade, instrumentos de trabalho que representam as condições materiais em que aquele grupo doméstico se reproduz socialmente. Para Witkoski (2010), “são meios de trabalho sem os quais os camponeses não poderiam trabalhar como trabalham. Sem eles, o mundo do trabalho camponês seria, provavelmente, muito mais árduo e difícil do que já é” (p. 200). Não estão guardadas num cômodo específico, como os escritórios da casa urbana. Podem estar dispostos em vários

cômodos da casa, em cima de uma prancha de madeira, ou se forem facas, enfiadas entre uma tábua e outra (Figura 20). Contudo, é na sala de estar que eles são mais exibidos, contribuindo assim para que este seja considerado o cômodo mais masculino dentro da casa.



Figura 20 – Os objetos do mundo do trabalho
Fonte: Acervo do autor, 2011.

Dona Marlene relata que ganhou sua primeira máquina de costura ao se casar com o primeiro marido (Figura 21). Foi ele quem a deu, pois “naquele tempo era difícil comprar roupa feita. Comprava, mas era mais fazenda”. As roupas dos filhos menores eram todas tecidas por ela, porque comprar na cidade lhe custava caro. Hoje, ela usa apenas para pequenos reparos e para fazer tapetes de retalhos a serem usados em todos os cantos da casa. Apesar de antiga, guarda-a com carinho e não deixa homem nem criança mexer.

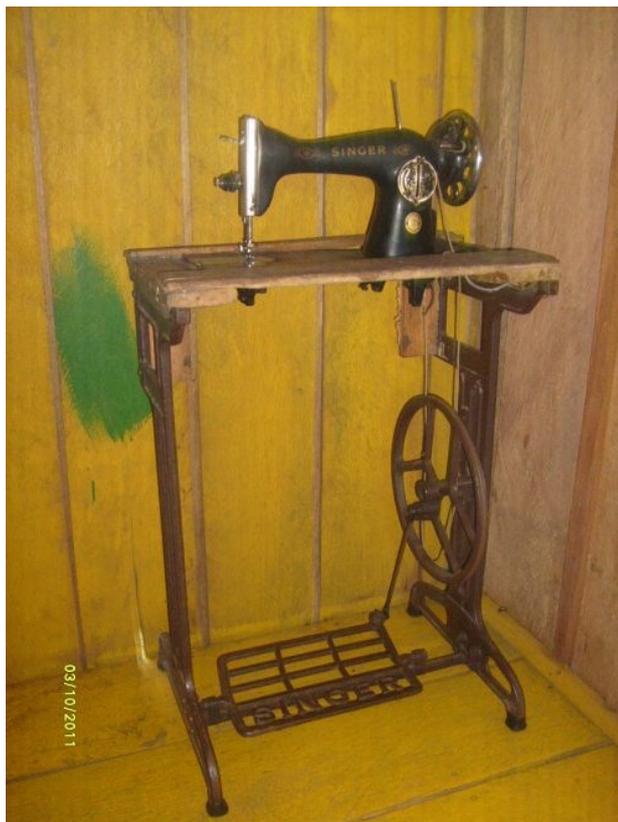


Figura 21 – A máquina de costura é considerada um bem precioso pelas donas de casa.
Fonte: Acervo do autor, 2011.

O rádio é um objeto frequente encontrado numa casa ribeirinha em conjunto com os novos televisores (Figura 22). Apesar da inserção dos televisores, ele ainda é o principal meio de comunicação com a cidade. Por meio dele, as pessoas sabem dos últimos acontecimentos, comunicam-se e se mantêm informados.

Na Amazônia o Rádio é de fundamental importância para a população, isso pelo baixo custo do receptor comparado a de outro meio, e pela facilidade que as ondas eletromagnéticas do som têm em penetrar nos lugares mais distantes, como os sítios e as casas isoladas no interior da floresta (FIGUEIREDO; NILSONETTE, 2007, p. 80).

A emissora que chega até a comunidade é a Rádio Educação Rural de Tefé e a comunitária. O programa *Avisos para o Interior* é o mais antigo na grade de programação da Rádio e é também o de maior aceitação dos públicos (FIGUEIREDO; NILSONETTE, 2007, p. 83). Na cidade de Tefé, as pessoas podem mandar, por meio da emissora, avisos aos parentes que estão no interior, uma vez que nestas áreas não há telefones. Já a rádio

comunitária da própria localidade Boa Esperança divulga músicas, informativos e ações que irão ocorrer na comunidade.

O rádio fica quase o dia todo ligado, e só é desligado ao final da tarde quando os motores de luz são acionados e os televisores começam a funcionar. Apesar de ser um objeto de vários modelos, percebe-se que eles mantêm o mesmo radinho por vários anos. Por ser pequeno, de fácil transporte, pode permanecer na casa ou acompanhar seus donos até o roçado e só é substituído caso realmente se quebre.



Figura 22 – Rádio e televisor, o antigo e o novo partilham o cotidiano
Fonte: Acervo do autor, 2011.

Como os *freezers* só funcionam uma parte da noite quando o motor de luz da comunidade é acionado, os moradores ainda têm seus potes de barro para água (Figura 23).



Figura 23 – O pote de barro de água da casa ribeirinha
Fonte: Acervo do autor, 2011.

Não somente objetos que persistem no espaço doméstico da casa ribeirinha, mas cenas que marcam este cotidiano rotineiro e circular. Tuan (1983) ao relatar sobre os marcos, sobre as referências que nos indicam nosso canto no mundo aponta que:

No lar, os móveis como uma escrivaninha, uma poltrona, a pia da cozinha e a cadeira de balanço na varanda são pontos ao longo de um complexo caminho de movimento que é seguido dia após dia. Estes pontos são lugares, centros para organizar o mundo. Como um resultado do uso habitual, o próprio caminho adquire uma densidade de significado e uma estabilidade que são traços característicos de lugar. O caminho e as pausas ao longo dele, juntos, constituem um lugar maior – o lar. Embora aceitemos facilmente nosso lar como lugar, precisamos fazer um esforço extra para reconhecer que dentro de nosso lar existem lugares menores. Nossa atenção se centra na casa porque é uma estrutura nitidamente circunscrita e visualmente proeminente. As paredes e o telhado lhe dão uma forma unificada. Retiram-se as paredes e o telhado e imediatamente torna-se evidente que as estações locais como escrivaninha e pia da cozinha são por si mesmas lugares importantes conectados por um caminho intrincado, pausas no movimento, marcos no tempo rotineiro e circular (TUAN, 1983, p. 200).

Para Amanã, destacamos a vassoura de cipó-titica na porta da cozinha (Figura 24); a lata de alumínio que armazena a farinha que será consumida pela família (o material alumínio

condiciona a farinha melhor do que a saca, mantendo-a seca e torrada por mais tempo); o balde de água na entrada da casa; a caldeirada de peixe no fogão; os vários baldes para armazenar água da chuva ou do rio no jirau (Figura 25) e as travessas e panelas penduradas na parede da cozinha. Estas imagens juntas de seus objetos biográficos acompanham as várias fases de vida no grupo doméstico, apesar da inserção crescente de objetos industrializados. Como marcas, assim como Tuan (1983) ressaltou, atestam que esta casa é uma casa ribeirinha atrelada ao cotidiano camponês da Amazônia.



Figura 24 – Os objetos que circulam a porta da cozinha
Fonte: Acervo do autor, 2012.



Figura 25– O lado de fora da casa e seus utensílios
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Nesse trabalho procuramos mostrar, que cada objeto que compõe a casa ribeirinha de Amanã evoca ao seu usuário uma lembrança sobre uma fase da história de vida do grupo doméstico em que vive. Como na pesquisa de Guimarães (2007), as preferências recaem, entre os mais jovens, sobre os objetos de comunicação, ao passo que, entre os mais velhos, são determinantes as questões de memória na importância desses objetos. As memórias a partir de objetos da casa reforçam as relações sociais ali constituídas. Num ambiente comum e compartilhado entre seus pares, os objetos agem como marcos referenciais num contexto que tem como característica, dentre outras, a mobilidade⁷ geográfica, residencial e social.

Alencar (2007), ao estudar uma comunidade de várzea no Médio Solimões, cuja história é marcada pela mobilidade constante das casas provocada pela terra caída, aponta que, diante do processo de transformação da paisagem e do contínuo deslocamento das famílias, a mobilidade também destrói referências materiais importantes, necessárias para construir as molduras da memória social.

No São João os moradores não podem percorrer certas trilhas e atalhos construídos pelas gerações passadas sobre a paisagem, pois onde havia terra agora é rio, é

⁷O termo mobilidade é usado aqui, assim como Alencar (2007) empregou: “para referir ao processo constante de deslocamento espacial das casas dentro de um espaço geográfico específico, quando as pessoas mudam o local de moradia, mas permanecem no mesmo território” (p. 96).

lago, é enseada. E onde havia rio agora é terra, é uma ilha, um paraná. As marcas deixadas na paisagem pelas geraes passadas como as capoeiras e as plantas e que serviriam como testemunhos de um trabalho passado, e que funcionariam como espaços-âncora da memória familiar que está pautada no trabalho que constr o lugar, estão desaparecendo. Como pontos importantes de referência, tanto para situar na paisagem geográfica quanto para situar numa paisagem de parentesco, e como importantes veículos de comunicação entre as diferentes geraes, capoeiras e plantas possibilitam um contato social implícito no tempo (ALENCAR, 2007, p. 108).

Os marcos referenciais que os moradores usam para descrever a área ocupada podem ser elementos fixos da paisagem, como o rio Solimões, e os elementos dinâmicos da paisagem, como as ilhas, os lagos; além de algumas evidências das ações dos antepassados, como as capoeiras e as plantas. Eles dão suporte  construção da paisagem que existiu outrora e possibilitam, ao serem narrados, uma continuidade com o presente e o vínculo com o lugar. Ao relatarem suas ações do passado e sua relação com a história local, os moradores de Amanã também se utilizavam destes elementos e, ao serem perguntados sobre as estratégias de ir de um lugar para outro em busca de novas condições de moradia e de trabalho, relatavam que punham na canoa tudo o que era possível – basicamente rede, mosquiteiro, utensílios de trabalho e de cozinha. Os objetos tendem a não escapar dessa mobilidade acompanhando seus donos aonde possam ir, agindo também como marcos referenciais que possibilitam uma continuidade e uma ligação com o presente.

A casa pode ser desmanchada, ser construída em outro lugar, os objetos podem acompanhar seus donos, mas sua disposição no novo ambiente se repete, pois, como aponta Bosi (1994),

Se a mobilidade e a contingência acompanham nosso viver e nossas interações, há algo que desejamos que permanee imóvel, ao mesmo na velhice: o conjunto dos objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a quietude, a disposição tácita mais expressiva (p. 441).

As lembranças de como são utilizados e dispostos ficam retidos na memória, assim como o conjunto de imagens que trazem consigo, no inconsciente. “A permanência  um elemento importante na ideia de lugar” (TUAN, 1983, p. 155). A estabilidade dos objetos no interior da casa e sua aparência não deixam de impor ao grupo a imagem pacificamente de sua continuidade, que faz com que o indivíduo se situe e se posicione frente aos seus pares. Os mais idosos na comunidade, como dona Marlene e outros que vieram com seus pais a fim

de trabalharem nas atividades extrativistas, reencontram um antigo equilíbrio nas novas condições de moradia ao manterem a disposição de determinados objetos. Os arranjos permanecem, pois mudar seria perder o apoio de uma tradição que os protegem. Na pesquisa de Guimarães (2007) também foi possível concluir que existe certa homogeneidade na heterogeneidade das escolhas e formas de arranjar e escolher espaços e objetos nos interiores domésticos.

“Temos com a casa e com a paisagem que a rodeia a comunicação silenciosa que marca nossas relações mais profundas” (BOSI, 1994, p. 442). Os objetos agem como referências que possibilitam o vínculo das pessoas com os lugares onde vivem, atuando como marcas simbólicas de um contexto específico e fixando as características do grupo. O cenário que os moradores compõem a partir de suas posses – sejam protocolares ou biográficos – definem o espaço e fortalecem o vínculo com o lugar criado – a casa de moradia. O sentimento de pertença que se faz por meio deste cenário criado é o bem por todos mais procurado. E a socialização das coisas é o meio pelo qual o sentimento de pertencimento é alcançado.

É preciso que se diga que ainda que as atribuições de gênero aos objetos funcionam como sentidos imanentes. Tais objetos se tornam emblematicamente sexualizados. Tal imanência, no entanto, deve ser entendida como um resultado *da* prática social, cotidianamente reiterada *pela* prática social, momento em que se atribui o gênero aos objetos (CARVALHO, 2008, p. 44).

Não podemos dizer que as panelas são objetos femininos pela sua materialidade em si, mas podemos alocá-lo como feminino ao entender que eles são, na maioria das vezes, manipuladas por elas e são de sua extrema responsabilidade. Por meio delas, a mulher define o seu espaço na casa e o seu papel social a cumprir. Já os objetos masculinos nos remetem ao universo fora de casa, aquele relacionado às atividades produtivas. Mas que, dispostos na casa, marcam sua presença e autoridade como chefe de família. A sua presença, especialmente na sala de estar, que é o primeiro cômodo ao adentrarmos a casa, o dignifica.

Independente de classificações, as coisas da casa de Amanã viabilizam situações, eventos, agem como pontos de referência ao contexto social em que seus donos vivem, definem papéis a serem cumpridos e precisamente define o espaço em que está situado. Os vários espaços que compõem a casa dependem do planejamento e da organização de como

serão dispostos. A casa como um todo é o resultado, como veremos a seguir, do arranjo preconcebido deste planejamento e organização.

CAPÍTULO IV – OS SENTIDOS SOCIAIS DA CASA

De que está consciente o construtor humano, visto que primeiro cria um espaço e depois passa a habitá-lo? A resposta é complexa porque estão envolvidos vários tipos de experiência e conhecimento. [...] Uma vez terminado o edifício ou o complexo arquitetônico, torna-se, então, um ambiente capaz de afetar as pessoas que nele vivem. O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana. [...] O meio ambiente construído define as funções sociais e as relações. As pessoas sabem melhor quem elas são e como devem se comportar quando o ambiente é planejado pelo homem e quando o ambiente é a própria natureza (TUAN, 1983, p. 114).

O presente capítulo busca descrever e revelar o sentido social desse ambiente construído pelo homem, que é a casa. Como artefato construído pelo homem e para o homem, a casa de moradia de Amanã pode se enquadrar numa arquitetura chamada de vernácula.

A arquitetura sem genealogia nominal e documentada é também chamada de vernácula, adjetivo derivado do latim *vernaculus*, que significa, na primeira acepção, <servo>, <escravo>, ou <nascido em casa> e, na segunda, <nativo>, <doméstico>, <oriundo da casa, da região ou do país>. O substantivo <verna> denominava, em latim, o escravo ou escrava, principalmente aquele nascido na casa de seu amo. Tal adjetivo entrou na teorização da arquitetura primeiramente no idioma inglês, onde se usa a expressão *vernacular*, substantivo traduzível como <idioma nativo>, e adjetivo traduzível como <nativo> ou <nacional> (SILVA, 1994, p. 123).

Uma arquitetura caracterizada por constituir em um gênero construtivo homogêneo, identificável em termos de cultura, meio e época. Diferente de uma arquitetura primitiva que é realizada com precariedade de meios e matérias primas, a vernácula maximiza o que tem ao seu alcance do entorno. “A arquitetura sem genealogia se caracteriza também pela ausência de um discurso doutrinário explícito que embase sua produção. O hábito e o modelo concreto fornecem as informações necessárias à reprodução das formas sancionadas” pelo grupo (SILVA, 1994, p. 130).

Teixeira (2008) ao enquadrar a casa ribeirinha como vernácula aponta que:

[...] a arquitetura vernácula brasileira, quando analisada sob seus vários aspectos, apresenta tipologias e técnicas construtivas diferenciadas, dependendo da região onde se insere, respondendo ao contexto local, de acordo com o clima e os materiais disponíveis, e reflete o modo de vida de suas comunidades, que por sua vez está ligado a um contexto histórico-social. Todos esses fatores contribuíram para que diferenças surgissem e produzissem uma arquitetura doméstica com características próprias para cada região, influenciadas em maior escala ora pela cultura branca, ora pela cultura negra, ora pela cultura indígena (p. 40).

A autora aponta que no Brasil, “o interesse pela arquitetura vernácula começou a ter maior destaque no início do século XX, quando ocorreu uma intensa produção de textos sobre o assunto, coincidindo com um momento de valorização da cultura nacional” (p. 31). Obras como ‘Casa-grande e senzala’ e ‘Sobrados e mocambos’, de Gilberto Freyre, ressaltam o tema de maneira profunda, analisando o processo de adaptação do homem ao meio e suas relações sociais. Entretanto, a bibliografia e a pesquisa no Brasil que abordam a arquitetura vernácula ainda é limitada e preconceituosa, uma vez que a associa a falta de recursos técnicos e a pobreza por ser realizada com técnicas que utilizam a terra crua como principal material de construção. Há também uma variedade de termos e definições que podem confundir o seu estudo. “A maioria dos autores brasileiros considera que no Brasil não existe uma arquitetura vernácula, mas uma arquitetura popular portuguesa adotada nos trópicos, e que nossa arquitetura vernácula é a indígena” (p. 33). Fato é que,

Nossas três matrizes culturais: a indígena, a africana e a branca possuíam uma arquitetura doméstica própria a cada uma delas. Ademais, as matrizes negra e indígena eram compostas por diferentes etnias, e o branco, também mestiço, era resultado de vários povos que ocuparam a Península Ibérica ao longo de sua história e pré-história.

Essa diversidade cultural refletiu-se na maneira de morar e viver dos brasileiros, e a casa, importante aspecto da cultura material, também recebeu suas múltiplas influências. Com isso, pode-se afirmar que o Brasil possui sua arquitetura doméstica vernácula, com diferentes características, próprias de cada região, com semelhanças e distinções, mas sempre mestiça (TEIXEIRA, 2008, p. 39-40).

A casa se torna similar às demais do seu grupo, pois o grau de conhecimento daquele que constrói é compartilhado e acessível aos demais membros. A memória assume um papel que sobrepõe a tendência à inovação. O indivíduo adulto age neste mundo baseado num estoque de experiências, que tem como ponto de partida não somente sua experiência, mas também aquela que foi transmitida por seus antecessores. Juntos formam um “conhecimento à mão”, que funcionam como um código de referência. O estoque de conhecimento à mão serve como um guia que o direciona para a atividade de construir e, uma vez a casa pronta, materializa um pensamento, valores e decisões de uma época.

Oliveira Júnior (2009), ao relatar sobre a arquitetura ribeirinha, aponta que devido à formação do ribeirinho revelar hábitos remanescentes da união das três culturas – a indígena, a nordestina e a europeia –, “a arquitetura tornou-se um elemento histórico, a mediação por onde é materializada a história dessas populações” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2009, p. 73). E sendo uma história relacionada à conquista de permanência e uso de uma determinada área, os processos de organização da arquitetura ribeirinha podem ser vistos não apenas com a finalidade de construção, mas também como forma de marcar uma ocupação territorial.

A disposição e organização da casa são apontadas como objeto de atenção particular e é exercida tanto pela matéria quanto pelo grupo no qual está inserida. Pela matéria no que se refere ao ambiente natural que está inserida, como por exemplo, as matérias primas e as técnicas disponíveis para manuseá-las. Habitar na terra firme, assim como nas áreas de várzea, é necessariamente adaptar-se aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca. As casas têm de ser construídas com soluções que preveem tais mudanças no ambiente.

O repertório técnico, cultural e social do ribeirinho se constitui na relação indissolúvel com seu ambiente, nesta inter-relação repertorial, que se configura como um sistema semiótico em que é formada a arquitetura ribeirinha” (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p. 139).

Todas as questões apontadas acima permearão a descrição das moradias ribeirinhas de Amanã nas seções seguintes.

4.1 A construção e os atores sociais

O que fica gravado na mente da gente, a gente nunca mais esquece (depoimento de Carlos, morador da Coari, carpinteiro, pesquisa de campo de 2009).

As decisões referentes à configuração do artefato arquitetônico não são objeto de prévia representação simbólica. “O projeto se torna necessário quando a solução do problema arquitetônico é realmente uma incógnita, ou quando se exige uma forma inovadora” (SILVA, 1994, p. 133). Para o morador ribeirinho de Amanã, o primeiro passo é identificar na mata as árvores que serão serradas e as espécies madeireiras para cada elemento construtivo, que são os barrotes, ripões etc. Após a seleção na floresta, o morador paga o serrador para ir retirar a madeira ou, se tem a motosserra, ele mesmo derruba. “As árvores escolhidas para a construção das casas localizam-se, na sua maioria, a uma distância média de 2.300 metros da comunidade e a localização das espécies ocorre principalmente nas áreas de roçado” (VIANA; MARQUES, 2010, p. 4). O conhecimento das espécies madeireiras para construção das benfeitorias, como as casas, ocorre desde cedo, durante a infância, pelo fato de o filho acompanhar o pai nas idas ao interior da floresta. O conhecimento do entorno é uma prática socializada no interior do grupo doméstico. Os filhos homens acompanham os pais, enquanto as meninas ficam com as suas mães. Seus papéis e o estoque de conhecimento relacionado ao sexo feminino ou masculino vão se formando à medida que o indivíduo torna-se adulto.

Geralmente, o morador faz o pagamento para serrar a madeira por meio do dinheiro proveniente dos benefícios sociais do governo, como o Cartão Cidadão e Bolsa Família. Com a venda da farinha de mandioca ao patrão local, o morador adquire os itens industrializados: os pregos, o combustível necessário para a utilização da motosserra e as telhas de alumínio, uma vez que as coberturas não são mais de palhas e os encaixes das madeiras não são fixos com talas naturais, como as de juta e envira usadas nos tempos dos *tapiris*.

A substituição da cobertura da casa confeccionada de palha por telhas de alumínio pode ser analisada por alguns fatores. Os moradores atuais relatam que o acesso ao recurso e o manuseio em tecê-las demandam tempo e uma habilidade que só os mais velhos detêm. A telha de amianto ou de alumínio é mais durável e sua aquisição tem sido por meio de benefícios sociais da prefeitura ou presenteadas por candidatos a vereadores. Seu uso oferece visibilidade ao representar e materializar o esforço despendido das atividades econômicas atuais. Por meio da aparência similar, quase repetitiva no visual das casas ao longo da margem do lago, ele – o morador – assume uma posição de coletividade perante o grupo e aos que chegam.

Outra questão relacionada à substituição dos elementos construtivos (paus roliços e palha) foi o domínio da técnica para manuseá-los. A motosserra foi o principal instrumento de trabalho que alterou a forma visual da casa. Ela foi introduzida na comunidade Boa

Esperança via um antigo patrão para facilitar o trabalho da atividade agrícola, como atesta um morador.

Ela chegou por um madeireiro, operador que vinha aqui. Ele foi uma das pessoas que começou a tirar madeira para nossas casas, derrubar nossos roçados. E aí a gente viu como era o trabalho da motosserra [...] agora eu vou comprar um motosserra que é para eu derrubar meu roçado e tirar madeira a fim de fazer uma casa (depoimento de Luiz, morador e presidente da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2012).

Os moradores aprenderam a manusear a motosserra na prática, sem alguma orientação ou acompanhamento técnico por órgãos que trabalham com a legislação florestal ou ambiental, além de não possuírem licença de operação e cadastro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Ambientais (IBAMA). Devido à falta de uma capacitação adequada, o seu corte gera um desperdício e um subaproveitamento das espécies madeireiras.

Normalmente, o beneficiamento é feito com motosserra, e no momento da derruba das árvores, o corte é feito com um a dois metros de altura do solo, desperdiçando essa madeira que fica no toco da árvore. Outro momento de desperdício, é a não utilização de toda a madeira cortada, de um tronco de sete metros utiliza-se somente cinco para fabricação de tábuas de paredes e assoalhos, barrotes, ripão, vigas e perna manca, o restante fica na floresta (VIANA; MARQUES, 2010, p. 6).

De posse desses itens industrializados, mais duráveis e acessíveis, o morador contrata o carpinteiro local para dar início à construção. Na construção, a interação entre residentes e não residentes se manifesta. As relações sociais que permeiam o cotidiano dos moradores da comunidade são essenciais para realizar a construção, pois seu processo está intrinsecamente associado às relações sociais constituídas. Com a finalidade de exemplificar, apresentamos a seguir o processo de construção de uma casa erguida na mesma comunidade, no ano de 2009. Essa casa tinha como planejamento inicial acomodar um casal, dois filhos adultos e três crianças. A casa que antes abrigava esse grupo doméstico era considerada pequena, devido ao número de filhos, e também era antiga, por apresentar goteiras e algumas madeiras apodrecidas. Eles relataram que há algum tempo estavam guardando dinheiro para a construção e que, naquele momento, poderiam erguê-la.

A antiga casa foi derrubada e em seu lugar uma nova foi erguida. A intenção era ter seis por quatorze metros de fundos, com sala, quatro quartos, duas cozinhas e uma área para banho. O processo construtivo para erguer os elementos estruturantes dessa casa durou cerca de três dias. Inicialmente, perfuraram o solo a fim de fincar os barrotes – elementos que suportam o peso da edificação e que devem ser de madeiras resistentes e duráveis, como as espécies itaúba, jacareúba e acapu –; neste caso, foram utilizadas oito peças de madeiras itaúba e acapu para sustentar a casa. Pelo fato de o terreno apresentar desnível, os barrotes tinham alturas diferentes, mas, ao serem fincados no chão, as extremidades dos barrotes ficaram alinhadas com as demais.

A segunda peça de madeira a ser encaixada no barrote é a travessa ou linha (Figura 26). As quatro linhas de madeira tamacoré nivelam a casa num plano reto. Em seguida, os pinos foram erguidos – oito pinos de madeira castanha-de-rato marcam a altura menor da casa (Figura 27). Foram necessárias dezessete peças de madeira tamacoré para fazer o travejamento – peça que suporta as pranchas de madeira que compõem o assoalho da casa. Até esse ponto da construção, os dois carpinteiros e um ajudante levaram um dia para finalizar essa etapa.

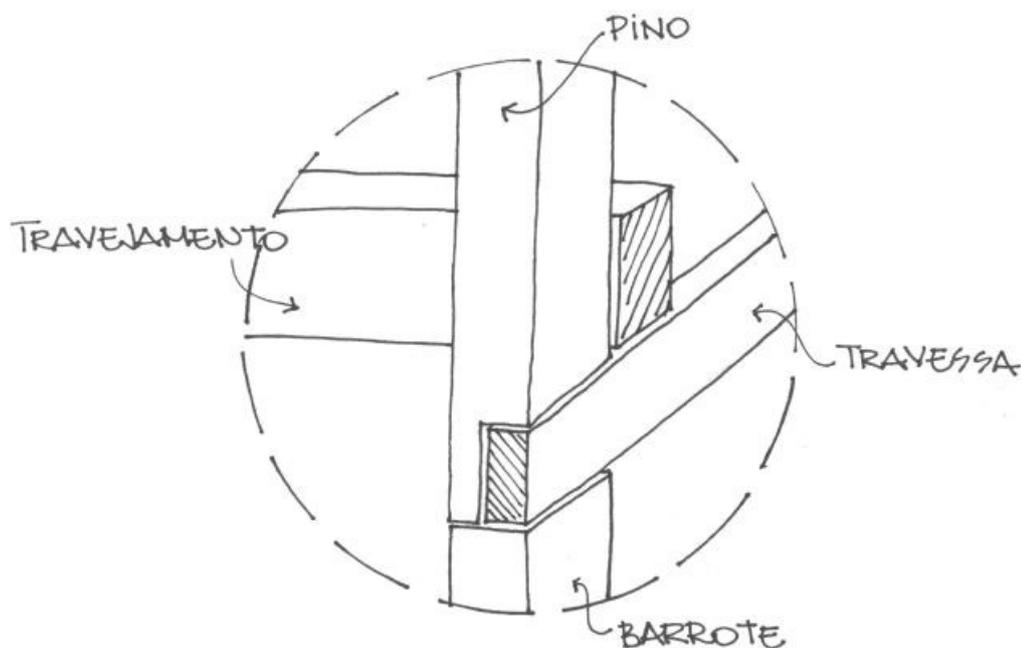


Figura 26 – Desenho esquemático da estrutura de apoio da casa
Fonte: Desenho elaborado pelo autor.



Figura 27 – Detalhe do encaixe
Fonte: Acervo do autor, 2009.

No segundo dia, os carpinteiros montaram, ao longo do comprimento maior da casa, duas peças chamadas de flechais, feitas de madeira castanha-de-rato, e cada uma foi encaixada sobre quatro pinos, delimitando a menor altura do telhado. Sob o pino e o flechal entrou o travessão, ou cruz, no menor comprimento da casa. Foram utilizadas quatro peças paralelas que marcaram a base do elemento chamado de tesoura – o que sustenta o telhado. No meio de cada travessão, formando um ângulo de 90°, uma pequena peça chamada de pontalete, de madeira itaúba, teve a função de erguer a altura desejada do telhado e dar o caimento adequado para as águas da chuva. A grande peça que marca o ponto mais alto da edificação é erguida sob os pontaletes e se chama cumeeira. Para sustentar a cobertura, dezoito peças chamadas de caibro foram dispostas paralelamente e, transversalmente, dez peças chamadas de ripões foram utilizadas para fixar as folhas da telha de alumínio para a cobertura (Figuras 28 e 29). No terceiro dia, foi possível fixar as 56 folhas de alumínio e iniciou a colocação de 31 pranchas de madeira para o assoalho (Figura 30).

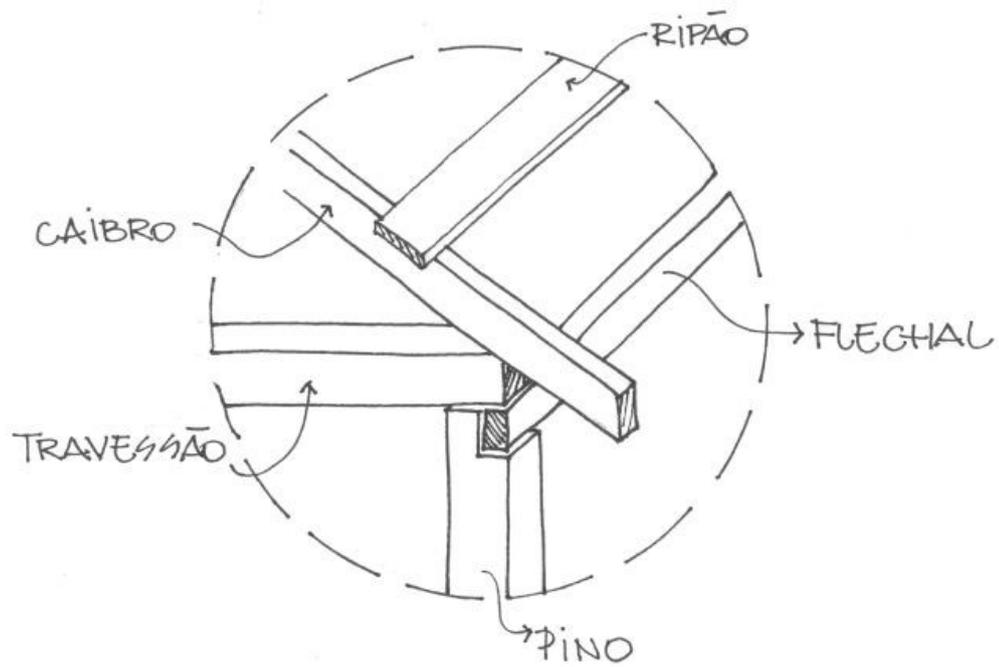


Figura 28– Desenho esquemático da estrutura do telhado
 Fonte: Desenho elaborado pelo autor.



Figura 29 – Estrutura em madeira do telhado
 Fonte: Acervo do autor, 2009.



Figura 30– Detalhe da cobertura
Fonte: Acervo do autor, 2009.

Como não há um desenho sobre como será a casa e a organização do espaço interior, é o carpinteiro quem vai comandando a obra e colocando ali o seu gosto pessoal, seu conhecimento adquirido. Todas as etapas de construção são lideradas por ele. O residente somente informa o número de cômodos e alguns detalhes decorativos que a esposa prioriza. É o carpinteiro quem molda e deixa sua marca na casa.

Tal marca aparece por meio da estética diferenciada que ocorre nos detalhes das portas, alisares e janelas e, principalmente, na parte superior que veda a estrutura da frente do telhado – o oitão (Figuras 31, 32, 33 e 34). Oliveira Junior (2009) relata em seu estudo que a “diferença na forma da casa ribeirinha se dá normalmente em função do que o carpinteiro define, dando conta do mais básico em termos de habitação, que é a cobertura, fechamentos e piso” (p. 145).



Figura 31 – Detalhe arredondado das portas e janelas
Fonte: Acervo do autor, 2009.



Figura 32– Detalhe quadrado das portas e janelas
Fonte: Acervo do autor, 2009.



Figura 33 – Detalhe ondulado das portas e janelas
Fonte: Acervo do autor, 2009.



Figura 34– Fotografia sobre o uso da tela para facilitar a ventilação e evitar a entrada de bichos
Fonte: Acervo do autor, 2009.

Os encaixes das madeiras e a ordem para fixá-las é o grande segredo que o carpinteiro detém. Os moradores consideram o carpinteiro uma pessoa habilidosa que já sabe tudo sem precisar parar e olhar o modelo da outra casa. O estoque de conhecimento que o carpinteiro detém vai se acumulando à medida que surgem mais casas para serem construídas e “vai ficando gravada”.

Tudo vai se a pessoa tem amor naquilo que faz [...] então a profissão é para quem dedica para fazer ela, trabalha naquilo, e quem tem boa vontade, sabe quantos quilos, por exemplo, de prego vai levar uma casa, uma casa de 20 por 15; uma casa de 15 por 8, uma casa que a altura dela seja 3,5; 3,9 sabe quanto de ripão vai pegar na estrutura, então aí conforme o tamanho, a altura. [...] Porque isso aí é coisa mais que vai ficando gravada. A pessoa faz uma medida, por exemplo, se for uma casinha pequena, a casinha pequena vai levar pouco prego, uma casinha de 6 metros por 4 vai levar 3kg de prego de parede, 2kg para o assoalho, 1kg para cobertura, 1kg para estrutura dela (depoimento de Carlos, morador de Coari, carpinteiro, pesquisa de campo de 2009).

O domínio de instrumentos simples, como tirar o prumo e colocar a casa no esquadro é habilidade também exigida dos carpinteiros locais (Figura 35 e 36).



Figura 35 – Uso do prumo, habilidade requerida a um bom carpinteiro
Fonte: Acervo do autor, 2009.

Tuan (1983) aponta que as “dimensões espaciais como vertical e horizontal, massa e volume são experiências que o corpo conhece intimamente; são sentidas, também, cada vez que se finca uma estaca no chão” (p. 122). É por meio do fazer, e da observação, que o ribeirinho desenvolve a habilidade de medir com recursos do entorno.

O carpinteiro tem uma habilidade espacial em construir a casa ribeirinha porque ele também vive este espaço. “A experiência implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele” (TUAN, 1983, p. 10). Portanto, o carpinteiro é o mediador principal porque a conhece. Não se contrata carpinteiros da cidade. Alguns até moram lá, mas vieram do interior e sabem como são erguidas as casas a beira do rio. Ele tem seu esquema organizacional nos mesmos moldes que um ribeirinho, porque foi um dia.



Figura 36 – Fotografia sobre como colocar os pinos em ângulo reto
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Como qualquer moradia tradicional ribeirinha, as construções são modulares, com esteios e demais elementos estruturais regularmente dispostos. Praticamente todas as moradias são desmontáveis e seus componentes construtivos são codificados de forma a permitir a completa desmontagem e remontagem da construção. A madeira é o elemento principal da construção e sua escolha definirá o seu reaproveitamento.

A durabilidade média das tábuas “boas para construir casas” é de aproximadamente 20 anos. Na medida em que as tábuas vão apodrecendo, trocam-se as peças de madeira sem alterar a estrutura. As tábuas usadas para a edificação das casas são de vários tipos de madeira, sendo que sua qualidade determina onde exatamente devem ser utilizadas: tábuas de louro inamuí são boas para ripas e travessões, caibros de andiroba são bons para esteios e para o telhado, caibros de jitó são bons para o assoalho e jacareúba é considerada a melhor madeira para se construir paredes. Entretanto, a escolha da madeira é definida principalmente pela disponibilidade da madeira em cada região (LIMA *et al.*, 2006, p. 41).

A comunidade Boa Esperança sofre pequenas alagações na época das cheias. Em 2012, pude presenciar uma enchente na comunidade e ver a importância do elemento madeira a fim de que a casa pudesse ser desmontada e suas peças reaproveitadas (Figura 37).



Figura 37 – Enchente de 2012
Fonte: Acervo do autor, 2012.

A chuva caiu muito forte na comunidade Boa Esperança em maio de 2012 (ver Figura 38), elevando tanto o nível das águas do rio que todas as casas que margeiam o Lago ficaram de “bubua”, ou seja, com parte da casa submersa nas águas. Um dos grupos da comunidade teve sua casa completamente alagada. A posição de “comprido” da casa favoreceu a instabilidade. A madeira dos fundos da casa foi retirada para facilitar a remoção dos objetos do interior, sendo o televisor o primeiro deles. Em seguida o colchão, fogão, os itens alimentares (rancho) e os pertences pequenos, até que tudo tivesse sido retirado. Sobrinhos, vizinhos ajudaram na retirada dos objetos. Todos os fragmentos de sua história foram colocados numa canoa e guardados numa outra casa até que a nova pudesse ser erguida.



Figura 38– Mudança durante a grande cheia de 2012
Fonte: Acervo do autor, 2012.

No dia seguinte, a casa foi totalmente desmanchada e suas peças retiradas (Figura 39). Todos os vizinhos que residem próximo, assim como os familiares, ajudaram o grupo a desmontar a casa. Os elementos estruturantes foram desmontados, separados e guardados.

Ter esses materiais – madeira e alumínio – proporcionam tanto a estabilidade quanto a mobilidade: estabilidade em fazer parte de um grupo, marcar seu lugar de pertencimento em um determinado espaço comunitário; e mobilidade de mudar de um lugar para outro quando necessário. Oliveira Junior (2009) aponta que o uso das “telhas metálicas apresentam uma facilidade muito grande no transporte (quando enrolada, cabe facilmente nas voadeiras – barcos usuais da região), por serem leves e normalmente não necessitarem de manutenção” (p. 118).



Figura 39 – Desmonte de uma casa
Fonte: Acervo do autor, 2012.

A distância geográfica impede que os moradores usem outros materiais para construção. Eles precisam de uma casa em tempo curto e a possibilidade de usar madeira faz com que uma casa seja erguida em apenas uma semana. O elemento madeira é a melhor solução para as casas do interior da Amazônia em virtude não só da facilidade ao acesso, mas por causa do ambiente natural (a subida e descida da água). Se fosse alvenaria, a casa teria se desmanchado e tudo seria perdido. E as casas tipo flutuante, que são as construídas sobre toras de madeira, não se adaptam na área do Lago Amanã em razão da força das águas e dos ventos fortes. Um morador relata que morar em terra-firme não é como na várzea, tem suas vantagens; pois quando chove forte e a terra alaga, o morador tem tempo para desmontar sua casa e planejar sua nova construção: “O cara tem para onde ir. Ou recua sua casa ou vai para casa de farinha. Na várzea não. É água para todo lado” (depoimento de João, morador da comunidade Boa Esperança, pesquisa de campo de 2012).

O carpinteiro que irá construir a nova casa para o grupo que ficou desabrigado segue o padrão local de construção. Com as madeiras reaproveitadas e algumas peças novas, o carpinteiro inicia o planejamento e a construção da casa. Os equipamentos que ele utiliza são uma motosserra, um terçado, um machado, um esquadro e linha de náilon. Para medição usa-se um pedaço de pau, graveto, medido pela palma da mão que consideram que tem cerca de

vinte e cinco centímetros. O carpinteiro faz a estrutura independente do que será seu interior. Só o morador e, principalmente, a mulher é que determinam após a estrutura pronta como será a divisão interna da casa. Os passos da obra são codificados na mente e operacionalizados sem problema, como um guia preestabelecido.

O procedimento é feito com dois pedaços de madeira, que são utilizados como medida para fazer a largura e o comprimento. Para tanto, marca-se um ponto aleatoriamente no chão e, utilizando o próprio travessão de madeira para definir o comprimento, finca-se um graveto neste ponto. Após isso, outra peça é colocada a 90° e, na ponta desta, coloca-se outro graveto. A mangueira, usada para aferir o nível, é esticada e levantada nas pontas, com água no interior, serve para tirar o prumo. Um pedaço de graveto, medindo cerca de um metro, é o instrumento de medição. No momento em que entram as peças do assoalho, a linha suja de graxa demarca a linha de corte. Esses pontos da obra são exemplos importantes de habilidades requeridas ao carpinteiro, pois, como foi dito, é ele quem comanda a obra.

Podemos averiguar, de acordo com o exposto, que o processo construtivo é resultante de um engajamento com o ambiente e de práticas que tendem à reprodução social. Uma rede de relacionamentos sociais é ativada para tal construção. A ação realizada pelo carpinteiro assemelha-se a de um *bricoleur*.

O *bricoleur* está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas porém, ao contrário do engenheiro, não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto: seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com os 'meios-limites', isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular mas é o resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores. O conjunto de meios do *bricoleur* não é, portanto, definível por um projeto (o que suporia, aliás, como com o engenheiro, a existência tanto de conjuntos instrumentais quanto de tipos de projeto, pelo menos em teoria), ele se define apenas por sua instrumentalidade (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 33).

As ações repetidas cotidianamente embotam a mente do carpinteiro local e no extremo oposto está o mestre arquiteto que a planeja de diferentes formas conforme a situação que lhe é exposta. Enquanto o arquiteto se utiliza de desenhos esquemáticos a fim de poder planejar a edificação, o carpinteiro utiliza o seu estoque de conhecimento acumulado e que lhe foi

repassado de gerações anteriores e por meio da convivência com seu grupo. Muitas vezes, o carpinteiro e o morador utilizam outra casa como modelo para a nova que será erguida.

Eu falei para ele se dava para ele fazer a casa. Aí ele disse: Rapaz, para mim dá. Aí ele me perguntou o tamanho, eu disse, é 9 metros por 6. Tá bom. É porque eu achei que tinha espaço pra gente morar melhor. Tem mais espaço que uma menor. Por que a nossa do outro lado aí era 10 metros por 4,5. 10 de comprimento e 4,5 de largura. E não tinha espaço dentro. Aí essa eu já resolvi fazer 9 por 6 que tem mais espaço. Fica mais cômodo. E aí chega alguém na casa da gente, tem mesmo um agasalho (depoimento de Valter, morador da comunidade Taracoá, pesquisa de campo de 2009).

Locais, materiais e forma são questões que Tuan (1983) aponta como não preocupantes a estes arquitetos autônomos, uma vez que estes grupos se baseiam no hábito arraigado, repassado de geração a geração. Um saber que se adquire pela prática e com a convivência com outros membros do grupo. É um ato socializado, pois se aprende enquanto vê e o que ele aprende influencia o que se vê (HALL, 2005). Ou seja, construir é um processo de aprendizagem.

Construir também é um processo de tomar decisões. Uma vez que há um número limitado de escolhas, ou seja, de matérias-primas disponíveis no entorno, o construtor tem de escolher aquelas que atendem ao seu modelo preestabelecido. As casas ribeirinhas combinam a persistência da forma com a efemeridade do material. Oliveira Junior (2009), ao discursar sobre as primeiras construções ribeirinhas ainda na época do *boom* da borracha, relata que os *tapiris* consistiam numa unidade básica de sobrevivência na selva, e que as atuais casas sobre palafitas

são derivadas diretamente destas soluções mais simples, os fechamentos das paredes são executados em pranchas de madeira, normalmente paxiúba (madeira abundante na região). Elas são fáceis de montar, com um sistema de encaixes que permite que o ribeirinho construa, reforme ou amplie suas habitações (OLIVEIRA JÚNIOR, 2009, p. 118).

As palafitas, vistas como habitações tradicionais da cultura ribeirinha, “pressupõe um diálogo com o ciclo das águas da região, com suas pilastras de madeiras submersas durante enchente e vindas à tona no período da vazante” (PEREIRA; SILVA; BARROS, 2011, p. 16). Representam uma solução arquitetônica do homem amazônico para adequar-se ao ambiente em que vive. Mesmo as atuais, ao entrar em contato e absorverem materiais industrializados,

como telhas de amianto, zinco, concreto, mantêm traços que as “distinguem como construções vernaculares amazônicas” (p. 38).

O carpinteiro opera sua ideia através de signos que ele tem em sua mente e que são mensagens de alguma forma pré transmitidas e colecionadas por vivenciá-las cotidianamente: são as marcas de pertencimento, como a vassoura de cipó-títica, o balde de água na frente da casa, as painéis areadas penduradas na parede da cozinha etc. Lévi-Strauss (1989) aponta que o signo é um ser concreto, mas assemelha-se ao conceito por seu poder referencial: um e outro não se referem exclusivamente a si mesmos.

As marcas de pertencimento que ele tem em mente, mesmo que inconsciente, direcionam a construção e os vários elementos que uma casa ribeirinha deve conter. A casa é, geralmente, retangular, com janelas pequenas, na forma de quase quadrados perfeitos, e dispostas simetricamente. Os telhados não são muito inclinados, sendo a cobertura feita de alumínio ou telhas de amianto. A cor das paredes normalmente é branca, enquanto os detalhes dos alisares das portas e das janelas são de cores vivas – azuis ou verdes – e os assoalhos pintados na cor avermelhada. O assoalho suspenso está a uma altura de mais ou menos um metro do chão, estilo palafita. Segundo os depoimentos dos residentes, nas grandes alagações as casas situadas às margens do lago têm seus barrotes submersos na água, mesmo estando localizadas em área de terra firme. Esse recurso evita umidade nas madeiras e o acesso de bichos de criação no interior da casa; como galinhas, porcos e cachorros. As frestas entre uma tábuas de assoalho e outra permitem que a dona da casa varra como mais facilidade a sujeira para debaixo da casa. Já o passeio na fachada compreende um

pequeno estrado localizado na entrada das casas onde os calçados são deixados antes de entrar. Em alguns lugares, costumam colocar um balde para lavar os pés. Chamam de passeio também ao que chamamos de varanda no segundo pavimento das casas de dois pisos (LIMA *et al.*, 2006, p. 41).

O passeio pode variar de tamanho e ainda receber cobertura a fim de se tornar um lugar para reunir os amigos no fim de tarde, conversar ou simplesmente estender roupas em dias chuvosos. Outro elemento presente na casa e erguido posteriormente à construção é o jirau:

basicamente, um estrado de madeira suspenso do solo, que ocupa diferentes lugares na casa e serve a diferentes funções, mas recebe o mesmo nome de *jirau*.

[...] estrado de tábuas, contíguo à cozinha, de tamanho variável, usado como extensão da mesma onde se faz a higiene pessoal; alguns trabalhos domésticos como socar grãos no pilão, limpar peixes e carnes; lavar frutas (quando há água disponível na casa); cozinhar (quando utilizam fogareiro); e outros. É aí também onde ficam guardados alguns utensílios da casa: varas de pescar; arcos; arpões; malhadeiras; bujão de gás; tipiti; pilão; panelas, etc. em algumas comunidades esse local também é chamado de *lavatório* ou *jirauzinho*. Quando o jirau é coberto, é comum ser chamado de *cozinha*, ainda que haja uma porta ou degrau separando-o de outra cozinha localizada dentro da casa (LIMA *et al.*, 2006, p. 40).

O que importa para os moradores de Amanã, atualmente, é ter uma casa completa, que segundo os depoimentos, significa ter sala, cozinha, um quarto para o casal e outro para os filhos e, se possível, uma área “molhada”, a ser utilizada em banhos e lavagens de modo geral. Ademais, e principalmente, a casa deve ser bem protegida contra os mosquitos da região.

Se o cara não tiver uma casa boa, o cara não tem nada na vida [...] sem carapanã dentro [...] isto é o conforto daqui do interior (depoimento de Carlos, morador de Coari, carpinteiro, pesquisa de campo de 2009).

O que prevalece na hora da construção é ter as condições necessárias para se fazer pelo menos o assoalho, a cobertura e o fechamento das laterais. Os acabamentos – como colocação das portas, pintura e vedação por meio de telas – ocorrem depois que o morador a ocupa e passe a residir nela.

4.2 A organização e disposição dos cômodos

A organização e a disposição dos cômodos de uma casa integram um sistema de comunicação não verbal e sua apreensão revela como o grupo que ali reside age socialmente. A sua divisão interna, além de dar suporte para o desempenho das atividades cotidianas, cria as condições para que existam as interações esperadas. As pessoas que ali residirão, unidas por laços de parentesco ou de compadrio, compartilharão dessas atividades e, juntas, contarão histórias de vida.

Cenário para certos eventos, as paredes vem a constituir, neste contexto, barreiras reais e simbólicas; assim como janelas e portas. Ora viabilizam ora impedem o acesso e a

visibilidade do que acontece no interior. Porém, não foi sempre assim. Nos *tapiris* não haviam paredes, portanto nem portas e janelas. De fora tudo podia ser observado (Figura 40).



Figura 40 – Modelo de um tapiri
Fonte: Acervo do autor, 2007.

Em 2007, ao percorrer a área do Amanã e permanecer numa casa ao estilo de um *tapiri*, foi possível observar e sentir o que é viver sem barreiras visuais e limites físicos. As paredes nos permitem percorrer o espaço da casa e delimitam as funções específicas de cada cômodo que cria; no entanto, na sua ausência, são os objetos que juntos e dispostos num determinado lugar atendem a esta função, que é delimitar o espaço da casa. Redes e roupas são colocados num canto da casa e por estarem lá funcionam como quarto. Os objetos e utensílios de cozinha são colocados em outro canto da casa e seu conjunto possibilita a existência do cômodo cozinha (Figura 41).



Figura 41 – A disposição dos utensílios de cozinha num *tapiri*
Fonte: Acervo do autor, 2007.

As paredes qualificam e especializam os lugares da casa. Objetos e pertences pessoais dispostos em um lugar da casa qualificam o espaço como quarto (Figura 42). Por meio das paredes, os papéis a serem desempenhados por mulheres e homens ficam mais visíveis. Logo, um espaço pode ser considerado pertencente mais à esfera feminina e outro ao masculino.



Figura 42 – Redes, mosquiteiros e roupas no espaço quarto
Fonte: Acervo do autor, 2007.

Tomando como referência Bourdieu (2002), “a colocação da casa no espaço geográfico e no espaço social, e sua organização interna, representam um dos ‘lugares’ nos quais se articulam a necessidade simbólica ou social e a necessidade técnica” (p. 91). Os lugares da casa organizam-se conforme um conjunto de oposições homólogas e cada uma de suas partes é qualificada em feminina ou masculina: “fogo : água :: cozido : cru :: alto : baixo :: luz : sombra :: dia : noite :: masculino : feminino” (p. 97). Na casa Kabila a oposição se revelava por meio das ações realizadas em cada cômodo e do conjunto de objetos que possibilitam sua realização. Cada elemento que integra o *tapiri* é objeto também da oposição masculino-feminino. De um lado a cozinha e seus utensílios que só as mulheres manipula, de outro os utensílios de trabalho que ele acumula e zela ao longo dos anos de sua vida de homem da casa.

O conjunto de qualidades que fazem de um lugar feminino ou masculino constitui a ambiência, pois esta é revelada no processo de apropriação do espaço. A apropriação de um espaço

envolve a interação recíproca usuário/espaço, na qual o usuário age no sentido de moldar os lugares segundo

suas necessidades e desejos. Os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos. Essa influência mútua entre usuário/espço é a razão pela qual as pessoas e os grupos encontram ou não sua identidade nos diversos lugares em que vivem. Os lugares receptivos são aqueles com os quais as pessoas se sentem em perfeita harmonia e nos quais elas encontram sua identidade individual e coletiva. A ambiência do ambiente é o que possibilita esse processo comunicativo (MALARD, 2013, p. 4).

Apesar do trabalho de Heredia (1979) abordar o significado da casa a partir de uma lógica camponesa, que pressupõe um tipo de relação com a terra (e com o ambiente), um tipo de organização social em que o homem desempenha um papel importante e cujas categorias centrais deste universo camponês são família, terra e trabalho, ele apresenta algumas similaridades com a casa de Amanã, como por exemplo a apropriação do espaço.

Não há dúvida de que o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está estreitamente ligado à sua posição com relação às atividades que desenvolvem no *roçado* ou na *casa*. Sendo assim, a inserção de cada membro em qualquer um dos dois âmbitos varia tanto pelo sexo a que pertence como pelo ciclo de vida de cada indivíduo (HEREDIA, 1979, p. 77).

Mesmo com a substituição dos paus roliços pela madeira serrada e da palha na cobertura pelas telhas de alumínio, a concepção de como se dividir os espaços se manteve. O modelo que serve como referência para a divisão interna é o do antigo *tapiri*, por ser compartilhado e aceito entre os membros do grupo como satisfatório. Tal modelo consistia em apenas dois cômodos, sendo um destinado a dormir e o outro a receber. Somente o primeiro tinha suas laterais fechadas. A cozinha era numa outra casa (edificação), por causa da fumaça oriunda do fogão à lenha que, como as mulheres alegavam, “pretejava” tudo.

A solução mais simples empregada, atualmente, é de quatro cômodos interligados por uma passagem no meio, que se refere à uma forma básica por lembrar a planta do *tapiri* que era constituída por dois cômodos interligados (Figura 43). Esta forma básica é uma duplicação do *tapiri*, tendo um quarto de frente para a sala e outro para a cozinha. Caso o morador queira mais cômodo, basta apenas replicar a forma básica a partir de um corredor na parte central (Modelo estendido).

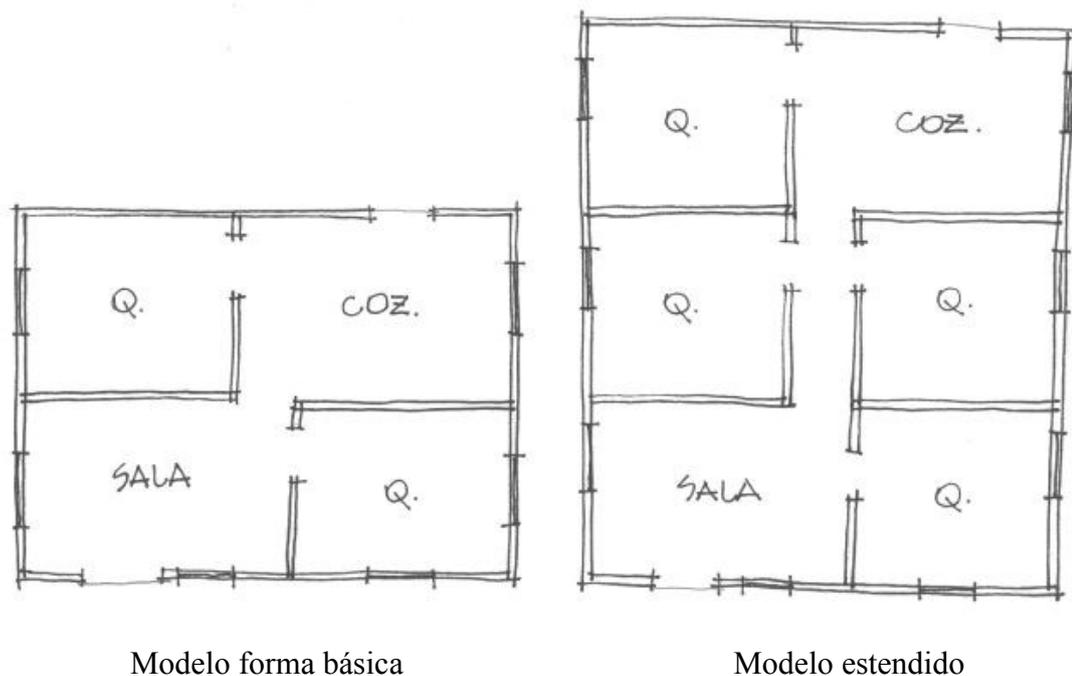


Figura 43 – Desenho esquemático das plantas-baixas utilizadas atualmente

Fonte: Desenho elaborado pelo autor

A partir da compartimentação do espaço casa por meio do uso de paredes, surgiram espaços de circulação e distribuição, que são os corredores (Figura 44). Com os interiores mais fechados, os cômodos separaram-se e novas opções surgiram devido à necessidade de se ter mais quartos. Uma delas é prolongar a forma básica e dispor ao longo do corredor central os vários quartos.

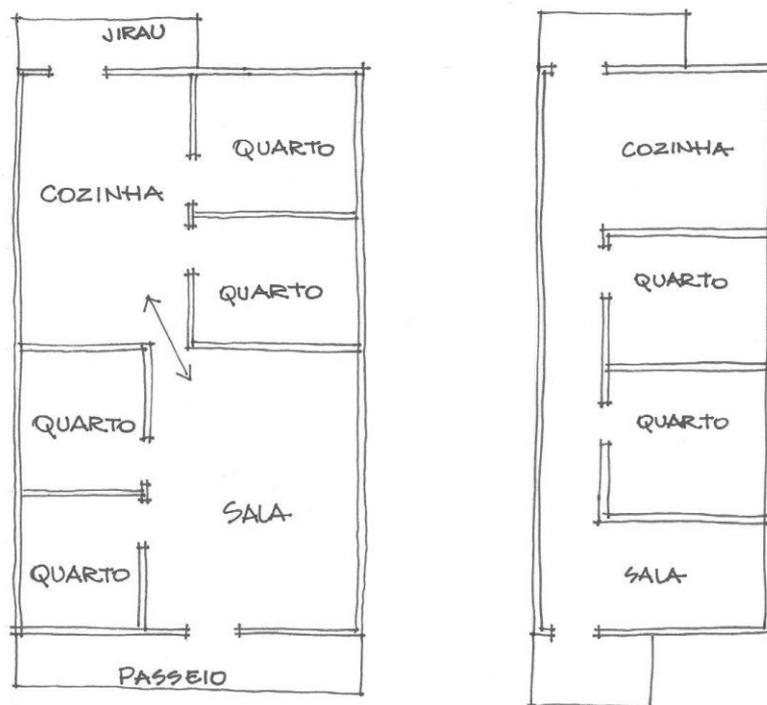


Figura 44 – Modelos de planta-baixa que possibilitam ter mais quartos na casa
 Fonte: Desenho elaborado pelo autor

De modo geral, a casa ribeirinha de Amanã apresenta certas regularidades espaciais, que podem ser denominadas estrutura.

Essa estrutura não diz respeito apenas ao número de cômodos, mas também dentro de um cômodo, à existência de móveis estruturais – devemos entender por estruturais aqueles que aparecem recorrentemente nas casas – como a mesa de jantar, o sofá, as camas individuais e os armários. Ou seja, numa casa de alguém que pertence às camadas médias, existe um conjunto de móveis que são considerados essenciais para essas famílias. São eles que conferem as condições mínimas de habitabilidade da casa para essas pessoas. Um lugar para dormir (as camas), um lugar para se sentar (o sofá), um lugar de apoio para comer e para as outras tarefas (a mesa) e outro (os armários) para guardar os utensílios, as roupas, os sapatos etc. (SCHIJNEMAEEKERS, 2006, p. 207).

A estrutura básica de uma casa ribeirinha, atualmente, compreende sala, cozinha e dois quartos. A planta da casa expressam as relações sociais que ali se realizam. Contudo, ela vem aumentando em tamanho e quantidade de cômodos. A acessibilidade ao consumo

permitiu não só aumentar o número de objetos presentes na casa, mas também aumentar e especializar o cômodo. Mais objetos demandam mais espaços para serem armazenados.

Oliveira Júnior (2009) em seu estudo sobre arquitetura ribeirinha aponta

uma configuração básica da habitação cabocla ribeirinha, onde encontramos uma divisão simples de dormitório com altura menor que as paredes externas, cozinha e sala. Apesar da população ribeirinha no Amazonas ter sua origem estruturada de forma similar, observa-se diferenças e variantes na construção das casas, normalmente em função do acesso a materiais de construção, como madeira aparelhada e telhas metálicas, e o repertório construtivo dos carpinteiros de cada localidade (p. 124).

O autor apresenta, em forma de plantas-baixas, alguns modelos que ilustram alternativas da distribuição interna de casas ribeirinhas mais simples, mantendo sempre a configuração de dois dormitórios (D), sala (S) e cozinha (C) (Figura 45). Podemos perceber que tais variações não se restringem às casas de Amanã.

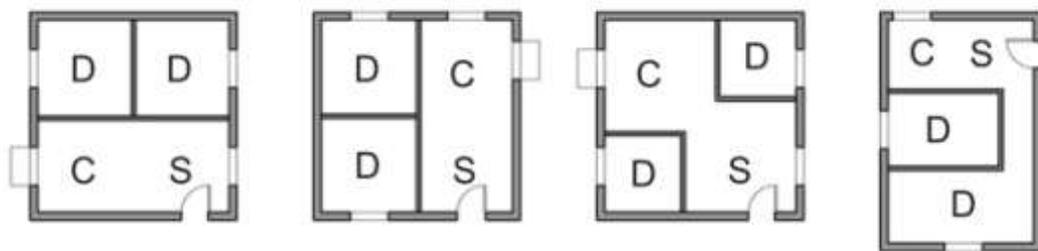


Figura 45 – Modelos de plantas-baixas utilizadas na habitação ribeirinha
Fonte: OLIVEIRA JÚNIOR, 2009. Adaptado.

Os moradores de Amanã, a partir da aquisição de novos objetos considerados como patrimônio doméstico, incorporaram na divisão dos cômodos novos programas de necessidades e um possível conforto individualizado de cada um deles. Se antes havia dois espaços ou até mesmo um só servindo para várias funções e comunicando-se entre si, agora há cômodos dispostos para um corredor ou para uma área mais “impessoal”, como sala e cozinha. Portanto, já é possível verificarmos em algumas casas de Amanã vários quartos, cada qual servindo para um filho, cada um tendo sua cama, sua estante e objetos próprios não compartilháveis. Há uma fragmentação constante dos espaços resultado das novas necessidades que os tempos atuais requerem. Ou seja, as mudanças em termos de sociabilidade familiar também refletem na estrutura da casa.

A estrutura básica – internalizada como satisfatória – e suas possibilidades servem como um modelo a ser seguido. Em consequência das constantes viagens que fazem à cidade a fim de que possam ter acesso a banco, hospital e educação, os moradores de Amanã estão construindo casas no meio urbano para residirem temporariamente. Tais casas são similares às que possuem no interior, com o mesmo material e padrão arquitetônico, porque elas refletem exatamente as condições econômicas dos migrantes. Aqueles que conseguem aumentar a renda podem até construir uma casa de alvenaria e concreto, mas, a grande maioria dos que migraram continua morando no mesmo tipo de casa.

Apesar de cada casa possuir sua singularidade que conta a história de vida de seus moradores, é importante se fazer uma análise acerca de como a casa é dividida e mobiliada em cada cômodo, além das atividades que ali se realizam. Conhecer cada cômodo de uma casa é poder conhecer um pouco sobre cada morador.

A sala é o primeiro cômodo com que nos deparamos ao adentrar na casa e o lugar menos privado, por ser o ponto de encontro das visitas, compadres e parentes. É, nesse sentido, um espaço de socialização entre residentes e não residentes. Ela recebe e informa para aquele que chega os novos bens que a família adquiriu (Figura 46). Os melhores enfeites estão ali dispostos em pontos bem visíveis. Na parede de frente para a porta de entrada, há uma estante para o televisor e outros pertences, que podem ser porta-retratos, livros da escola, brinquedos e miudezas. Um detalhe muito usado para decorar as paredes é o uso de grandes cortinas coloridas, apesar de as janelas serem bem pequenas. Quase não existem sofás, nem poltronas, pois senta-se no chão. Porém, quando há um visitante, os moradores oferecem uma cadeira de plástico ou um banco de madeira para este sentar.



Figura 46 – Sala de estar modernizada
Fonte: Acervo do autor, 2009.

Tanto na casa de dona Marlene quanto na de Manuela, e também em outras casas visitadas, chamou-nos a atenção o “canto do homem”. Ao chegarem do roçado ou de qualquer atividade física, os homens, geralmente, deixam na sala seus utensílios de trabalho, como botas, terçado e malhadeiras. Geralmente quando não há espaço na casa para armazenar a farinha pronta, ela também é armazenada na sala. As ferramentas utilizadas no *roçado* e dispostas geralmente na sala constituem mais um elemento que contribui para assinalar esse espaço como o mais masculino em relação aos demais cômodos da casa. u (2002) aponta que nas casas berberes o “homem que se dá o respeito deve sair da casa logo que o dia desponta” (p. 102). Deixar seus instrumentos, próximo a porta principal facilita sua saída e marca que por ali ele saiu. A sala é um espaço masculino. E sendo o ambiente que comunica o interior com o exterior, a sala deve conter uma imagem de prosperidade. Honrar a casa é honrar e respeitar o homem, o chefe da casa. E o “dever da esposa, mãe de família e de todos os

membros é contribuir para que esta imagem do homem, pai de família, seja a que retrate frente ao mundo exterior a própria unidade” (HEREDIA, 1979, p. 87).

Lima *et al.* (2006) descrevem outras casas da RDS Amanã da seguinte forma:

A sala possui aproximadamente quatro metros de largura por dois de comprimento e três janelas. Nesse cômodo encontra-se um conjunto de dois sofás estofados, cobertos por capas de algodão discretamente estampadas e dispostos em formato “L”. À frente de um deles há uma estante de aço com prateleiras de vidro. Nessa estante, além de um aparelho de som de boa potência e aparentemente novo, há uma televisão de 23 polegadas, e estão dispostos vários troféus referentes às vitórias dos filhos do casal nos campeonatos regionais de vôlei e futebol. Há também alguns livros de magistério da filha mais velha, alguns bibelôs de louça com florezinhas artificiais, dois cestos feitos de talas de cauçu portando rosas vermelhas também artificiais e dois porta retratos com fotos de netos do casal. Há ainda algumas fotos antigas dos filhos, dispostas na parede acima da estante. Dividindo a sala do corredor, que leva ao quarto e à cozinha, há uma cortina feita de chita estampada com flores. No corredor encontramos uma máquina *Singer* com alguma peça de roupa por acabar (p. 41).

Um espaço de exibição, de representação, em que o homem atesta seu poder de compra e a mulher, sua capacidade em zelar pelo o que a família possui. Assim como na casa Kabila, “o que o homem trouxe, a mulher arruma, protege e poupa” (BOURDIEU, 2002, p. 103). Cabe a ela organizar e dispor os pertences, assim como mantê-los limpos. Principalmente a sala e a cozinha são baldeadas com muita água quase todos dias. Manuela, ao sair cedo para o roçado com o marido, deixa a cargo das filhas mais velhas a função de lavar o assoalho de madeira da casa com água e sabão. A noção de estética não está associada à ornamentação dos enfeites, a um embelezamento do cômodo, mas à ideia de mantê-los limpos. Casa limpa, asseada, é casa bonita. Ou seja, a capacidade de se obter prazer visual depende não só dos objetos que estão ali dispostos, mas da limpeza.

“A cozinha, situada no extremo oposto da habitação, é o lugar específico da mãe de família. É onde se preparam os alimentos e, em consequência, a mulher permanece ali a maior parte do dia” (HEREDIA, 1979), quando não está no roçado. A limpeza da cozinha e, principalmente, das panelas é essencial para demonstrar o envolvimento e a dedicação que a mulher tem pelo grupo doméstico a que pertence. Os objetos desse cômodo e a forma como estão dispostos e organizados demonstram se a dona de casa é uma mulher zelosa. Localizada no extremo oposto da habitação, é o lugar específico da mãe de família.

A cozinha é a parte da casa que mais apresenta objetos utilitários: travessas, panelas, potes. As tampas das panelas costumam ser fixadas na parede, por meio de uma corda, formando um relevo metálico que lembra a escama de um peixe (Figura 47). As vassouras de cipó-titica são recorrentes nas casas, quase todas elas têm, assim como baldes para aparar água da chuva ao redor da casa.



Figura 47 – Tampas das panelas dispostas na parede

Fonte: Acervo do autor, 2011.

Nos ripões, que fixam as tábuas da parede, são apoiados lata de óleo, pilhas, sal e outros elementos que, a qualquer hora, o dono da casa possa precisar. O patrimônio muito desejado e considerado imprescindível, assim como o *freezer*, é o fogão a gás. Os itens alimentares (arroz, açúcar, sal, leite, bolacha e outros) podem estar armazenados na própria cozinha, dentro de algum armário, no quarto do casal ou sob algumas tábuas que são dispostas em cima das paredes e que funcionam como um sótão.

Na cozinha de dona Marlene, há um *freezer*, uma mesa, uma cadeira de plástico, uma estante de ferro para louças, um fogão, uma botija de gás e um pote de barro com bica, para evitar que as crianças coloquem as mãos sujas dentro dele para pegar água. Na lateral da casa, há uma biqueira que recolhe água da chuva. A respeito dessa prática, dona Marlene relatou que deixa a chuva cair bastante até que possa limpar o telhado e somente depois a armazena

num tambor. Além disso, a água é filtrada para, posteriormente, ficar no pote de barro e ser consumida pelas pessoas.

Em comparação com a cozinha de sua filha e de sua nora, a de dona Marlene é a mais equipada. Ela relata que o pouco que tem foi acumulado desde o primeiro casamento. Uns foram presentes, outros foi ela quem comprou. Contudo, o que importa para ela é que todos, juntos, possibilitam sempre receber mais pessoas para as refeições.

A cozinha é também um espaço de socialização. Por meio das refeições preparadas com todo cuidado pelas mulheres, pessoas de fora do grupo doméstico ali circulam. Na ausência de mesa ou de cadeiras suficientes para todos, o ribeirinho senta-se no chão sem cerimônia e essa imagem – de pessoas sentadas em círculo, no chão, compartilhando o alimento – é recorrente nas casas durante a hora das refeições.

Os quartos não são lugares onde circulam os indivíduos não residentes (Figura 48). Atualmente, já podemos ver um quarto para o casal e outro para os filhos maiores. Se o casal tiver filhos ainda pequenos, geralmente, as crianças dormem no quarto com os pais até a idade de aproximadamente seis anos. Os filhos homens, adultos, que têm seu próprio quarto, por gostarem de ficar com outros da mesma idade, podem ouvir música, conversar e ver TV sem que os pais interrompam. Além de camas ou redes, há nos quartos algumas prateleiras de madeiras para guardar roupas, cosméticos e pertences pessoais. O quarto do casal está posicionado aos fundos, geralmente de frente para a cozinha. Já o dos filhos menores, dando acesso para a sala.

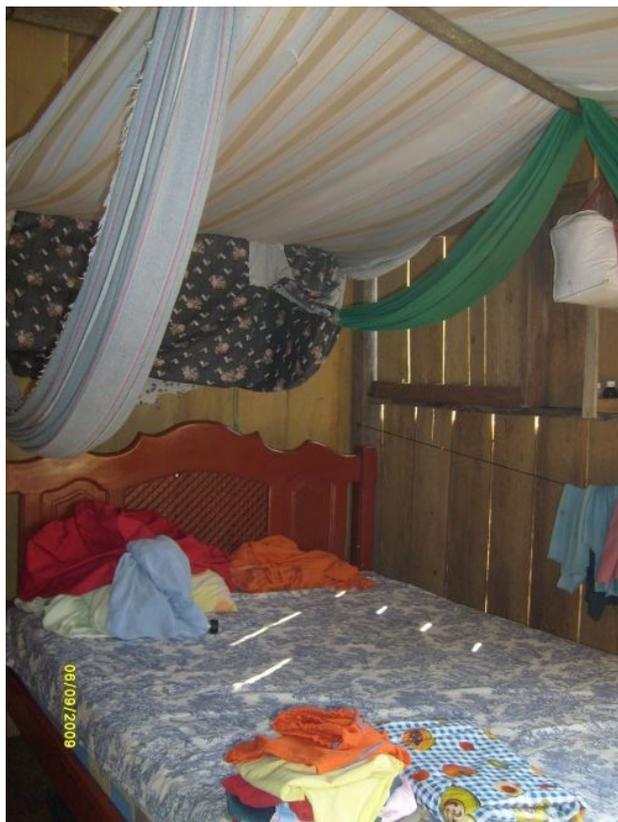


Figura 47 – Vista parcial do quarto do casal
Fonte: Acervo do autor, 2009.

O “banheiro” é separado do corpo da casa, pois

Como não há saneamento básico no médio Solimões, as casas não têm condições de comportar banheiros em seu interior. Os sanitários consistem em uma fossa abrigada por uma pequena cabine de madeira – aproximadamente um metro de largura por um de comprimento e um metro e meio de altura. Podem ser ou não cobertas por telha de alumínio ou amianto. Os sanitários ficam nos fundos das casas (LIMA *et al.*, 2006, p. 41).

Na comunidade Boa Esperança é comum se ver os sanitários⁸ chamados de “pau da gata” (Figura 49).

⁸ Infelizmente, não pude aprofundar-me na questão da limpeza e higiene pessoal, mas pude constatar que, em todas as casas da presente pesquisa, há diversos artigos de higiene pessoal dispostos nos quartos ou nos jiraus, detrás das casas.



Figura 48 – “Pau da gata”
Fonte: Acervo do autor, 2012.

A localização do pau da gata é afastada da casa de moradia cerca de 10 metros. Ele não é aleatório, ficando costumeiramente em frente à casa, com mata e árvores altas. As mulheres capinam o caminho e atrás de uma árvore ou numa área mais reservada colocam um pedaço de pau no chão. À frente deste, pode-se colocar outro perpendicularmente a fim de que a pessoa possa se apoiar. As folhas – a face mais lisa – ao redor têm a função de um papel higiênico, caso não haja algum disponível. É importante que seja um local onde exista este tipo de folhagem, pois poucas são as famílias que usam o papel. De tempos em tempos, a terra é remexida a fim de possa se misturar com a terra e forma um composto só. E se o local não estiver mais servindo para o uso por causa do mau cheiro ou aspecto, outro é aberto.

4.3 O arranjo e ambiência em Amanã

A relação com o ambiente amazônico nas áreas ribeirinhas é parte constituinte da construção do campo perceptivo, existencial e social das comunidades, ou seja, a formação de uma visão de mundo particular está ligada diretamente a sua herança cultural a partir da interpretação do mundo e a adaptação ao meio ambiente de florestas inundáveis [...] O ribeirinho vive necessariamente de sua relação com o rio e o ciclo hidrológico, esta observação traz à tona uma série de

desdobramentos que são preponderantes para entender a habitação em uma região de florestas alagadiças (OLIVEIRA JÚNIOR, 2009, p. 139).

Compreender a arquitetura de Amanã pressupõe, assim como Oliveira Junior (2009) apontou, levar em conta também a variação do nível das águas em períodos de vazante, seca, enchente e cheia. Na época da seca, que vai de setembro à outubro, as casas da comunidade Boa Esperança ficam bem distantes das margens do rio. Os moradores tem que fazer longas caminhadas para conseguir água para as diversas tarefas domésticas, como tratar o peixe, lavar roupa, etc. As casas ficam totalmente expostas ao sol quente. A temperatura térmica é elevada; por isso, os moradores procuram atividades de lazer como o banho nas praias que se formam. Por outro lado, na época da cheia que ocorre em junho as casas ficam submersas. Algumas têm que suspender o assoalho devido o nível da água. Atentar para a dinâmica das águas implica compreender o seu cotidiano, pois a localização e o tipo de construção habitacional e os horários das atividades que os indivíduos residentes do trópico úmido realizam, são muitas das vezes imagináveis aos padrões de comportamento de outras regiões.

Morán (1990), ao analisar os tipos de habitação no trópico úmido aponta dois exemplos principais como resultado da alta insolação e abundância de umidade durante o ano inteiro:

[...] o calor de dia é seguido de noites frias, leva a dois tipos principais de habitação: primeiro, o tipo de maloca vista no Xingu, que resolve o problema da friagem noturna, mas oferece pouco conforto de dia, pela limitada ventilação. Neste caso, a população passa grande parte do dia fora da maloca, em construções mais abertas e ventiladas. No segundo tipo de habitação, como aquela encontrada entre os iáguas, a ventilação é muito agradável durante o dia, mas à noite a população sofre mais com o frio que nas malocas xinguanas. Assim, as populações xinguanas investem mais energia na construção de grandes malocas e em outras casas mais abertas, obtendo um nível de conforto térmico que os iáguas e outras populações que constroem habitações mais simples não têm (MORÁN, 1990, p. 125).

O clima de Amanã é também excessivamente quente durante o dia, e mais frio à noite. Suas casas da atualidade não oferecem conforto térmico durante o dia devido a altura do telhado e ao uso das telhas industrializadas de alumínio e amianto. Em relação às malocas

descritas acima, as casas de Amanã também são pouco ventiladas por terem suas laterais completamente fechadas por madeira. Os moradores passam a maior parte do dia fora da casa e seu uso se concentra mais na parte da noite, depois dos afazeres domésticos. O modelo adotado em outros tempos – os *tapiris* – oferecia mais conforto térmico durante o dia, por ser de palha e mais aberta nas laterais, e à noite esquentavam-se dormindo de forma reunida com o uso de mosquiteiros confeccionados de panos grossos.

O antigo *tapiri* consistia em dois cômodos interligados por uma única abertura, a porta. Somente um dos dois cômodos tinha fechamento lateral, que podia ser de madeira ou palha natural. O cômodo aberto servia para receber pessoas de fora ou para os filhos mais velhos dormirem, configurando-se como um espaço de socialização, por ser menos privado que o outro. Já o cômodo fechado servia de quarto, restrito aos residentes. Por fim, as matérias-primas empregadas para esta construção eram naturais, encontradas no entorno. Apesar de o *tapiri* ser uma construção simples, ela atendia às necessidades do grupo tanto no que se refere à questão de mobilidade quanto de funcionalidade. O uso da madeira e de recursos naturais do entorno, como a palha, possibilitavam o seu desmonte e reaproveitamento. Os pertences eram basicamente algumas vasilhas de cozinha, redes e mosquiteiros para dormir e balaies ou cestos para armazenar roupas e alguns objetos. Todos estes objetos distribuídos nos dois cômodos do *tapiri* atendiam à função requerida.

A estabilidade numa área comunal possibilitou melhorias na estrutura básica, apesar da persistência na forma e da efemeridade do material empregado na nova moradia: paus roliços foram substituídos por madeira serrada e foram feitas coberturas com telhas de alumínio no lugar da palha. Para Oliveira Júnior (2009),

no sistema construtivo das casas ribeirinhas observa-se que existe a associação quanto ao uso de telhas metálicas e a condição financeira do morador ribeirinho, de modo que outros tipos de cobertura de origem vegetal, como a palha ou o sapé, estão ligados pejorativamente a um grau de pobreza. As casas cobertas com telhas metálicas mudam o status da habitação ribeirinha, de modo que demonstram um claro sinal de prosperidade (p. 145).

A aparência visual da casa, com materiais mais duráveis, contribui para uma ideia de prosperidade que os grupos vivenciam; no entanto, é no interior que esta ideia se materializa. O acesso a bens duráveis, considerados patrimônio doméstico (fogão, camas, armários etc.), implicou no aumento e na quantidade de cômodos a fim de que pudessem ser dispostos. A

especialização dos cômodos implicou no alongamento da estrutura básica, tornando a casa maior, dando-lhe visibilidade e as diferenças entre casas ficaram mais explícitas.

O arranjo, como já foi apontado, está relacionado à disposição, tendo em vista que revela os aspectos organizacionais do grupo em questão. Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, as imagens espaciais ficam internalizadas e servem como guia para suas derivações, fazendo com que a memória assuma um papel que a direciona. Apesar da mudança visual da casa de Amanã, o modo de como proceder socialmente se materializou na persistência em como planejar a construção, implantar a casa, dividir os espaços e dispor as coisas da casa. Os moradores reencontraram um antigo equilíbrio nas novas condições de moradia, mantendo a imagem pacificamente de sua continuidade. Alterar a forma seria perder o apoio de uma tradição que os protege, os laços com o lugar e com as relações sociais ali estabelecidas.

Construída em terra firme e sobre palafitas, as casas ribeirinhas são implantadas de modo que seus moradores tenham fácil acesso ao rio. Através do rio, as famílias se encontram, vão para a roça, pescam e se divertem nas suas águas. Não muito construídas dentro da floresta nem tão na beira para não alagarem, as casas são erguidas pelos seus carpinteiros de modo que suportam as águas até a altura do assoalho. Fincadas pelo menos meio metro no solo, o carpinteiro tem experiência suficiente ao determinar a altura que ela terá, assim como os moradores. Todos comandam o processo construtivo seja numa sugestão ou outra. Há uma interação social desde a fase de planejamento. Mas é o carpinteiro quem a coloca no esquadro, no prumo e, principalmente, a refina com pequenos detalhes para diferenciá-la das demais da comunidade. Pode ser um alisar de porta mais arredondado, um oitão mais retangular ou um jirau maior. Ele é peça chave ao dar conta do mais básico numa habitação: cobertura, fechamento e piso. Uma madeira bem cortada, alinhada, assim como uma cobertura sem espaços são elementos que atestam um bom carpinteiro.

A partir de um pequeno núcleo formado de casas, conhecido pelo termo comunidade, as casas são dispersas de modo que haja ao seu redor uma vizinhança parental ou de compadrio. Estar rodeada por outros grupos que mantêm laços é essencial para sustentar a sociabilidade cotidiana. Nas suas proximidades, podemos constatar outras edificações que complementam o que é viver em comunidade. A igreja, a sede comunitária, a escola e, principalmente, o campo de futebol formam a comunidade ribeirinha.

O arranjo de Amanã é uma expressão da estrutura da tradição e seu interior evidencia as relações de hierarquia entre os membros do grupo e o poder que cabe ao homem da casa. Ele é o provedor e a sala de estar seu lugar. Ali ele exhibe as posses da família, o resultado

dispendido das atividades produtivas. A esposa cuida de tudo aquilo que o homem traz para dentro de casa, mas é na cozinha que ela se mostra como uma mulher zelosa. Panelas ariadas, tudo em ordem, piso lavado e bem liso de tanto esfregar com água e sabão, tudo é motivo para ser percebido e apreciado. A coleção de louças atesta não só a independência financeira do grupo, mas as várias fases da vida por que a mulher já passou. Cada objeto, cada detalhe tem uma história a revelar.

As pequenas diferenças na estrutura da casa, como número de cômodos e disposição, não são resultados somente de escolhas e de decisões individuais, mas de processos externos, na medida em que essas relações reproduzem a dinâmica social mais ampla na qual estão inseridas. Oliveira Júnior (2009) ressalta que em razão da “aproximação da cultura da televisão”, um meio de comunicação visual que tem seus paradigmas sobrepostos e impostos de maneira voraz, o ribeirinho tende a assimilar novos valores que pouco a pouco vão se evidenciando na forma de conceber e vivenciar o espaço casa. O arranjo vem a expressar aquilo que seus moradores estão vivenciando.

No que tange à organização das coisas, as paredes possibilitam que cada cômodo seja uma unidade funcional. Determinados objetos associados a outros marcam a unidade na qual fazem parte. Utensílios de cozinha, fogão, *freezer* e mesa de refeição quando agrupados formam a unidade cozinha. Os papéis sociais a serem desempenhados nessa unidade ficam mais direcionados do que se os objetos estivessem dispersos. É como que cada indivíduo, a partir do cenário em que está, soubesse o que fazer, como proceder.

A ambiência, como conceito, dá suporte ao arranjo. Ela revela o estilo de vida ao combinar materiais diversos. Em Amanã, a ambiência é mais forte do que o arranjo, porque é a própria casa. Cada elemento – madeira e alumínio – fornece suporte e estrutura à própria casa. O uso de materiais passíveis de serem desmontados possibilita a mobilidade requerida e sua ressignificação em cada novo lugar que passa a ocupar. De acordo com a subida ou descida das águas, cada prancha de madeira, cada pedaço de alumínio tem seu valor. A madeira é o elemento principal. Barrotes, ripões e pranchas, ao serem desmontados, são reaproveitados para a nova casa. Nada pode ser desperdiçado. Na casa de madeira, cada elemento tem o seu próprio valor e até as telhas de alumínio recebem um cuidado especial ao serem enroladas a fim de que não amassem.

Em suma, o sentido social da casa, tanto no que se refere ao arranjo quanto à ambiência, é possibilitar a interação entre os residentes e não residentes, sejam eles do círculo parental, compadrio ou de outras localidades. A casa é planejada, construída e vivenciada de modo a agasalhar aqueles que chegam. Manter a sociabilidade por meio da casa é o seu

objetivo final. Esta se realiza durante as atividades do cotidiano, as festas de santo, as ajudas comunitárias, ou seja, o sentido da casa para seus moradores vai muito além das necessidades ligadas ao abrigo, ao conforto. Como arquitetura, não é somente o resultado da adaptação ao meio natural por usar materiais retirados da floresta: ela é edificada para edificar valores, de modo que reforcem, a partir de soluções espaciais, o sentimento de pertencimento ao lugar, de viver em comunidade e de fazer parte de uma história que conta a vinda de seus antecessores.

Durante toda a pesquisa foi possível constatar que a influência do componente humano prevaleceu como sendo o centro de valor e a fonte de significado para que o espaço arquitetônico casa adquirisse o *status* de lar. Esta passou a incorporar mais as marcas das relações sociais entre residentes e não residentes do que as marcas de arranjo e ambiência. O elemento mais importante desta casa é estar inserida neste lugar: o Lago Amanã. “Minha casa é aqui dentro” (depoimento de Bruno, morador da comunidade Santo Estevão, pesquisa de campo de 2012) resume o sentimento de pertencimento à região, que é elemento favorecedor para que o espaço arquitetônico adquira o *status* de lar. O “aqui dentro” é a relação com o histórico de ocupação, com o parentesco, com as atividades produtivas, com o viver em comunidade e com a dinâmica ambiental.

Tuan (1983), ao discorrer sobre experiências íntimas com lugar, relata que “as experiências dentro de um grupo humano se superpõem o suficiente para que vínculos individuais não pareçam notórios e incompreensíveis para os seus pares” (p. 163). Portanto, seu significado não é totalmente privado, mas compartilhado de certa maneira. Desta forma, viver em Amanã é compartilhar experiências reais de pertencer e sentir-se parte de um determinado lugar. Quando o autor diz que quase todos os grupos humanos tendem a considerar sua pátria como centro do mundo, podemos fazer um paralelo com a expressão “Minha casa é aqui dentro” empregada por um morador de Amanã. A expressão “minha casa” não se refere ao edifício arquitetônico, mas sim, ao sentimento de lar, aquele que abriga, que dar conforto. E o “aqui dentro” as relações sociais que proporcionam o sentimento de casa, de lar. Ou seja, tudo que ele vive cotidianamente em Amanã incluindo a casa: os vizinhos, os compadres, a comunidade, as atividades diárias, o rio e a floresta. Todos os elementos conectados formam o seu lar, o seu centro de referência no mundo em que vive. “Quanto mais laços houver, mais forte será o vínculo emocional” (TUAN, 1983, p.175), complementa o autor.

Um lar tem referências. Marcos referenciais que oferecem o sentimento de pertencimento. Eles acompanham o indivíduo ao longo de toda a sua vida. Imagens que ficam

retidas na memória e ações repetidas que traz consigo. A caldeirada de peixe no fogão à lenha, a tigela de farinha no centro da mesa e as sandálias na porta da frente da casa são exemplos de marcos referenciais em Amanã. O poeta Thiago de Mello, já idoso, guarda entre suas lembranças a casa da infância, aquela que traz consigo imagens que o acolhem nos mais diversos lugares por onde visitou a trabalho durante sua vida adulta.

Filho da floresta,
água e madeira / vão na luz dos meus olhos,
e explicam este jeito meu de amar as estrelas
e de carregar nos ombros a esperança.
[...] Na verdade abri os olhos vendo madeira,
o belo madeirame de itaúba
da casa do meu avô no Bom Socorro,
onde meu pai nasceu / e onde eu também nasci.
Fui o último a ver a casa erguida ainda,
íntegros os esteios se inclinavam,
morada de morcegos e cupins.
Até que desabada pelas águas de muitas cheias,
a casa se afogou / num silêncio de limo, folhas, telhas.
Mas a casa só morreu definitivamente
quando ruíram os esteios da memória
de meu pai, / neste verão dos seus noventa anos.
Durante mais de meio século,
sem voltar ao lugar onde nasceu,
a casa permaneceu erguida em sua lembrança,
Para onde ia, meu pai levava a casa
e levava a rede armada entre acariquaras,
onde, embalados pela surdina dos carapanãs,
ele e minha mãe se abraçavam,
cobertos por um céu insuportavelmente estrelado [...]

A casa de moradia de Amanã, o edifício arquitetônico revelado aqui, se torna lar para seus ocupantes à medida que enraízam suas histórias de vida. Da mesma forma, Schrijnemaekers (2011) constatou na sua pesquisa que

[...] nem toda residência é uma casa no sentido de ser um lar. Isso só ocorre se as pessoas estabelecem uma relação com o espaço. Há uma dimensão subjetiva que é dada pelo sentimento de pertencimento e por laços emocionais, normalmente de afeição. Ver um lugar e afirmar que ali é a sua casa passa pelo sentir-se em casa. Por isso que a casa é uma figuração específica. Há nela uma dimensão emocional que pode não estar presente em qualquer moradia. A moradia é onde uma pessoa vive, seja, ela precária, provisória ou definitiva, ela só se torna casa se laços de pertencimento se formam (p. 244).

Não são somente os elementos arquitetônicos, como piso, paredes, teto, ou o uso de materiais naturais como madeira e palha, ou ainda ser sobre palafitas dispostas para frente do

rio, que fazem com que ela seja uma casa ribeirinha. O que faz uma casa ribeirinha de Amanã e que compõe um dos elementos de ser lar para seus moradores é a sua dinâmica. A circulação de pessoas do grupo parental, os compadres e agregados, os objetos protocolares e biográficos, o ir e vir nela, as ações do cotidiano são momentos que unem as pessoas, formam alianças. Revelar o significado de uma casa de moradia é revelar sua alma, como dizia Bachelard (2008):

A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade. Incessantemente reimaginamos constantemente sua realidade: distinguir todas as imagens seria revelar a alma da casa; seria desenvolver uma verdadeira psicologia da casa (p. 36).

Como o significado não é estático, ele é resignificado a cada instante, a cada momento que um novo pesquisador chega e pede para ser agasalhado, dando início a um novo trabalho, a uma nova pesquisa. Como toda observação, é uma forma de interpretação que pode suscitar percepções muito diferentes dependendo da época em que está sendo vivenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que, entretanto, deve ser entendido por “lar”? “Lar é de onde se parte”, diz o poeta. “Lar é o lugar para onde o homem tem intenção de retornar quando está longe”, diz o jurista. O lar é ponto de partida assim como ponto terminal (SHUTZ apud WAGNER, 1979, p. 290).

“Sentir-se em casa” é uma expressão do mais alto grau de familiaridade e intimidade, aponta o autor. “Significa, é claro, a casa paterna, a língua materna, a família, o amor, os amigos; significa uma paisagem querida [...] coisas familiares” (p. 291). As coisas familiares são um conjunto de elementos queridos e importantes que proporcionam o sentimento de acolhimento. Para a maioria das pessoas, a vida em determinados grupos é essencial para se obter esse sentimento. Viver em grupos “significa ter em comum com outros uma seção de espaço e tempo”, pois “a vida do outro se torna assim uma parte de sua própria autobiografia, um elemento de sua história pessoal” (SHUTZ apud WAGNER, 1979, p. 295).

Se a casa é o lócus de interação humana cotidiana, ela só pode ser analisada a partir da ação entre os agentes sociais e de suas motivações. E tais ações, ou melhor, as relações sociais que se estabelecem, só são compreensíveis dentro de certos contextos. Portanto, consideramos que não foi possível realizar um estudo sobre os significados das casas em Amanã, senão vivenciando com os moradores os afazeres domésticos, as atividades produtivas, as festas e outros eventos da sociabilidade da vida camponesa ribeirinha. Ou seja, os elementos queridos e importantes que proporcionam o sentimento de acolhimento aos moradores de Amanã.

Os códigos subjetivos atrelados à materialidade foram pouco a pouco revelados na medida em que as famílias sentiam-se à vontade de abrir as portas de sua casa e mostrar seus pertences. Os dados do campo foram contrapostos a outras pesquisas de temas similares, especialmente as desenvolvidas na Reserva Mamirauá. Pautada em entrevistas individuais e na estada na morada de um dos habitantes da comunidade Boa Esperança, suas histórias de vida nunca foram analisadas enquanto indivíduos desconectados entre si, mas sim conectados ao contexto socioambiental em que vivem.

A casa de Amanã só adquire o sentido de lar, para aqueles que agasalha, porque ali há pessoas que se sentem unidas por laços de afeto. Sentar no fim de tarde no passeio da frente da casa, lavar roupa na beira na companhia de outra mulher, caçar com um compadre, jogar bola no fim da tarde, ajudar a queimar a roça do vizinho ou prosear sobre o dia ou sobre os últimos acontecimentos são eventos que aproximam as pessoas e os fazem sentir-se próximos, acolhidos. Mas, o fato de ela estar ali, localizada e implantada no lago Amanã, é que a faz ser a sua casa.

A casa de Amanã como lugar de história e seu entorno como uma rede de histórias que se conectam revelou-nos histórias de pertencimento a um determinado contexto ambiental. Matas e rios exuberantes e ricos em recursos naturais determinaram as atividades econômicas a serem desenvolvidas. Relações sociais específicas, como as que envolviam o sistema de aviação, apesar de acontecer em outras realidades amazônicas, em Amanã concentrava e direcionava a força de trabalho “abrindo” lugares à medida que iam encontrando recursos a explorar. O patrão foi, sem dúvida, “uma típica figura social residual dos tempos opulentos da era extrativista (principalmente a gomífera) que ordenou de modo significativo o mundo rural amazônico” (WITKOSKI, 2010, p. 398).

Havia uma mobilidade muito grande em decorrência das atividades produtivas extrativistas. A casa, então, tinha uma forma simples e usava os materiais a fim de serem desmontáveis. Ela acompanhava o seu dono e no seu interior continha poucos objetos passíveis de serem transportados numa canoa.

A partir do momento em que o extrativismo perdeu sua força e passou a ter uma relativa importância no conjunto de atividades que a família camponesa ribeirinha realiza, emergiu a estabilidade numa área comunal. O morador pôde promover melhorias na sua moradia e no seu interior. O beneficiamento da madeira serrada promoveu a durabilidade e, conseqüentemente, a estabilidade. Finalmente, novos objetos foram dispostos e novos cômodos surgiram.

Para lidar com a transformação dos espaços em conjunto com a aquisição de novos objetos, o carpinteiro local tem um papel chave na criação do objeto arquitetônico. Ele é o agente social capaz de dar respostas construtivas para as novas necessidades. Contudo, sua habilidade pode estar ameaçada. Para exemplificação, a pesquisa de Lima *et al.* (2006) nos fornece elementos importantes a serem considerados também para o caso dos carpinteiros, que são um tipo de artesãos. Devido às melhorias nas condições socioeconômicas dos habitantes das reservas (principalmente Mamirauá, posteriormente Amanã), acelerou-se o processo em curso e comum às populações camponesas de substituição de objetos artesanais

por industriais. O que “fez com que o processo de transmissão de técnicas e conhecimentos tradicionais perdesse sua força e deixasse de imperar como etapa imprescindível de inserção dos jovens nas atividades produtivas das famílias” (LIMA *et al.*, 2006, p. 34). Raras são as vezes em que os jovens, da atualidade, acompanham a construção das casas. O saber fazer manualmente não está sendo repassado entre as gerações e seu conhecimento acaba ficando entre poucos da comunidade que se interessam, surgindo, então, como especialistas na arte de construir que prestam serviços monetários a outros moradores.

Parafraseando Tuan (1983), se o lugar é pausa no movimento, a casa como lugar é pausa na mobilidade que caracterizava a vida cotidiana do ribeirinho. O ir e vir de todas as manhãs para o roçado, para as atividades domésticas e comunitárias, fazem com que a casa seja reconhecida pelo seu valor de estabilidade. Ela traz consigo as marcas do tempo, viu em tempos anteriores famílias chegando de rabeta em busca de melhorias condições de vida, viu os filhos crescerem e formarem novos grupos domésticos, viu a comunidade crescer, viu as novas posses adentrarem seus espaços e tantos mais acontecimentos. Como uma janela para a vida dos seus moradores, a casa contempla tudo isso aparentemente estável.

E se o lugar é também um mundo de significado organizado (TUAN, 1983), a casa de Amanã é organizada conforme a vida camponesa. Sua localização na área comunal é um reflexo da sua organização social. Os casais que chegaram primeiro, seus descendentes naturais e seus aliados, como compadres e agregados, têm seus lugares definidos. Cada qual sabe onde implantar sua casa, onde pode intervir e como ser aceito no grupo onde vive. A imagem pacificante da estabilidade das casas, de seus lugares predefinidos, transmitem o sentimento de pertença. Pertencer a esta casa, este grupo, este local e esta história é ser “nascido e criado” no Amanã. A constituição de alianças formadas entre os vários grupos domésticos nos revela poder, consenso e conflito também em muitos momentos. Elementos importantes envoltos de prestações e contraprestações que direcionam as ações de todos os membros da comunidade para que ocorra a sociabilidade. Esta tem o papel de ser um elemento articulador e transformador dessa casa em lar.

Elementos externos, como os objetos que são manipulados cotidianamente nas casas de moradia e que estamos vinculados em função das necessidades atuais, podem contribuir para as interações sociais.

Compreender que objetos e espaços – desenvolvidos e/ou arranjados pelos e para os seres humanos, logo, mediadores da ação humana –, também modificam pessoas e relações, é perceber sua característica não apenas de expressar, mas construir identidades,

provocando mudanças nos indivíduos e grupos que os utilizam, e, nesse sentido, são partes dos sistemas sociais (GUIMARÃES, 2007, p. 51).

Eles são acumulados ao longo da vida conjugal e nos revelam momentos importantes de acordo com a fase do ciclo de vida em que se encontram. A permanência nas casas possibilitou compreender os desdobramentos que fazem com que um determinado objeto esteja disposto num lugar e não em outro, assim como o seu tempo de posse. Objetos produzidos artesanalmente com matérias primas do entorno estão ligados ao cotidiano dos ribeirinhos. Encontramo-los nos afazeres domésticos e nas atividades econômicas desenvolvidas; alguns até são industriais, mas, em virtude do tempo que acompanha os seus donos, se tornam também biográficos para este grupo social por remeterem e reforçarem o vínculo com o lugar onde vivem.

Como qualquer pesquisa, ela não tem um fim definido e sempre há lacunas não reveladas. Buscou-se construir um diálogo entre Arquitetura, Sociologia e Antropologia, tomando como tarefa refletir sobre a relação dos indivíduos com seus espaços do cotidiano, em especial a casa de moradia e suas posses. Criou-se um “objeto de estudo” que exigiu a interdisciplinaridade em vários momentos, porém, devido à formação em Arquitetura e Urbanismo, a discussão se situou mais nesta área gerando algumas percepções não analisadas profundamente.

Durante o desenrolar da pesquisa, evidenciou-se a dificuldade em encontrar outras pesquisas que tratassem sobre pessoas, objetos e espaços no mundo ribeirinho. Pesquisas como as de Lima (1992, 2006) e as de Alencar (2002, 2007, 2009) contribuíram de modo importante para a análise das casas ribeirinhas. Outras, como a de Schijnemaekers (2006) e Guimarães (2007), apesar de enfoques diferentes sobre o espaço doméstico da casa, também vieram a contribuir pelas suas similaridades. O esforço final em construir um diálogo gerou pontos positivos no seu término, criando, assim, uma nova linha de pesquisa na área científica que foca a vida material ribeirinha da Amazônia.

A partir dos resultados encontrados, novos desdobramentos de pesquisa podem ser realizados. Da perspectiva arquitetônica, uma vez que a casa ribeirinha vem a exemplificar o processo de adaptação do homem imigrante ao meio que foi inserido e que materializa suas relações sociais passadas e atuais, essa forma de construir e de vivenciar o espaço valoriza a terra, suas histórias e pode contribuir para o entendimento sobre o conhecimento que os carpinteiros locais acumulam.

Se restringimos alguns temas, avançamos em outros. A casa ribeirinha contempla muito mais que elementos arquitetônicos ou adaptações ao meio físico. Ele revelou o sentido social da casa como resultado das interações que ali se realizam. “Ser nascido e criado”, agasalhar, vizinhar, compartilhar a vida e as coisas materiais que fazem parte dela são manifestações do sentimento de pertença que unem os moradores e imprescindíveis para se compreender o significado da casa de Amanã. As histórias de vida narradas nos possibilitaram conhecer sua vida social e comunal. Espera-se com esta pesquisa poder contribuir para o entendimento da casa não só como edifício, mas como algo que revela a relação com o meio. Possíveis projetos arquitetônicos de casas para o interior na Amazônia devem levar em conta soluções compatíveis com a rotina dos ribeirinhos. Compreender que uma parede muito mais que uma divisão física é o suporte pelo qual as mulheres expõem as suas posses, suas louças, e que possibilita demonstrar o zelo que têm por seu marido e filhos; é poder propor novos arranjos que valorizem aqueles que vivenciam o espaço. Porque o valor de uma obra arquitetônica não se esgota no valor espacial, mas sim no modo como foi produzido, no seu uso e nas sensações transmitidas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna Ferreira. **Terra Caída**: encanto, lugares e identidade. 245f. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Estudos da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA**. Tefé: IDSM, 2007. 118 f. (Relatório interno).

_____. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. **Amazônica**.v.1, n. 1, 2009, p. 178-199.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**. Formação Social e Cultural. 3. ed. Manaus: Valer, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A casa ou o mundo às avessas. In: Mariza Corrêa (org.) **Ensaio sobre a África do Norte**. Campinas, Unicamp, fev. 2002. (Texto didático IFCHn.64).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato**. O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870-1920. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 2008.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**; n. 22,v. 2, 2010. p. 299-308.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Objetos, lugares de memória. In: MICHELON, F. F., et. al. 2008. **Fotografia e memória**: ensaios. Pelotas: Ed. da UFPel, 2008.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio; NILSONETTE, Marco. “Ligado no Mamirauá” Uma ferramenta para a conservação e para o desenvolvimento local. **Uakari**, v. 3, n. 1, p. 78 - 87, jun. 2007.

FORTES, Meyer. **O ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico**. Brasília: Universidade de Brasília, 1958.

FRAXE, Therezinha de Jesus P. **Cultura cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

GELL, Alfred. Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os Gonde Muria. In: APPADURAI, Arjun. 2008. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF. 2008. p. 143 -178.

GUIMARÃES, Ana Lúcia Santos Verdasca. **Design, Sociedade e Cultura**: significados dos arranjos espaciais e dos objetos em interiores domésticos. 435f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALBSWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

IDSMS. Censo demográfico. Tefé: IDSMS. 2010.

_____. Banco de imagens do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé: IDSMS, 2011

_____. Banco de imagens do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé: IDSMS, 2012.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. 2008. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF. 2008. p. 89 - 121.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989.

LIMA-AYRES, Deborah de Magalhães. **The Social Category Caboclo**: history, social organization, identity and outsider’s social classification of the rural population of an Amazonian region. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Londres: Universidade de Cambridge, 1992.

LIMA, Deborah de Magalhães. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; WALTER, Neves (Orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006. p. 145-172.

LIMA, Deborah. et al. **Artesanato e Identidade Cultural no Médio Solimões: a promoção de técnicas e conhecimentos tradicionais em comunidades ribeirinhas das reservas Mamirauá e Amanã**. Tefé; Belo Horizonte: IDSM; IPHAN, 2006.

_____. As transformações na economia doméstica de Mamirauá. **Uakari**, v. 6, n. 1, p. 9-26, jun., 2010.

LIMA, Deborah; STEWARD, Angela; RICHERS, Bárbara Trautman. Trocas, experimentações e preferências: um estudo sobre a dinâmica da diversidade da mandioca no médio Solimões, Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humana**, Ago., v.7, n. 2, p. 371 - 396. 2012.

MALARD, Maria Lúcia. **Os objetos do cotidiano e a ambiência**. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/eva/art014.pdf>> Acesso em: 5 nov. 2013.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MARQUES, Thatyana de Souza. Casa para agasalhar sob o véu de um consumo hospitaleiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA, 1, 2010. **Anais do I Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus, AM, 2010.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira. **Práticas socioambientais na reserva de desenvolvimento Sustentável Mamirauá Estado do Amazonas, Brasil**. 314f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira; NASCIMENTO, Ana Claudeise; CORRÊA, Dávila Suelen Sousa. “Cesta Básica” (rancho) das populações ribeirinhas na Amazônia. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15 (4), p. 517 - 530, 2007.

MOURA, Maria Margarida. **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MORÁN, Emílio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1990.

NEVES, Marlúcia Cândida de Oliveira. **A colocação e a casa do seringueiro: Exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia**. Rio Branco: Gráfica TJ/AC, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, Jair Antônio. **Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

PEREIRA, Kayo Júlio Cesar. *et al.* Saber tradicional, agricultura e transformação da paisagem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. **Uakari**, v. 2, n. 1, p. 9 - 26, dez., 2006.

PEREIRA, Mirna Feitoza; SILVA, Márcio Alexandre dos Santos; BARROS, Taissa Dias. Palafitas de Manaus: relações entre natureza e cultura no espaço da cidade. **Somanlu**, ano 11, n. 2, jul./dez. 2011

QUEIROZ, Helder. A criação da Reserva Amanã: um importante estágio para a consolidação do embrião do corredor central da Amazônia. In: AYRES, José Márcio *et al.* **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005. p. 246-249.

SARAIVA, Adriano Lopes; SILVA, Josué da Costa. Espacialidade das festas religiosas em comunidades ribeirinhas de Porto Velho, Rondonia. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n.24, p. 7-18, jul/dez. 2008

SCHIJNEMAEEKERS, Stella Christina. Os significados da casa para as camadas médias. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa M. Mendes de (orgs.). **Discutindo identidades**. São Paulo: Humanitas / CERU, 2006.p. 205-228.

SCHIJNEMAEEKERS, Stella Christina. **A casa e seus objetos**: construções da identidade em famílias de camadas populares. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

SILVA, Elvan. **Matéria, ideia e forma**: uma definição de arquitetura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan./jun., 2005.

SOARES, Soraia Melissa Failache. **Em Boa Esperança**: momentos da organização social de uma comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – AM. 152f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) Belém: Universidade Federal do Pará / Centro de Ciências Agrárias, 2006.

TEIXEIRA, Claudia Mudado. Considerações sobre a arquitetura vernácula. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.15, n.17, 2º sem., p. 29-45. 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALSECCHI, João; AMARAL, Paulo Valsecchi. Perfil da caça e dos caçadores na RDSA. **Uakari**, v. 5, n. 2, p. 33-48, dez. 2009.

VELTHEN, Lucia Hussak van. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). **Revista da Antropologia**. São Paulo, SP. v. 50, n. 2, p. 605-631. 2007.

VENTURATO, Raquel Duarte. **Estudo mercadológico dos principais produtos agrícolas das unidades domésticas da RDS Amanã**. Tefé, AM: IDSM, 2010. (Relatório interno).

VIANNA, Virgílio. Bolsa – Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. São Paulo: USP / **Estudos Avançados** 22, 2008. p. 143-151.

VIANA, Jorge Barbosa; MARQUES, Thatyana. O uso da madeira para benfeitorias em comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA, 1, 2010. **Anais do I Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus (AM).

WAGNER, Helmut (Org.). **Fenomenologia e Relações Sociais**. Textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, Floresta e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2010.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo; Brasília: Hucitec/Editora da UnB, 1995.

APÊNDICE

Termo de consentimento

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Obrigatório para pesquisa com seres humanos – Resolução nº196 de 10.10.1996 – CNS)		
Nome do (a) informante:		Endereço:
Localidade/Setor:	Município:	Reserva:
Responsável pela pesquisa: Thatyana de Souza Marques		Endereço: Rua Moacyr Viegas da Gama 416, bairro de Fonte Boa – Tefé Tel.: (97) 3343-3775
1	Título do projeto: Minha casa é tudo o que tenho: as coisas da casa como expressão das relações sociais.	
EXPLICAÇÕES DA PESQUISA		
2	O objetivo da minha pesquisa é compreender como os moradores de Amanã constroem, usam e o que acham sobre suas casas de moradia.	
3	A forma de realizar a pesquisa consiste em residir, por um breve tempo, pré-determinado, na casa a ser estudada, a fim de conviver com os seus moradores e poder acompanhar as atividades do dia a dia, dentro e fora do domicílio.	
4	Como resultado esperado pretende-se valorizar o modo de vida e a visão dos próprios moradores do que significa ter uma casa. A partir deste conhecimento, pode-se pensar nos elementos importantes ao pretender construir novas casas na Reserva.	
5	Asseguramos que as informações coletadas não serão divulgadas com identificação dos informantes. Apenas os nomes verdadeiros referentes aos locais serão mantidos.	
6	A participação das pessoas no estudo é de caráter voluntário ficando assegurado que as mesmas poderão desistir dessa participação a qualquer tempo.	
AFIRMAÇÕES DO(A) INFORMANTE OU RESPONSÁVEL		
7	Fui esclarecido (a) sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos e outros assuntos? () SIM () NÃO	
8	Fui esclarecido (a) sobre a segurança de que minha identidade será preservada, de modo que nomes fictícios (de pessoas) sejam utilizados no decorrer do estudo.	
CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO		
Declaro que, após ter sido esclarecido (a) sobre o propósito deste estudo, conforme definido nos itens 01 a 08, consinto em participar, na qualidade de informante, do Projeto de Pesquisa “Minha casa é tudo o que tenho”.		
Local:		Assinatura ou digital do informante:
Data:		RG.:

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**(Obrigatório para pesquisa com seres humanos – Resolução nº196 de 10.10.1996
– CNS)**

Anexo 1

Autorização para uso de imagens

Eu, _____ RG
_____, autorizo a pesquisadora Thatyana de Souza Marques, que realiza o projeto “Minha casa é tudo o que tenho”, a utilizar gravador durante as entrevistas. Assim como o registro e o uso de imagens das casas e das atividades cotidianas, por meio de máquina fotográfica, em sua pesquisa.

Assinatura de autorização

Parecer do Comitê de Ética do IDSM

Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá - IDSM



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CEP/IDSM

CERTIFICADO

Certificamos que o projeto intitulado **“Minha casa é tudo o que tenho: as coisas da casa como expressão das relações sociais”**, sob Protocolo N.º 06/2011, que tem como responsável(is) Thatyana de Souza Marquez, está de acordo com os Princípios Éticos de Pesquisa com Seres Humanos, adotados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IDSM), tendo sido aprovado na reunião de 28/08/2011. Este certificado tem validade até 28/08/2012.

CERTIFICATE

We hereby certify that the project **“My house is all I have: houseware as expression of social relations”**, submitted through Protocol 06/2011, and under the responsibility of Thatyana de Souza Marquez is in agreement with the Ethical Principles of Human Research, adopted by the Ethics Research Committee (CEP/IDSM), and approved in 28/08/2011. This certificate is valid until 28/08/2012

Tefé, 10 de setembro de 2011

Dr. Miriam Marmontel
Coordenadora do CEUAP/IDSM

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
CNPJ: 03.119.820/0001-95 – Inscrição Estadual: Isenta
Estrada do Bexiga, nº 2584 - Bairro Fonte Boa - CEP 69470-000 - Tefé/AM - Brasil
PABX: +55-97-3343-4672 - FAX: +55-97-3343-4672
E-mail: cep@mamiraua.org.br
HOME-PAGE: www.mamiraua.org.br